

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS  
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

**2017/2018**



**TII**

**SISTEMAS AÉREOS NÃO TRIPULADOS  
E O DIREITO INTERNACIONAL**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A  
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO  
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS  
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL  
REPUBLICANA.**

**Juan Manuel Rodríguez Rodríguez  
MAJOR DE ENGENHARIA, DIPLOMADO ESTADO-MAIOR ESP**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**SISTEMAS AÉREOS NÃO TRIPULADOS  
E O DIREITO INTERNACIONAL**

**MAJ, ENG DEM ESP, Juan Manuel Rodríguez Rodríguez**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Pedrouços 2018



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**SISTEMAS AÉREOS NÃO TRIPULADOS  
E O DIREITO INTERNACIONAL**

**MAJ, ENG DEM ESP, Juan Manuel Rodríguez Rodríguez**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Orientador: MAJOR, CAV GNR José Manuel Brito Sousa

Pedrouços 2018



### **Declaração de compromisso Antiplágio**

Eu, **Juan Manuel Rodríguez Rodríguez**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**Sistemas Aéreos não Tripulados e o Direito Internacional**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CEMC 2017-2018** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **21 de junho de 2018**.

Juan M Rodríguez Rodríguez



## Agradecimentos

A todos os que fizeram possível a realização deste trabalho.

Especialmente:

Ao pessoal do *Grupo de Obtención por Sistemas Aéreos (GROSA) IV* do Exército Espanhol, pela documentação fornecida assim como pelo tempo e dedicação disponibilizados para a realização das entrevistas, especialmente ao Maj Manuel Triviño.

Ao Tenente Iago Sagales pelo seu esforço na procura do pessoal chave das Forças Armadas Espanholas, com conhecimentos em Direito Internacional Humanitário.

E muito especialmente:

Ao meu orientador, Maj CAV GNR José Manuel Brito Sousa, pelas suas apartações e conselhos desde o início do projeto e pela sua ajuda na correção do trabalho, bem como pelas suas indicações e sugestões no desenvolvimento do mesmo, especialmente nos momentos de maior dificuldade e incerteza. Muito Obrigado, José.



## Índice

Introdução .....	1
1. Conceitos, Estado da Arte e Metodologia. ....	5
1.1. As Aeronaves não Tripuladas. ....	5
1.2. Direito Internacional Humanitário .....	6
1.3. Direito Internacional dos Direitos Humanos .....	8
1.4. Revisão da Literatura .....	8
1.5. Metodologia .....	10
2. Utilização das Aeronaves não Tripuladas. ....	12
2.1. Forma de emprego das aeronaves não tripuladas. ....	13
2.2. Locais e Alvos característicos de emprego das aeronaves não tripuladas .....	14
2.3. Sistemas autónomos.....	18
2.4. Síntese conclusiva.....	18
3. Direito Internacional aplicável às Operações com UAS. ....	20
3.1. <i>Jus ad Bellum</i> ou a legitimidade no uso da Força .....	20
3.1.1. Consentimento .....	21
3.1.2. Legítima Defesa .....	21
3.2. Aplicação do <i>Jus in Bello</i> nos Conflitos Armados .....	23
3.2.1. Distinção.....	23
3.2.2. Proporcionalidade.....	24
3.2.3. Humanidade ou Sofrimento Desnecessário.....	24
3.2.4. Necessidade Militar .....	25
3.3. Conflitos Armados não Internacionais .....	25
3.3.1. Requisito de Organização.....	25
3.3.2. Intensidade.....	26
3.4. Direito Internacional dos Direitos Humanos .....	26
3.4.1. Jurisdição.....	27
3.4.2. O Direito à Vida .....	28



3.4.3. O Direito a não ser submetido a castigos cruéis, desumanos ou degradantes.....	29
3.5. Sínteses Conclusiva .....	30
4. Consequências legais da utilização das Aeronaves não Tripuladas. ....	32
4.1. Sociedade e Populações.....	32
4.1.1. Nicarágua vs EUA.....	35
4.2. Pessoal das Forças Armadas.....	36
4.2.1. Responsabilidade Individual .....	36
4.2.2. Responsabilidade dos Estados.....	37
4.3. Síntese conclusiva.....	38
5. Limitações ao planeamento de operações com UAV pelas Forças Armadas.....	40
5.1. Determinação do <i>Jus ad Bellum</i> . ....	41
5.2. Limitações na aplicação do <i>Jus in Bello</i> . ....	42
5.3. Limitações nos Conflitos Armados não-Internacionais.....	43
5.4. Limitações na utilização de UAV sob o DIDH .....	44
5.5. Síntese conclusiva.....	46
Conclusões.....	48
Bibliografia.....	53

## **Índice de Anexos**

Anexo A - Classificação dos Sistemas de Aeronaves não Tripuladas. ....	Anx A-1
--	---------

## **Índice de Apêndices**

Apêndice A - Base conceptual e definições de apoio ao TII no âmbito dos UAV. ..	Apd A-1
Apêndice B - Base conceptual e definições de apoio ao TII no âmbito do DIP .....	Apd B-1
Apêndice C - Mapa Conceptual.....	Apd C-1
Apêndice D - Capacidades, Missões e <i>Payload</i> dos UAS.....	Apd D-1
Apêndice E - <i>Checklist</i> Apoio à Tomada de Decisão.....	Apd E-1
Apêndice F - Extratos das Entrevistas Fase Exploratória .....	Apd F-1
Apêndice G - Extratos e Análise das Entrevistas da Fase Analítica - Juristas .....	Apd G-1



Apêndice H - Extratos e Análise das Entrevistas da Fase Analítica - UAS .....	Apd H-1
---	---------

## Índice de Figuras

Figura 1 - <i>Manned - Unmanned Mix Roles Transition</i> .....	6
Figura 2 - Campo de aplicação material do DIH e do DIDH .....	6
Figura 3 - Conflito não Internacional Estendido .....	8
Figura 4 - Modelo de análise .....	11
Figura 5 - Tipologia das investigações jurídicas .....	11
Figura 6 - <i>Countries Developing Armed Drones</i> .....	12
Figura 7 - <i>Countries Manufacturing Armed Drones</i> .....	12
Figura 8 - Missões dos UAS.....	14
Figura 9 - Locais de Atuação dos UAS dos EUA .....	15
Figura 10 - Conflitos Armados em 2016 .....	16
Figura 11 - Locais onde ocorreram ataques terroristas em 2015.....	17
Figura 12 - Locais de atuação dos Grupos Jihadistas .....	17
Figura 13 - Legitimidade do Jus ad Bellum .....	20
Figura 14 - Requisitos da aplicação do Consentimento .....	21
Figura 15 - Requisitos da aplicação da Legítima Defesa .....	23
Figura 16 - Aplicação dos Princípios do <i>Jus in Bello</i> .....	25
Figura 17 - Requisitos para CANI e Grupo Armado.....	26
Figura 18 - Princípios para aplicar o DIDH .....	27
Figura 19 - Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos. Estado de Ratificação. ....	28
Figura 20 - Requisitos da Jurisdição .....	28
Figura 21- Uso da Força e o Direito à Vida .....	29
Figura 22 - Convenção contra a Tortura e outras penas ou tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Estado de Ratificação. ....	30
Figura 23 - <i>The States Parties to the Rome Statute</i> .....	34
Figura 24 - Estados que reconhecem a Jurisdição da CIJ em 2014.....	36
Figura 25 - Explicação sobre o Código de cores .....	40
Figura 26 - Aplicabilidade das normas do DIH.....	40
Figura 27 - <i>Jus ad Bellum</i> para a utilização de UAV .....	41
Figura 28 - Limitações ao planeamento com UAS num CAI.....	42
Figura 29 - Pessoal participante diretamente em hostilidades.....	44





Figura 30 - Limitações ao planeamento com UAS no âmbito do DIDH .....	45
Figura 31 - Fluxograma sobre a possibilidade de utilização de UAS .....	47
Figura 32 - <i>Unmanned Aircraft System Components</i> .....	Apd A-4

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 - Dados estimados do emprego de UCAV .....	16
Tabela 2 - Resumo dos ataques com UCAV pelos EUA .....	33
Tabela 3 - Classificação NATO dos UAS .....	Anx A-1
Tabela 4 - Classificação dos UA pelas FFAA Britânicas .....	Anx A-1
Tabela 5 - Classificação Espanhola dos UAS/RPAS.....	Anx A-2
Tabela 6 - Mapa Conceptual.....	Apd C-1
Tabela 7 - Capacidades, Missões e <i>Payload</i> dos UAS .....	Apd D-1
Tabela 8 - <i>Checklist</i> de Apoio à Tomada de decisão.....	Apd E-1
Tabela 9 - Guião de entrevistas a Juristas .....	Apd G-1
Tabela 10 - Guião de entrevistas sobre UAS Autónomos .....	Apd H-1



## **Resumo**

Motivado pelo aumento da utilização de Sistemas Aéreos não Tripulados, assim como pela controvérsia que estão a causar mediante a sua possível utilização para além dos limites do Direito Internacional Humanitário (DIH) e do Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH), largamente em ações contra grupos armados internacionais, torna-se necessário conhecer qual a interpretação do Direito Internacional (DI), no que se refere ao emprego de Sistemas de Aéreos não Tripulados e se este posicionamento pode limitar a sua capacidade de uso.

Através de uma metodologia assente numa estratégia científica de investigação qualitativa, segundo um raciocínio indutivo, abordou-se a utilização dos Sistemas Aeronaves não Tripulados em conflitos armados, ou em operações contra o terrorismo, com o objetivo de compreender a forma como, mediante a aplicação do DI, as operações militares com estas aeronaves são afetadas.

O estudo permitiu concluir que os Sistemas Aéreos não Tripulados não são considerados pelo DI ilegais *per se* como sistemas de armas, mas as suas capacidades são afetadas e limitadas pela proteção conferida pelo DIH e pelo DIDH. Não obstante este recurso ao remoto, embora vantajoso, coloca questões éticas no que se refere à possível desumanização dos operadores e à futura utilização de sistemas autónomos.

## **Palavras-chave**

Conflito Armado, Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário, Grupo Armado Internacional, Sistema Aéreo não Tripulado.



### **Abstract**

*Motivated by the increased use of Unmanned Aircraft Systems, as well as by the controversy that the possible use beyond the limits of International Humanitarian Law (IHL) and the International Human Rights Law (IHRL), mainly in actions against international armed groups, is provoking, it is necessary to know the position in relation to the interpretation of International Law (IL) regarding the use of Unmanned Aircraft Systems, and whether this position may limit the capacity of its use.*

*Using a methodology based on a qualitative scientific research strategy within an inductive reasoning, the use of Unmanned Aircraft Systems in armed conflicts or in counter-terrorism operations was addressed to understand how, through the application of IL, military operations involving these aircraft are affected.*

*The study concluded that Unmanned Aircraft Systems under international law are not illegal “per se” as weapons systems, but their capacities are affected and limited by the protection afforded by IHL and IHRL. Notwithstanding, this use of the remote, although advantageous, it raises ethics questions regarding the dehumanization of operators and the future use of autonomous systems.*

### **Keywords**

*Armed Conflict, International Armed Group, International Humanitarian Law, International Human Rights Law, Unmanned Aircraft Systems.*



## **Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos**

### **C**

CAI: Conflito Armado Internacional

CANI: Conflito Armado não Internacional

CAT: Convenção contra a Tortura e Outros Tratos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes

CE: *Council of Europe*

CEDH: Corte Europeia dos Direitos Humanos

CEMC: Curso de Estado-Maior Conjunto

CG: Convenções de Genebra

CH: Convenção de Haia

CICV: Comitê Internacional da Cruz Vermelha

CIJ: Corte Internacional de Justiça

CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas

### **D**

DFAE: *Departamento Federal de Asuntos Exteriores*

DI: Direito Internacional.

DIC: Direito Internacional Consuetudinário

DIDH: Direito Internacional dos Direitos Humanos

DIH: Direito Internacional Humanitário

DIP: Direito Internacional Público

DoD: *Department of Defense*

### **E**

ECHR: *European Court of Human Rights*

EMAD: *Estado Mayor de la Defensa*

ESP: Espanha

EUA: Estados Unidos da América

EW: *Electronic Warfare*

### **F**

FFAA: Forças Armadas

### **H**

HRC: *Human Right Committee*



## **I**

IBAHRI: *International Bar Association's Human Right Institute*

ICRC: *International Committee of the Red Cross*

ILA: *International Law Association*

ISR: *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*

## **J**

JAPCC: *Joint Air Power Competence Center*

## **M**

MADOC: *Mando de Adiestramiento y Doctrina*

## **N**

NATO: *North Atlantic Treaty Organization*

## **O**

OACI: Organização da Aviação Civil Internacional

OE: Objetivos Específicos/Objetivos Específicos.

OG: Objetivo Geral

ONU: Organização das Nações Unidas

## **P**

PIDCP: Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos

PA: Protocolo Adicional

PSYOPS: *Psychological Operations*

## **Q**

QC: Questão Central

QD: Questões Derivadas/Questões Derivadas

## **R**

RPA: *Remotely Piloted Aircraft*

RPAS: *Remotely Piloted Aircraft System*

## **T**

TEDH: Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

TII: Trabalho de Investigação Individual

TIJ: Tribunal Internacional de Justiça

TPIJ: Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia

TRADOC: *Army Training and Doctrine Command*



## U

UAS: *Unmanned Aircraft Systems*

UAV: *Unmanned Aerial Vehicle*

UCAV: *Unmanned Combat Air Vehicle*

UE: União Europeia

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

US: *United States*

USMC: *United States Marine Corp*

UNODA: *United Nations Office for Disarmament Affairs*



## Introdução

O presente Trabalho de Investigação Individual (TII) do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC), insere-se no âmbito no campo das Ciências Jurídicas e do Direito<sup>1</sup>, na disciplina de Direito Internacional (DI)<sup>2</sup>, com especial enfoque para o Direito Internacional Humanitário (DIH) aplicável às operações militares nas quais estejam envolvidas Aeronaves não Tripuladas.

A investigação enquadra-se no âmbito da aplicabilidade da utilização de Aeronaves não Tripuladas pelas Forças Armadas (FFAA), no cenário atual conforme o Direito Internacional Público (DIP), devendo-se identificar a forma, locais e alvos destas aeronaves, assim como o impacto, em termos de legalidade, resultante da sua utilização nas operações militares e não militares.

Concomitantemente, propõe-se identificar as repercussões legais que estão a surgir na sociedade e populações das áreas nas quais estão a ser utilizados sistemas não tripulados, assim como as consequências legais da utilização de sistemas não tripulados por parte das FFAA.

O tema abordado é de grande relevância e atualidade. Os *drones*<sup>3</sup> são essenciais para as operações militares atuais, sendo a sua utilidade indubitável para cumprir missões *dull, dirty, dangerous and tedious*<sup>4</sup>, especialmente quando permitem evitar riscos desnecessários para os combatentes. Tradicionalmente, o uso de novas armas em conflitos requereu uma análise dos aspetos morais, legais e estratégicos do seu emprego. O principal problema refere-se ao uso dos *drones* armados em missões de combate, resultando, deste ponto específico, diferentes questões relativas à sua adequação com as leis dos conflitos armados (González-Regueral, 2017, p. 4).

Os *Unmanned Aerial Vehicle* (UAV) são divididos em duas categorias: os que são pilotados remotamente por um ser humano, designados por *Remotely Piloted Aircraft* (RPA); e os que são autónomos, sendo controlados por um computador sem intervenção do

---

<sup>1</sup> Nomenclatura Internacional da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO) para os campos de Ciência e Tecnologia.

<sup>2</sup> Campo Genérico 56 “Ciências Jurídicas e Direito” e Campo Específico 5603 “Direito Internacional” segundo a Nomenclatura Internacional da UNESCO.

<sup>3</sup> Embora não haja uma taxionomia clara da palavra *drone*, esta está a ser identificada como um sistema não tripulado com a capacidade de transportar armamento (González-Regueral, 2017, p.3).

<sup>4</sup> Incluem patrulhas repetitivas de *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*, deteção química, biológica, radiológica e nuclear, ou tarefas consideradas muito perigosas ou politicamente difíceis para utilizar aeronaves tripuladas (MOD, 2011, p.3.4).



piloto após decolagem. Estes últimos estão fora do âmbito da regulamentação da União Europeia (UE) (Papademetriou, 2016, p.123).

A razão fundamental para o debate em torno do uso de *drones* é que estes constituem o principal meio para realizar campanhas de ataques seletivos contra membros de grupos terroristas transnacionais ou internacionais, cujas ações atingiram um nível de violência comparável a um conflito armado. Por um lado, a luta contra este tipo de terrorismo deve ser regida pelos padrões geralmente aplicáveis à luta contra o terrorismo, ou seja, o modelo policial e a aplicação do Direito Penal Interno, bem como as convenções internacionais vigentes. Por outro lado, o confronto entre o governo e esse tipo de grupos é suscetível de ser classificado como um conflito armado e, portanto, o modelo aplicável será o do DIH (Serrano, 2011, p.9).

Os sistemas autónomos, por serem um artefacto, não podem ser responsabilizados por uma violação do DIH. Esta questão tem levantado dúvidas sobre quem será legalmente responsável, caso a utilização das armas autónomas resultar num crime de guerra. Isto é, será o programador, o fabricante ou o comandante que utilizou a arma? (Comité Internacional da Cruz Vermelha, 2013).

Surge, assim, a necessidade de compreender até que ponto o posicionamento exato em relação à interpretação do DIP, no que se refere ao emprego de Aeronaves não Tripuladas pode limitar a capacidade do seu uso.

O objeto da presente investigação é conhecer qual o posicionamento em relação à interpretação do DI, no que se refere ao emprego de Sistemas Aéreos não Tripulados, e se este posicionamento pode limitar a capacidade do seu uso.

Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2014, p.39), a delimitação do tema abrange três domínios distintos: tempo, espaço e conteúdo. Em termos temporais, a investigação focar-se-á na época atual, nomeadamente a partir do ano 2001, com o início da *Guerra Global contra o Terror*, até à atualidade. No domínio do espaço, consideraremos o espaço onde as Aeronaves não Tripuladas são empregues estendendo-se a investigação a todo tipo de utilização deste instrumento, quer em conflitos armados internacionais e não internacionais, quer em atuações isoladas contra alvos terroristas. A investigação será delimitada ao nível do conteúdo, no emprego das FFAA dos Estados que integram os preceitos do DIP. No entanto, não será valorizado o uso por organizações não-governamentais, nem por grupos armados terroristas ou milícias. Assim, restringe-se a confrontação entre o uso dos RPA e as





normas do DIP, nomeadamente ao DIH e o Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH).

Em nenhum dos casos se procurará estudar o normativo civil que regula a utilização dos RPA, nomeadamente as normas que incidem sobre o controlo do espaço aéreo, a necessidade de titulações e outras. Nesse sentido, o estudo focar-se-á no seu emprego por parte dos Estados Unidos da América (EUA), por este ser o principal utilizador, embora serão estudados outros casos que sirvam para acrescentar a investigação.

O Objetivo Geral (OG) desta investigação é compreender a forma como, mediante a aplicação do DIP, as operações militares são afetadas com os Sistemas Aéreos não Tripulados, em conflitos armados ou em operações contra o terrorismo.

Por forma a alcançar o OG, são definidos os seguintes Objetivos Específicos (OE):

OE1 – Descrever como, onde e contra quem, em conflitos armados ou em operações contra o terrorismo, são empregues os *Unmanned Aircraft Systems* (UAS) pelas FFAA.

OE2 – Descrever o DIP, nomeadamente, o DIH e o DIDH, no quadro das operações realizadas pelos UAS.

OE3 – Descrever as atuações legais das populações afetadas pelas ações dos UAV, assim como as consequências penais para o pessoal das FFAA que emprega estes sistemas para além dos limites do DIP.

OE4 – Analisar o impacto do DIP no planeamento das operações nas quais sejam utilizados UAS pelas FFAA.

De forma a atingirmos o nosso OG, identificamos a seguinte Questão Central (QC): - Em que medida o DIP afeta o planeamento e a execução das operações militares das FFAA, em conflitos armados ou em operações antiterroristas, nas quais são empregues Sistemas Aéreos não Tripulados?

Esta QC conduz às seguintes Questões Derivadas (QD):

QD1 – Como, onde e contra quem é que são empregues os Sistemas Aéreos não Tripulados pelas FFAA, em conflitos armados ou em operações antiterroristas?

QD2 – Quais são as limitações que decorrem do DIH e do DIDH relativamente ao emprego dos Sistemas Aéreos não Tripulados?

QD3 – Quais são as possíveis atuações legais para as populações das áreas nas quais estão a ser utilizados aeronaves não tripuladas, assim como as consequências para o pessoal das FFAA pela utilização destes sistemas?



QD4 – Qual o impacto legal do planeamento das operações nas quais sejam utilizados Sistemas Aéreos não Tripulados pelas FFAA?

Quanto à metodologia, na fase exploratória, para além de algumas entrevistas exploratórias, efetuou-se uma revisão documental que revelou a linha de investigação e a metodologia assente numa estratégia científica de investigação qualitativa, segundo o raciocínio indutivo, assente no modelo de análise que se apresenta no Corpo de Conceitos do Capítulo 1 e do Apêndice A e B, e no Mapa Conceptual do Apêndice C.

O relatório de investigação está estruturado em cinco capítulos, iniciando-se com a introdução e finalizando-se com as conclusões. Consta também duma parte pós-textual que inclui a respetiva bibliografia, os anexos e os apêndices. O primeiro capítulo abrange o enquadramento teórico e normativo do trabalho, fornecendo a base conceptual e concretizando a problemática do problema a investigar.

A parte analítica inclui-se nos quatro capítulos seguintes, correspondendo o segundo, terceiro e quarto capítulos à dimensão descritiva, sustentada na análise documental e em entrevistas, cuja finalidade é fazer uma categorização e redução dos dados; descrevendo as generalidades do emprego dos UAS, assim como os preceitos gerais do DIH e do DIDH aplicáveis às operações que utilizam estes sistemas nos capítulos segundo e terceiro, os quais correspondem-se com o OE1 e o OE2. Seguidamente, no quarto capítulo, exploram-se as consequências legais pela utilização dos UAV pelas FFAA, assim como as repercussões legais que estão a surgir na sociedade e nas populações das áreas onde estão a ser utilizados os sistemas não tripulados. Este capítulo corresponde-se com o OE3.

O quinto capítulo corresponde ao desenvolvimento da parte final analítica, analisando-se os condicionantes de tipo legal no planeamento das operações com UAS. Este capítulo corresponde-se com o OE4.

O trabalho finaliza-se com a apresentação das conclusões mais relevantes do estudo, incluindo as linhas do procedimento metodológico, a avaliação dos resultados obtidos, os contributos para o conhecimento e as recomendações, bem como as correspondentes limitações da investigação e as propostas para pesquisas futuras.



## 1. Conceitos, Estado da Arte e Metodologia.

### 1.1. As Aeronaves não Tripuladas.

Uma aeronave não tripulada ou *Unmanned Aircraft* (UA), segundo o *Joint Air Power Competence Centre* (2010, p. 3) e a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO) (2016b, p. C-2) é uma aeronave que não possui um piloto a bordo e que é capaz de voar, operada remotamente, utilizando diferentes níveis de funções automáticas, ou programação autónoma.

A UA constitui um dos seis elementos<sup>5</sup> que compõem um sistema de aeronaves não tripuladas ou UAS. O UAS segundo a NATO (2016b, p.C-2) é um sistema cujos componentes incluem a aeronave não tripulada, a rede de suporte e todo o equipamento e pessoal necessário para a controlar, assim como os elementos para permitir a descolagem e aterragem (JAPCC, 2010, p.22).

As UA podem ser pilotadas remotamente, sendo chamadas RPA (NATO, 2016b, p.117), ou voar autonomamente de acordo com uma programação de voo, podem transportar uma carga letal ou não letal, e não são classificadas como um arma guiada<sup>6</sup>, ou dispositivo similar projetado para o lançamento de munições (JAPCC, 2010, p.3 e 22).

Na reunião do *Joint Capabilities Group UAV* (JCGUAV)<sup>7</sup> no ano 2009, foi definida uma classificação dos UAV<sup>8</sup>, a qual é atualmente empregue pela NATO (JAPCC, 2010, p.6; NATO, 2016b, pp. 1–4). Diferentes classificações são por isso apresentadas no Anexo A.

Utilizado originalmente para fins de vigilância, os *drones* evoluíram para permitir o uso da força letal, transportando munições guiadas a laser e permitindo ataques de precisão, estando gradualmente a substituir as aeronaves pilotadas (figura 1). Os EUA são o usuário mais prolífico do mundo de *drones* armados e o seu programa está a expandir-se rapidamente. No ano 2000, tinha um número inferior a 50 *drones*, mas, até 2012, esse número aumentou para mais de 19.000 (IBAHRI, 2017, p.7). Sendo os EUA o ator predominante no seu uso, a investigação focar-se-á, maiormente, neste país.

---

<sup>5</sup> Ver Apêndice A.

<sup>6</sup> Os mísseis de cruzeiro não são considerados aeronaves não tripuladas (NATO, 2016, pp.C–2).

<sup>7</sup> Subgrupo do *Naval Armament Group*. (<http://www.nagsma.nato.int/news/Lists/News/DispForm.aspx?ID=15>).

<sup>8</sup> NATO UAS Classification Guide. (JCGUAV meeting, 2009).



Figura 1 - Manned - Unmanned Mix Roles Transition

Fonte: (US Army, 2010, p. 33, 50 e 60)

## 1.2. Direito Internacional Humanitário<sup>9</sup>

Existem três tipos de situações nas quais o DIH, que resulta do Direito Consuetudinário e dos diferentes Tratados (Sehrawat, 2017, p.174), deve ser aplicado (figura 2): os conflitos armados internacionais; os conflitos armados não-internacionais; e as operações militares realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) (MADOC, 2007, pp.1-9).

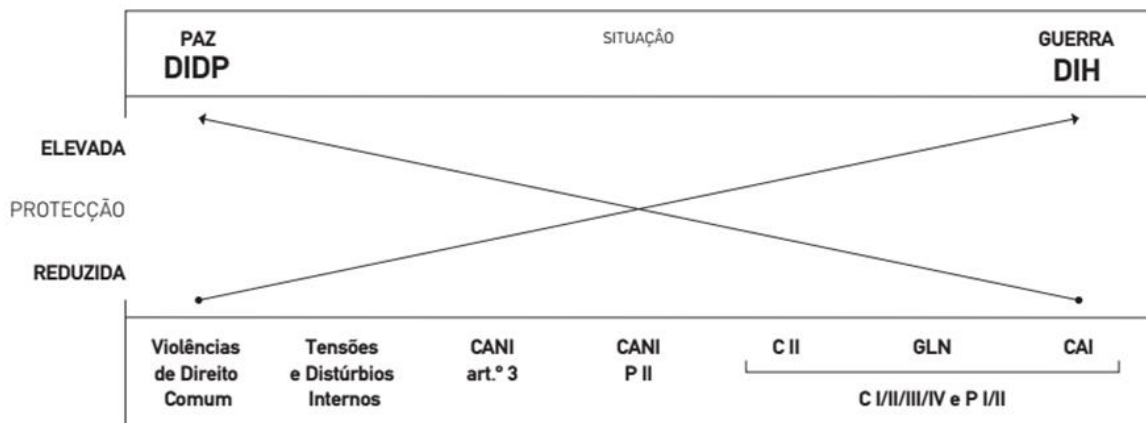


Figura 2 - Campo de aplicação material do DIH e do DIDH

Fonte: (Deyra, 2001, p.51)

Segundo a Câmara de Apelo do Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia (TPIJ) "existe um conflito armado sempre que há um recurso à força entre dois Estados ou

<sup>9</sup> Ver Apêndice B.



a uma violência armada prolongada entre autoridades governamentais e grupos armados organizados, ou ainda, entre esses grupos" (Wuschka, 2011, p.902).

De acordo com o artigo 2º, comum às Convenções de Genebra (CG) haverá um Conflito Armado Internacional (CAI) em "todos os casos de guerra declarada ou de qualquer outro conflito armado que possa surgir entre duas ou mais Altas Partes Contratantes, ainda que o estado de guerra não seja reconhecido por uma delas" (CICV, 2016). Os CAI são regulados pelo Direito Internacional Consuetudinário (DIC), pelas quatro CG de 1949, as quais são ratificadas universalmente, e o Protocolo Adicional (PA) I de 1977 que, embora não tenha sido ratificado universalmente, as suas regras mais relevantes, úteis para esta investigação, e estando relacionadas com a conduta das hostilidades, são consideradas como DIC (IBAHRI, 2017, p.19).

Existe um Conflito Armado não Internacional (CANI) quando há "uma violência armada prolongada entre autoridades governamentais e grupos armados organizados ou entre esses grupos dentro de um Estado"<sup>10</sup>. Uma luta intensa a envolver um grupo organizado, é o limite a ser cumprido antes que se possa considerar que existe um CANI. De acordo com o PA II, para além do supra referido, os grupos armados não estatais devem estar sob um "comando responsável" e "exercer controle sobre uma parte do território" do Estado para permitir que se realizem operações militares sustentadas e planeadas (CICV, 2017, p.87).

Um CANI pode permanecer não internacional mesmo quando se estende por uma fronteira internacional, enquanto a luta for mantida entre um Estado, ou Estados, e um grupo armado não-Estatal. Isso pode acontecer através da intervenção de um terceiro Estado<sup>11</sup> ou pela luta que se estende a este<sup>12</sup> (figura 3). A possibilidade legal de um CANI de dimensão transnacional baseia-se na exigência do artigo 2.º comum às CG (CICV, 2016) de que um CAI só se pode realizar "entre duas ou mais das Altas Partes Contratantes" e está em conformidade com a interpretação do Tribunal Supremo dos EUA<sup>13</sup> e do artigo 3.º comum às CG (CICV, 2016, pp.37–38).

---

<sup>10</sup> Procurator v Tadić, 1999. *Appeals Chamber Judgment* IT-94-1-A, p.70.

<sup>11</sup> Intervenção da Arábia Saudita no conflito entre o governo iemenita e a rebelião Houthi (ICRC, 2011, Report on the 31st International Conference, 11C/11/5.1.2 10 *International Humanitarian Law and the Challenges of Contemporary Armed Conflicts*. Geneva.)

<sup>12</sup> Conflito no Afeganistão que atravessa a fronteira com o Paquistão.

<sup>13</sup> Hamdan v Rumsfeld, 2006. 67, 548 US 557, 629-31.



Figura 3 - Conflito não Internacional Estendido

**Fonte:** (Autor, 2018)

### 1.3. Direito Internacional dos Direitos Humanos

Fora do conflito armado, o DIH não se aplica, pelo que a consideração da legalidade dos ataques de *drones* deve ser feita apenas no âmbito do DIDH (figura 2). O DIDH também é aplicado durante os conflitos armados, numa relação de concomitância, em que o mais específico prevalecerá quando houver um conflito entre as normas, sejam elas do DIH ou do DIDH (IBAHRI, 2017, p.33).

O DIDH constituem uma série de tratados internacionais de direitos humanos e outros instrumentos adotados desde 1945, que conferem a base jurídica aos direitos humanos inerentes e desenvolvem o conjunto dos direitos humanos internacionais<sup>14</sup>, entre os quais podemos destacar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (NU, 1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) (UN, 1966) e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratos ou Punições Cruéis, Desumanos ou Degradantes (CAT) de 1984 (CICR, 2005, p.37).

### 1.4. Revisão da Literatura

O Parlamento Europeu em 2014 aprovou uma Resolução na qual se exorta o Conselho Europeu a adotar uma posição comum da UE sobre o emprego de *drones* armados, que respeite os direitos humanos e o DIH (PE, 2014).

<sup>14</sup> Gabinete do Alto Comissário das NU para os Direitos do Humanos (<http://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/InternationalLaw.aspx>).



Patrocinado pelo Conselho dos Direitos Humanos (HRC, 2014, p.3), em setembro de 2014, realizou-se um painel de especialistas sobre o tema "o uso de aeronaves pilotadas à distância ou *drones* armados em operações antiterroristas ou militares de acordo com o DI, incluindo o DIH e o DIDH". Neste sentido, destacam-se as suas conclusões, nas quais se define que as atuais práticas de uso de *drones* levantam questões graves em relação ao cumprimento do DIP, em particular do DIDH. Nesse sentido, é preciso abordar as pertinentes preocupações em relação à capacidade de ataques seletivos e de outras práticas para cumprir com o DI (Human Rights Council, 2014, p.17). Concluiu-se também, que o ponto de partida de qualquer análise legal de *drones* armados deve ser o DI existente. A modificação das regras estabelecidas de DI para incorporar o uso de *drones* poderá ter consequências indesejáveis a longo prazo por tender a enfraquecer estas mesmas normas. O quadro jurídico existente é suficiente e não é necessário adaptá-lo ao uso de *drones*, mas sim deve o uso de *drones* estar em conformidade com o DI (HRC, 2014, p.18), opinião contrária à de diferentes autores, como Cuesta (2015, p.11) que acha que o DI sofre de uma falta de atualização pelo próprio desafio que é qualquer inovação no terreno da guerra.

Conforme Vicente (2013, p.145), o emprego dos UAS tem ocorrido sem grande transparência, e possivelmente foi isso o que motivou a crença de que são armas desumanas e que desrespeitam o DI.

Segundo Neves (2018)<sup>15</sup>, “não existe nenhum corpo de normas do DIH que regule as aeronaves não tripuladas pelo que não são proibidas pelo DIH. Mas a utilização de *drones* armados, tal como de qualquer arma, tem de respeitar todas as regras de DIH em especial os princípios da distinção, necessidade militar, sofrimento desnecessário e proporcionalidade. Em si, a utilização de *drones* para fins militares não representa qualquer violação das normas de DIH, mas se não respeitar os princípios fundamentais e regras específicas do DIH constante, quer dos tratados das CG, quer do costume internacional, implicará uma violação do DI”.

“Apesar de ser um fenómeno não especificamente regulado não existe um vazio legal porque se aplicam todas as regras de DIH, embora as UAS suscitem problemas específicos e requerem regras específicas dado o risco de violação de regras e dificuldades de controlo decorrentes do facto de existir um controlo remoto” (Neves, 2018).

Em 2015 foi conduzida uma investigação intitulada “Veículos Aéreos não Tripulados. Questões legais relativas ao emprego em ações de Defesa e de Segurança”, mas focada

---

<sup>15</sup> Entrevista. Apêndice F.



exclusivamente na realidade do Brasil, e empregando um sistemas de investigação hipotético-dedutivo (Magalhães, 2015).

### 1.5. Metodologia

Com base numa postura ontológica construtivista<sup>16</sup> e uma abordagem epistemológica próxima do interpretativismo<sup>17</sup> (Bryman, 212, cit. por Santos et al., 2016, pp. 16–20), e após a análise inicial do problema, para o desenvolvimento deste TII seguiu-se uma metodologia baseada num modelo de raciocínio indutivo (Santos et al., 2016, pp.20–22) e descritivo (Álvarez, 2011, p.118).

Dada a natureza do problema a estudar, e conforme Strauss e Corbin (1998, cit. por Santos et al., 2016, p.116), adotou-se uma estratégia de investigação científica qualitativa (Santos et al., 2016, p.29), adaptando-se um desenho de pesquisa do tipo “estudo de caso”, o qual é tendencialmente enquadrado no âmbito das estratégias de investigação qualitativas (Santos et al., 2016, p.39).

Conforme o referido por Freixo (2011, p. 113) quanto às técnicas de recolha de dados mais utilizadas neste procedimento metodológico, recorreu-se à análise documental clássica e à entrevista semiestruturada (Santos et al., 2016, p.93).

O percurso metodológico incluiu três fases: exploratória, analítica e conclusiva. Na primeira selecionou-se as leituras preliminares, complementadas com entrevistas exploratórias. Este enquadramento permitiu a definição do objeto, objetivos e questões. Após da consolidação do quadro teórico de referência, definiu-se o modelo de análise, no domínio conceptual esquematizado na Figura 4 e esmiuçado no mapa conceptual do Apêndice C.

Seguiu-se a fase analítica onde se procedeu à recolha, análise e tratamento dos dados, considerando-se uma análise do conteúdo temática tradicional segundo as etapas definidas por Guerra<sup>18</sup> (2006).

Na fase conclusiva, os resultados foram avaliados e discutidos, permitindo apresentar as conclusões, implicações e os contributos para o conhecimento.

---

<sup>16</sup> Os fenómenos sociais são produzidos com base nas interações entre atores sociais e entre estes e a envolvente.

<sup>17</sup> Compete ao investigador compreender os significados subjetivos dos fenómenos sociais.

<sup>18</sup> Transcrição das entrevistas, leitura, construção de sinopses, análise descritiva (tradicional) e análise interpretativa.



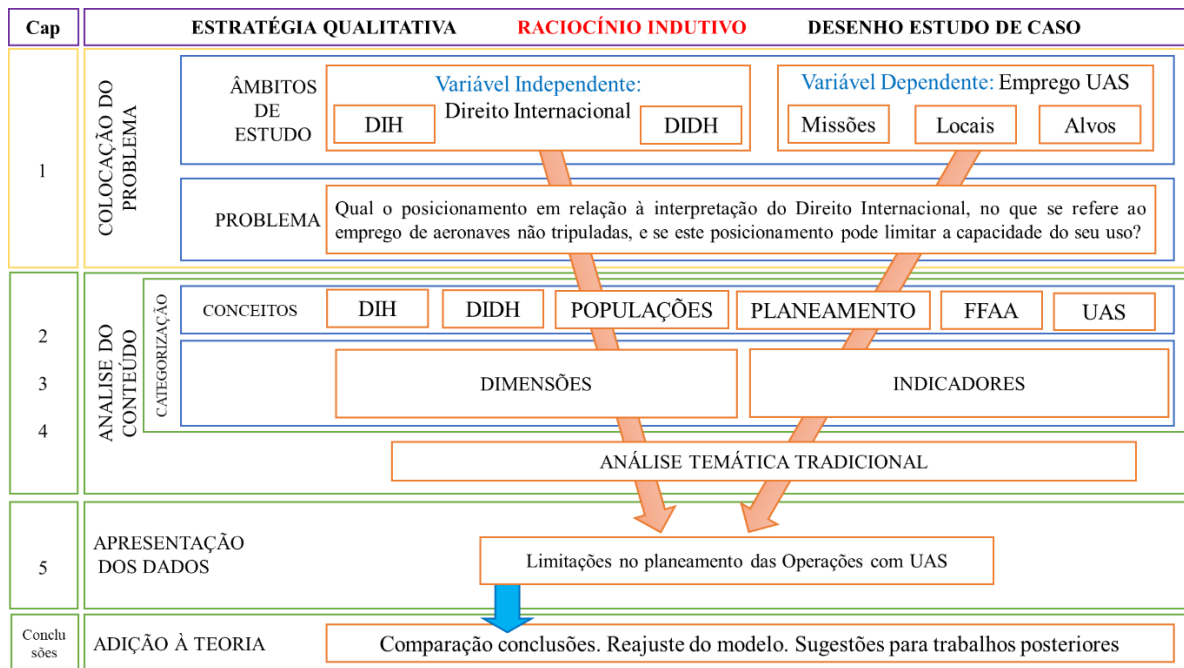


Figura 4 – Modelo de análise

Fonte: (Autor, 2018)

Dado a importância do Direito nesta investigação, nos capítulos três a cinco, além do que já foi mencionado quanto ao posicionamento e ao raciocínio, no que se refere à tipologia a empregar na investigação especificamente jurídica, será utilizada também uma tipologia sociojurídica com vista a analisar se a norma jurídica é cumprida ou não, sem valorar a sua legitimidade ou validade (Odar, 2016, p.10). Isto é, segundo a classificação de Díaz (1998, p.164, cit. por Odar, 2016, p.14), será uma investigação que incide na influência do Direito sobre uma realidade social e no qual é estudado os efeitos e as consequências de um dado direito vigente (figura 5).

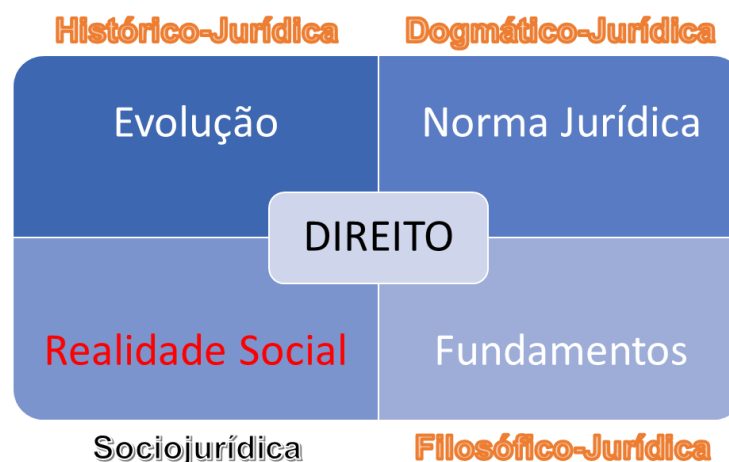
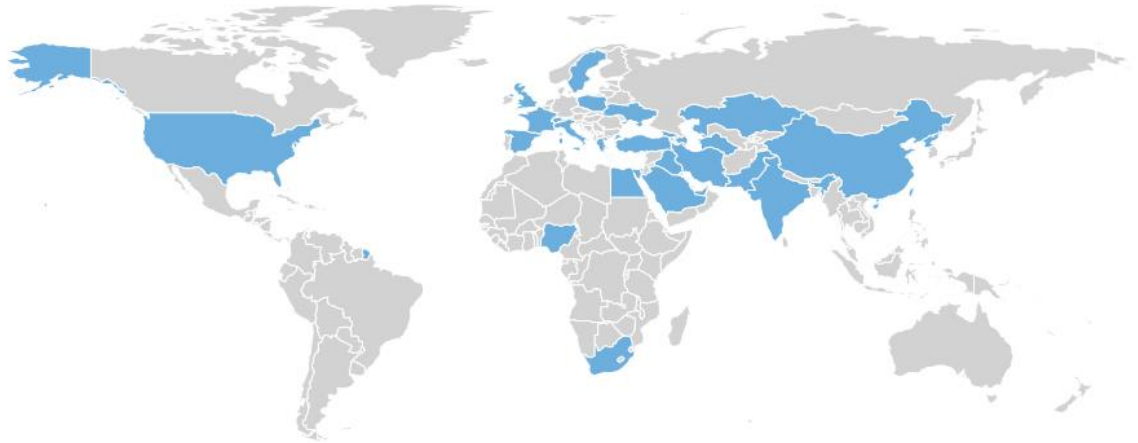


Figura 5 – Tipologia das investigações jurídicas

Fonte: (Adatado de Odar, 2016, p.3)

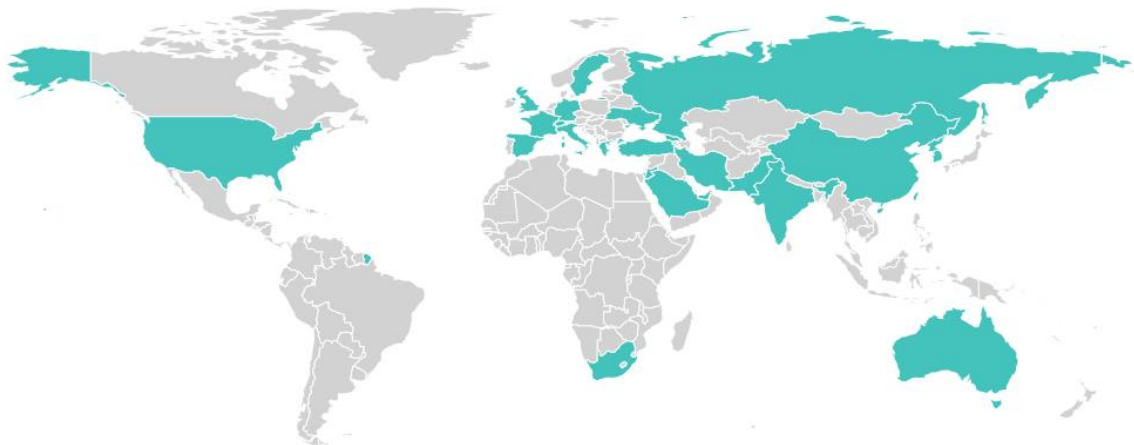
## 2. Utilização das Aeronaves não Tripuladas.

Os UAS estão a proliferar em todo o espectro do conflito militar, reconhecendo a NATO a importância desses sistemas (JAPCC, 2010, p.i). Segundo Horowitz, Kreps e Fuhrmann (2016 cit. por Gonçalves, 2017, p. 6) em 2016 eram 86 os países que detinham UAS e 19 os que utilizavam UAS com armamento, *Unmanned Combat Air Vehicle* (UCAV), mas (Bergen et al., 2018b) acresce que já existem 27 países com esta última capacidade (figuras 6 e 7).



### Figura 6 – Countries Developing Armed Drones

**Fonte:** (Bergen e al., 2018b)



**Figura 7 - Countries Manufacturing Armed Drones**

**Fonte:** (Bergen et al., 2018a)

Em comparação com outros sistemas de armas, os *drones* têm vantagens inerentes, como a capacidade de permanecer sobre alvos por longos períodos, atacar alvos específicos e não colocar em risco o pessoal que os emprega (Zenko, 2015, cit. por European Parliament, 2017, p.8).

Os métodos de emprego dos UCAV em ações de ataque não são substancialmente diferentes dos usados por outros veículos aéreos. Ao se ter em conta as maiores



possibilidades de observação contínua dos alvos e de precisão nos ataques é possível dizer que os métodos de emprego dos UAV nestas ações são tão, ou até mais, aceitáveis do que os realizados por outras aeronaves tripuladas (Magalhães, 2015, p. 18).

Neste capítulo serão estudadas as principais formas de emprego dos UAS, assim como os locais e alvos, sendo a atenção voltada primordialmente para as ações que os EUA têm adotado nos cenários recentes, por ser o principal empregador dos UAS.

### **2.1. Forma de emprego das aeronaves não tripuladas.**

Atualmente, os UAV são maiormente empregues em operações do domínio terrestre, do domínio marítimo ou em operações conjuntas, variando o seu *payload*<sup>19</sup> dependendo da missão definida (Nieto, 2014, p.164).

Os UAV podem também ser empregues no domínio marítimo, mas devem ser adaptados tecnologicamente para este ambiente, embora as diferentes missões onde possam atuar (guerra antissubmarina, medidas contra minas e interdição marítima) não deixam de ser casos particulares das missões conjuntas (JAPCC, 2010, p. 15). Quanto ao domínio terrestre, as missões a ser desenvolvidas são em grande parte compatíveis com as referidas nas missões conjuntas (JAPCC, 2010, p.15).

Originalmente, os *drones* foram desenvolvidos para realizar ações de reconhecimento. Ao abrir-se a possibilidade de executarem ações de ataque ao solo houve uma grande expansão nos seus propósitos de emprego. Nestes, e fazendo parte das estratégias previstas na Guerra contra o Terror, as ações de *targeted killing*<sup>20</sup> são as que geram maiores controvérsias, compreendo, no âmbito das operações militares, o uso de força letal contra um indivíduo específico, que não se encontra sob custódia da autoridade atacante, com intenção, premeditação e deliberadamente para matar (Wuschka, 2011, p.298).

Os UAS podem ser usados para uma ampla variedade de tarefas, além de operações cinéticas, tais como: observação e reconhecimento, recolha de informações, aquisição de objetivos, busca e salvamento, entrega de ajuda humanitária e transporte de equipamentos (Turns, D., 2014 cit. por Sehrawat, 2017, p.166).

No Apêndice B, recolhe-se o estudo e análise feito sobre as capacidades, missões e *payload* com base nos dados obtidos na amostra selecionada. Da análise das diferentes missões e *payload* a utilizar, algumas das missões estão englobadas dentro de outras, pelo que serão consideradas as missões constantes da figura 8:

---

<sup>19</sup> Ver Apêndice A.

<sup>20</sup> Idem.



**Figura 8 - Missões dos UAS**

**Fonte:** (Autor, 2018)

## **2.2. Locais e Alvos característicos de emprego das aeronaves não tripuladas**

O emprego dos *drones* por todo o mundo implicou, segundo Sehwat (2017, pp.198-199) preocupações sobre o aparecimento de uma área de operações global, sujeita ao DIH, o que pode tornar vulnerável a lei de neutralidade dos Estados não participantes (neutrais).

Para Brookman-Byrne (2017, p.4), os ataques aéreos extraterritoriais com os UAS foram realizados pela primeira vez pelos EUA em 2001, no Afeganistão, aprovados pela autorização do Congresso para o emprego da força militar contra aquelas nações, organizações ou pessoas que cometeram ou ajudaram a cometer os atentados de setembro de 2001, ou a estes deram cobertura (US Congress, 2001, p.1). Desde então, foram efetuadas missões em diferentes locais (figura 9).

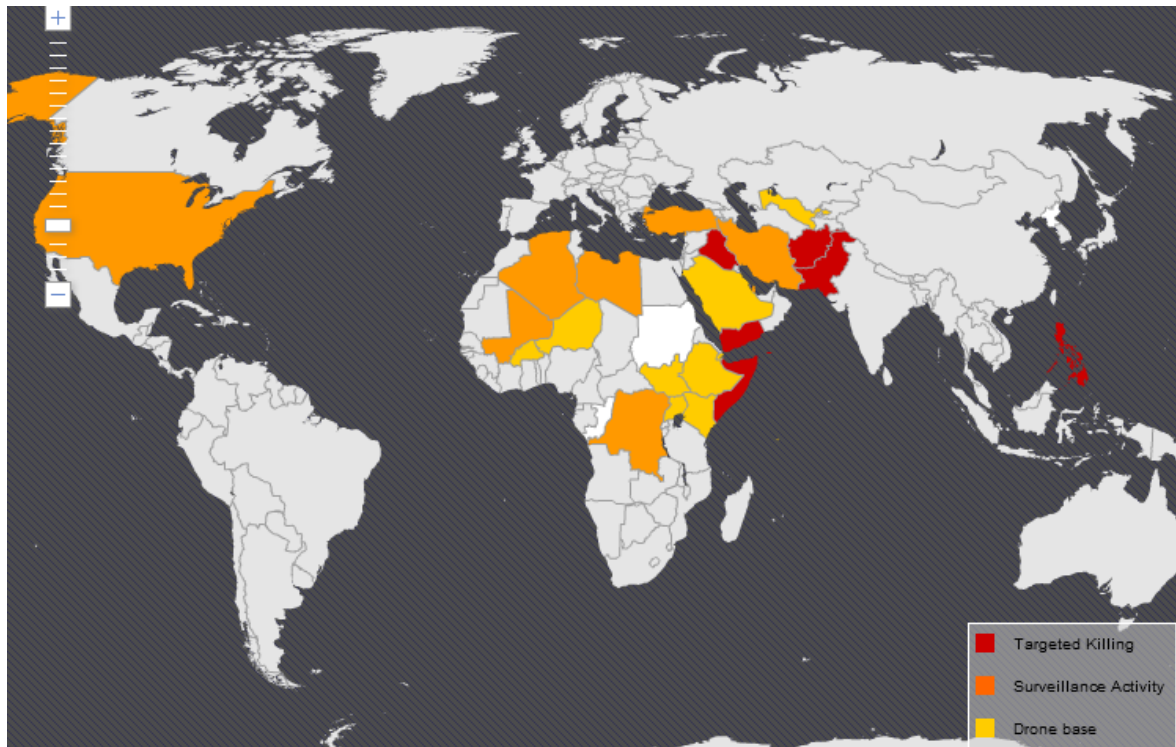


Figura 9 - Locais de Atuação dos UAS dos EUA

Fonte: (Shaw, 2013)

O Governo dos EUA distingue duas áreas de atuação dos UAV: as *Areas of Active Hostilities*<sup>21</sup>, nas quais são incluídos locais como o Afeganistão, o Iraque, a Síria e a Líbia<sup>22</sup>; e as *Outside Areas of Active Hostilities*<sup>23</sup>, onde são efetuadas ações contra o terrorismo (DNI, 2016, p.1).

As *Outside Areas of Active Hostilities* referem-se a áreas que não pertencem ao âmbito dos conflitos armados, é um termo político que não aparece no DIH e pode ser aplicado teoricamente em qualquer parte do mundo (DeYoung, 2016). Nesse sentido, as *Areas of Active Hostilities*<sup>24</sup> são associadas a locais onde há um conflito armado (figura 10) e onde se deve aplicar o DIH (Brookman-Byrne, 2017, pp.4–5).

<sup>21</sup> Os EUA não definem o que são estas áreas, mas podem-se considerar as áreas onde há conflitos armados internacionais ou não internacionais (<https://www.lawfareblog.com/will-obamas-targeted-killing-policy-say-what-areas-active-hostilities-means>).

<sup>22</sup> Savage, 2017, US Removes Libya From List of Zones with Looser Rules for Drone Strikes, [em linha], *New York Times*, 20 Jan. Disponível em: [https://www.nytimes.com/2017/01/20/us/politics/libya-drone-airstrikes-ulescivilian-casualties.html?\\_r=0](https://www.nytimes.com/2017/01/20/us/politics/libya-drone-airstrikes-ulescivilian-casualties.html?_r=0).

<sup>23</sup> Não há uma definição oficial deste conceito, mas correspondem às áreas onde não há um conflito armado e são empregues os UAV contra grupos terroristas.

<sup>24</sup> “O Pentágono recusou fornecer uma definição de uma área de hostilidades ativas, facultando textos dos documentos de 2013 da Casa Branca tornados públicos no ano passado”. Uma porta-voz do Pentágono reencaminhou para a Casa Branca perguntas sobre quantas áreas atuais de hostilidades ativas existem, onde se encontram, quem tem a autoridade para as constituir e quanto tempo elas duram (Shinkman, 2017).



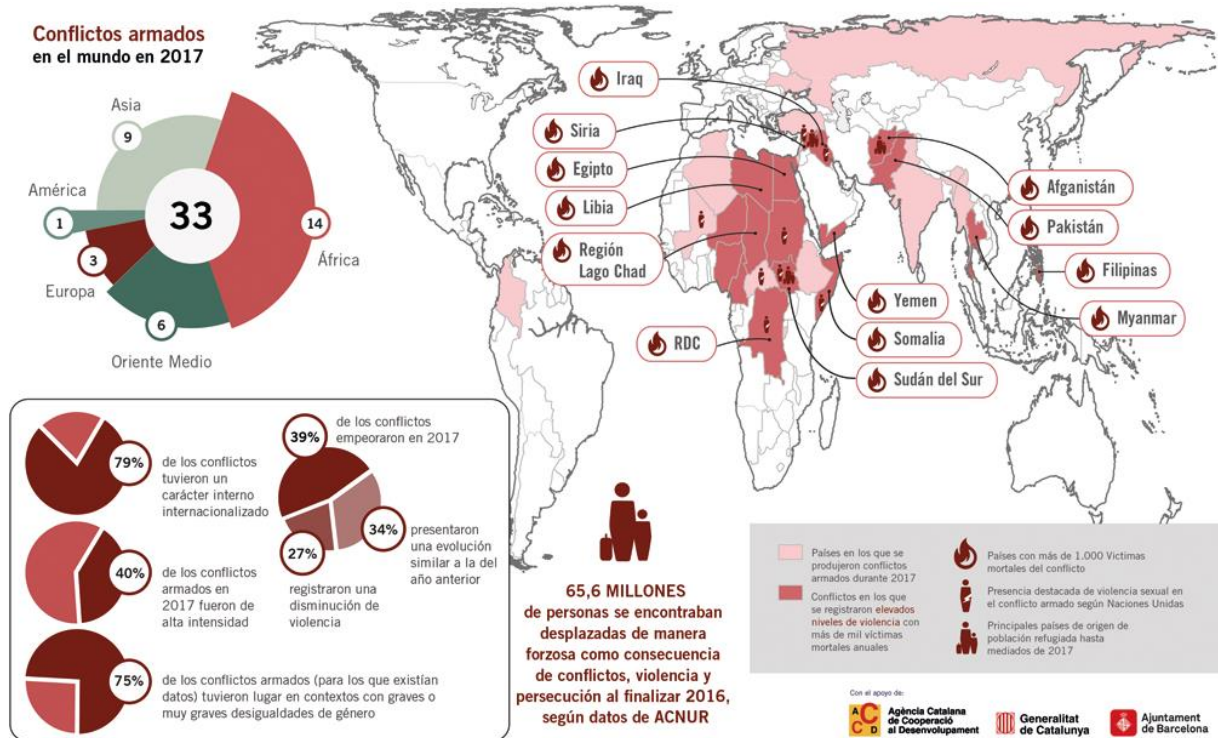


Figura 10 - Conflitos Armados em 2017

Fonte: (ECP, 2018)

No que se refere às *Outside Areas of Active Hostilities*, estas são as áreas onde os UAV atuam conforme a autorização do Congresso dos EUA (US Congress, 2001, p.1) e onde não se tentou demonstrar a existência de um conflito armado (Brookman-Byrne, 2017, p.6).

Uma das principais tarefas na atualidade dos UAV são as operações contra o terrorismo, onde se incluem as denominadas *Targeting Killings* (UNODA, 2015, p.17), nas quais os alvos são constituídos por terroristas de diferentes grupos armados.

Tabela 1 – Dados estimados do emprego de UCAV

State (User)	Number of strikes	Minimum total killed	Maximum total killed	Minimum civilians killed	Maximum civilians killed
Pakistan (US, 2004-present)	428	2.511	4.020	424	969
Yemen (US, 2002-present)	254	890	1.228	166	210
Somalia (US, 2002-present)	46	323	479	10	28
Afghanistan (Coalition, 2008-2012; US, 2015-present)	2.920	2.849	3.718	142	200
Iraq/Syria (US, UK, 2014-present)	1.381	n/a	n/a	n/a	n/a
Libya (US, 2011)	145	n/a	n/a	n/a	n/a

Fonte: (IBAHRI, 2017, p.8)

Os ataques com *drones* são feitos contra pessoal pertencente a grupos armados não estatais localizados nas regiões acima mencionadas (tabela 1, bem como as figuras 11 e 12), focando-se nos líderes insurgentes, ou, por vezes, em cidadãos americanos, naquilo que é designado por assassinatos seletivos, *Targeting Killed*<sup>25</sup> ou *Personality Strikes* (Alcalde e Aguiar, 2014, p.40 e 53; Güell, 2014, p.165)

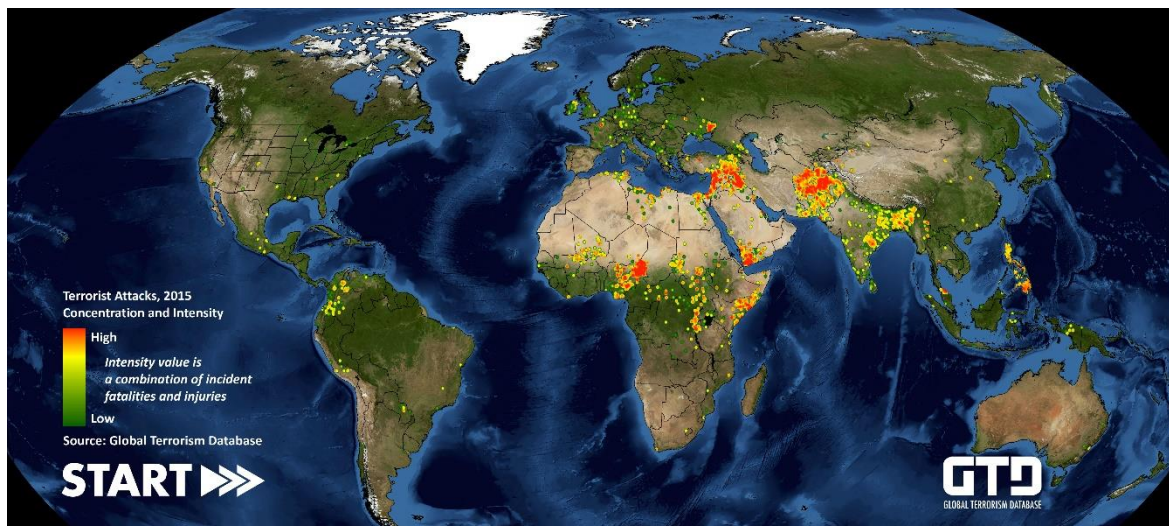


Figura 11 - Locais onde ocorreram ataques terroristas em 2015

Fonte: (Global Terrorism Database, 2016)

Outros ataques foram dirigidos contra pessoas cuja identidade não era conhecida, mas nos quais os respetivos padrões de atuação vinculava-os a organizações terroristas, sendo estes denominados ataques por perfil, ou *signature strikes*<sup>26</sup>, uma vez que a maioria dos ataques são focados nestes alvos (Jordán, 2014, p.82).

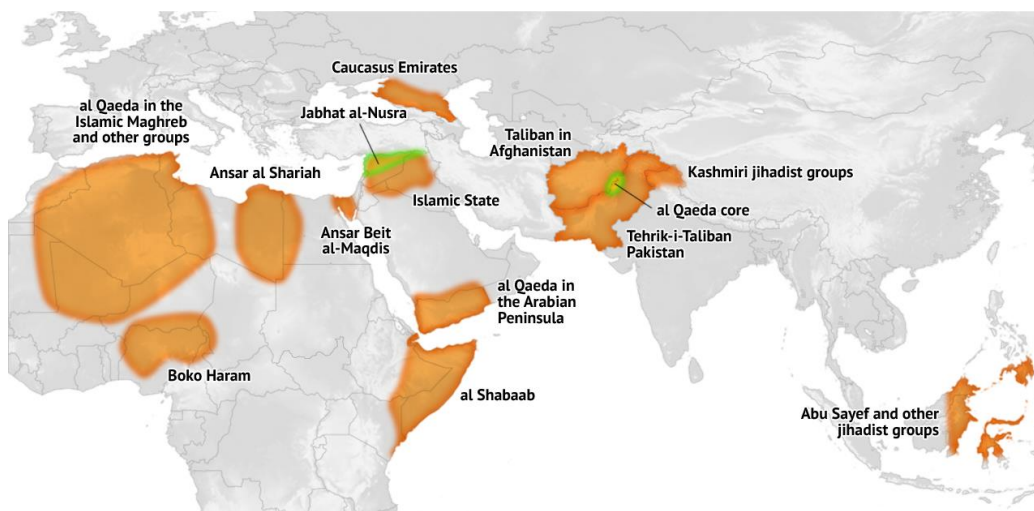


Figura 12 - Locais de atuação dos Grupos Jihadistas

Fonte: (Stewart, 2015)

<sup>25</sup> Ver Apêndice A.

<sup>26</sup> Idem.



### 2.3. Sistemas autónomos

Para analisar os sistemas de armas autónomos o fator chave será o nível de autonomia nas funções de seleção e de ataque de alvos, ou seja, o processo de aquisição, seleção e ataque. A autonomia nestas funções críticas levanta questões sobre a capacidade de utilização, de acordo com o DIH e sobre as preocupações relativas à aceitabilidade moral de permitir que as máquinas identifiquem e usem a força contra alvos, sem a respetiva participação humana (ICRC, 2014, p.62).

A maioria das fontes (UNIDIR, 2014, cit. por González-Regueral, 2017) sugere que o elemento humano deve participar em todo processo de tomada da decisão, o que corrobora o referido por Machado (2018) no Painel do IUM “Sociedade 4.0”<sup>27</sup>, ao afirmar que no emprego de sistemas autónomos o maior desafio é garantir a segurança das pessoas, pelo que a ação humana sobre o sistema deve ser sempre garantida.

Monteagudo<sup>28</sup> (2018) afirma que, embora não haja uma lei que proíba a utilização destes sistemas no âmbito militar, os mesmos devem ser utilizados conforme o Direito, sendo apenas empregues, atualmente, os *Remotely Piloted Aircraft System* (RPAS) e, nos novos projetos, sempre com a possibilidade de controlo humano.

Segundo o *Minister of Defense* (MOD) (2011, pp.2.3-2.4), os sistemas autónomos serão auto conscientes e as suas *performances* serão indistinguíveis às de uma aeronave tripulada, devendo ser capaz de alcançar o mesmo nível de compreensão situacional de um ser humano. Esse nível de tecnologia ainda não é viável (Rivas, 2018, p.1) e, portanto, nenhuma das plataformas de aeronaves não tripuladas desenvolvidas, ou atualmente em desenvolvimento, pode ser descrita como autónoma. Não obstante, é provável que sendo esta capacidade atingida, para os sistemas que empreguem armamento, a intervenção humana continue a ser necessária<sup>29</sup> (MOD, 2011, p.5.4; US Army, 2010, p.114).

### 2.4. Síntese conclusiva.

Para responder à QD1 – Como, onde e contra quem é que são empregues os Sistemas Aéreos não Tripulados pelas FFAA, em conflitos armados ou em operações antiterroristas, do presente capítulo foi possível concluir quais as missões que atualmente estão a

---

<sup>27</sup> A Área de Ensino de Comportamento Humano e Administração de Recursos do CEMC 2017/2018 organizou em 2018 um Seminário intitulado Sociedade 4.0, o qual incluía o Painel “Indústria 4.0” no qual o Sr. Eng. Renato Machado, do *Centre of Engineering and Product Development* fez uma apresentação titulada “Os veículos autónomos – Consequências para o cidadão e consumidor”.

<sup>28</sup> Ver Apêndice H.

<sup>29</sup> Deve-se notar que o MOD UK não tem intenção de desenvolver sistemas que operem sem intervenção humana na cadeia de comando e controlo de armas, mas está procurando aumentar os níveis de automação onde isso tornará os sistemas mais eficazes (MOD, 2011, p.5.4).





desenvolver os UAS, concluindo que as missões nas quais são empregues os UCAV, devem ser o foco principal de análise para determinar em que medida o DIP está a limitar as capacidades dos UAV.

Falando dos locais onde são empregues estes sistemas, embora pela sua capacidade estes podem ser empregues em qualquer cenário, do percurso da investigação, pode-se concluir que, atualmente, estes sistemas estão a ser utilizados em dois tipos de áreas: as denominadas *Active Hostilities*, que podem ser equiparados a locais onde há um conflito armado, seja internacional ou não-internacional; e fora dessas áreas, embora não tenham uma definição concreta, correspondem-se nos locais de atuação de grupos terroristas internacionais armados, ou nos respetivos santuários.

Os objetivos contra quem são empregues os UAV, além das missões de *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance* (ISR), cujo objeto será proporcionar informações sobre possíveis alvos, estes constituem-se como sendo pessoal isolado, pertencente a grupos armados não estatais ou grupos terroristas.

No que se refere aos sistemas autónomos, todos os autores alinham com a ideia de que o controlo humano deve ser sempre mantido pelo que, atendendo aos preceitos investigados poder-se-á dizer que, até certo ponto, estariam no mesmo patamar dos RPA, quanto a missões, alvos e locais onde são utilizados. Aliás, hoje em dia estes sistemas não são empregues no âmbito das FFAA, e tendo em conta que a limitação temporal desta investigação é até à atualidade, conclui-se que estes sistemas não devem fazer parte do presente estudo.

Atendendo ao suprarreferido, uma vez que se descreveram as formas de atuação, os diferentes cenários e os alvos dos UAV, considera-se que foi respondida a QD1, e, portanto, alcançou-se o OE1.

### 3. Direito Internacional aplicável às Operações com UAS.

O ponto de partida para determinar a legalidade do emprego dos UAS é estabelecer o contexto pelo o qual são empregues (Rushby, 2017, p.26). Para a aplicação do DIH, inicialmente deve-se determinar a possibilidade legal do emprego da força ou do *Jus ad Bellum*. Se tal emprego for legal, as posteriores atuações estarão sob o *Jus in Bello*.

Na primeira parte deste capítulo, aborda-se a legitimidade do uso da força num conflito armado, assim como os princípios a respeitar no seu emprego, tendo por base a Carta da ONU de 1945 e as CG de 1945, bem como o seus PA I e II, de 1977, sendo os dados apresentado sustentados com as entrevistas realizadas a juristas<sup>30</sup>.

Seguidamente, caso o DIH não possa ser aplicado por não haver um conflito armado, estudar-se-á quais são os princípios que regem o DIDH no que diz respeito à utilização de UAS, tendo por base o PIDCP.

#### 3.1. *Jus ad Bellum* ou a legitimidade no uso da Força

O artigo 2.º da Carta das NU (NU, 1945, p.2) proíbe "o uso da força armada<sup>31</sup> contra a integridade territorial" doutro Estado, atento ao DIC (UNODA, 2015, p.17). Isto inclui ataques de *drones*, cuja utilização no território de outro Estado constituirá uma violação do dito artigo. No entanto, existem cenários em que o uso da força pode ser legal, nomeadamente perante o consentimento do Estado, a legítima defesa (individual ou coletiva); ou por autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) de acordo com o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas (MADOC, 2007a, p.1–2). Este quadro que prevê o recurso ao uso da força por parte dos Estados, é conhecido por *Jus ad Bellum* (figura 13) (IBAHRI, 2017, p.10), embora nunca possa desprezar o DIDH (UNODA, 2015, p.17).

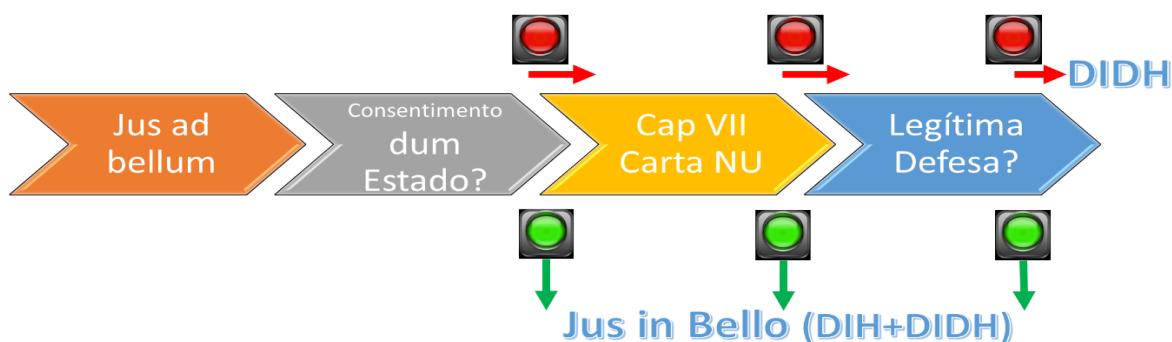


Figura 13 - Legitimidade do *Jus ad Bellum*

Fonte: (Autor, 2018)

<sup>30</sup> Ver Apêndice G.

<sup>31</sup> Está incluída a força indireta (NU, 1970, *General Assembly Resolution 2625 (XXV)*. Disponível em: <http://www.un-documents.net/a25r2625.htm>).

### 3.1.1. Consentimento

O consentimento do uso da força ou a solicitação de intervenção que um Estado permite a outro Estado no seu território, atento à existência de um conflito armado, deve ser dado livremente e ser claramente estabelecido (UNODA, 2015, p.19), advindo das maiores hierarquias do Governo<sup>32</sup> (figura 14). O artigo 2.º da Resolução da ONU sobre a Responsabilidade dos Estados (UN, 2001a, p.6) refere-se aos "limites" do consentimento, limitando a intervenção aos limites do mandato concedido (UN, 2008, pp.72–74), referindo ainda que os Estados que dão o seu consentimento e os que exercem o uso da força, ficam vinculados pelo DIH e pelo DIDH (IBAHRI, 2017, p.10-13).

A determinação da legitimidade para o consentimento baseia-se no controle legal dum Governo no seu Estado, mesmo que tenha perdido o controlo físico, quando "não exista um regime novo e único para ocupar o seu lugar" (Doswald-Beck, 1986, pp. 189-199 cit. por IBAHRI, 2017, pp. 11-132).

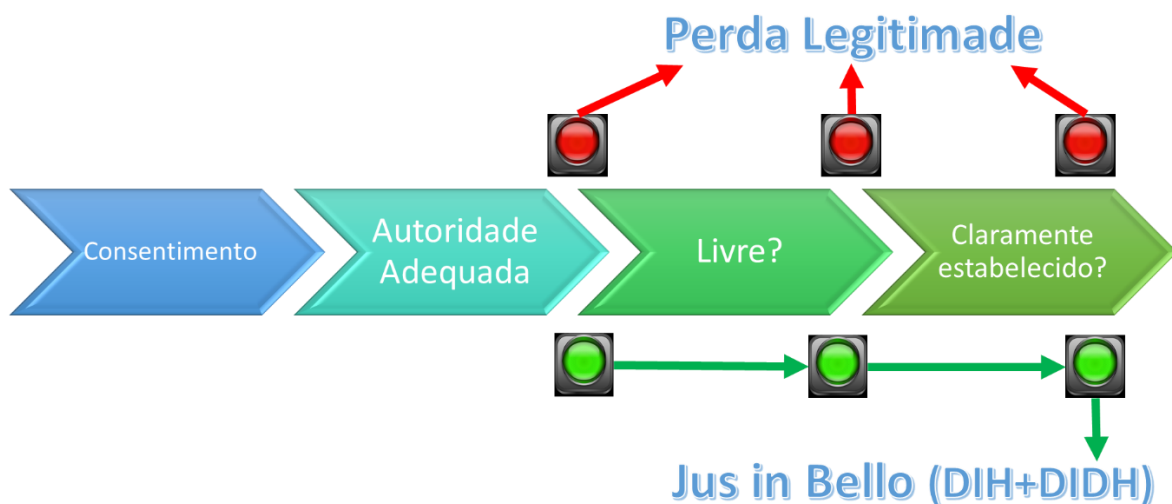


Figura 14 - Requisitos da aplicação do Consentimento

Fonte: (Autor, 2018)

### 3.1.2. Legítima Defesa

O artigo 51.º da Carta da ONU (NU, 1945, p.11) permite a legítima defesa, individual ou coletiva, por parte de um Estado quando este sofreu um ataque armado<sup>33</sup>, até que a ONU tome as medidas necessárias, devendo os Estados comunicar suas próprias medidas adotadas ao CSNU. O uso da força cumprirá os princípios de necessidade e da proporcionalidade

<sup>32</sup> Devido à importância do consentimento para a intervenção, a abordagem da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados é relevante, e no artigo 7.º (2) afirma que os Chefes de Estado, Chefes de Governo e Ministros dos Negócios Estrangeiros representam os Estados sem a necessidade de produzir poderes plenos, o que significa que esses funcionários podem falar em nome do seu Estado *per se*, sem necessidade de estar especificamente autorizado a fazê-lo.

<sup>33</sup> Nem sempre o uso da força se constitui como um ataque armado (UNODA, 2015, p.20).



(figura 15), tendo tal sido afirmado pelo Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) no parecer consultivo sobre as armas nucleares (CIJ, 1996).

Um dos aspetos mais controverso do uso de UAS em legítima defesa, é a sua invocação no caso de ataques terroristas. A ONU, após dos ataques do 11 de setembro, determinara que contra os ataques realizados por grupos armados terroristas internacionais era lícito invocar o direito de legítima defesa (UN, 2001b, p.1).

Uma resposta em legítima defesa a um ataque armado realizado por um grupo armado não-Estatal, apenas prevê a legalidade do uso da força contra esse grupo, não contra aqueles que, embora potencialmente e ideologicamente alinhados, ou motivados pelo grupo atacante, dele não fazem parte<sup>34</sup> (IBAHRI, 2017, p.15).

Aqui levantam-se a questão da legalidade da legítima defesa preventiva em antecipação a um ataque iminente. Alguns autores justificam os ataques preventivos como pertencentes ao campo da legítima defesa, mesmo que não seja necessariamente iminente, mas sim provável, justificada com base na dificuldade em prever um ataque dum grupo armado não-estatal. No entanto, esta não é uma doutrina amplamente adotada (UNODA, 2015, p.24) e (UN, 2004, p.54), uma vez que se concluiu que as condições para a legítima defesa só serão válidas, enquanto a ameaça de ataque for iminente, nenhum outro meio a desviará e a ação seja proporcional (Nolte and Randelzhofer, 2012, para.52).

A exigência da necessidade significa que não há outra opção de defesa, para além do uso da força, que consiga "parar ou repelir os ataques armados" (Rushby, 2017, p.29). O requisito de que o Estado "hospedeiro" seja incapaz de neutralizar uma ameaça por conta própria também é visto como um requisito de necessidade. Embora esta doutrina seja controversa é, no entanto, aceite pelos Estados. Nesse sentido, vários autores proeminentes referem que esta doutrina ainda não foi aceite como Lei (IBAHRI, 2017, p.16), considerando também a exigência na solicitação em relação ao consentimento (Rushby, 2017, p.30).

De acordo com o TIJ (Nicaragua v. United States of America, ICJ, 1986), o DI consuetudinário em legítima defesa só permite que a resposta seja proporcional<sup>35</sup> ao ataque armado, mas isso não significa que a resposta em autodefesa seja simétrica a esse mesmo ataque. A avaliação da proporcionalidade requer um ponto de referência. O TIJ inclina-se para reconhecer a possibilidade de uma medida de defesa energética ser considerada

---

<sup>34</sup> Este é o caso, por exemplo, do *Al-Shabaab* na Somália e da *Al-Qaeda* no Afeganistão. Embora compartilhem a ideologia e até tenham prometido lealdade entre si, de acordo com o DI, são grupos distintos, tendo estruturas de comando separadas (IBAHRI, 2017, p.15).

<sup>35</sup> Não confundir com o princípio de proporcionalidade do DIH (Rushby, 2017, p.30).

desproporcional quando a sua intensidade for maior que a gravidade do ataque armado. No entanto, a jurisprudência não oferece uma orientação real sobre quando se pode referir que uma ação tomada em autodefesa é excessiva quantitativamente (IBAHRI, 2017, pp.16-17).

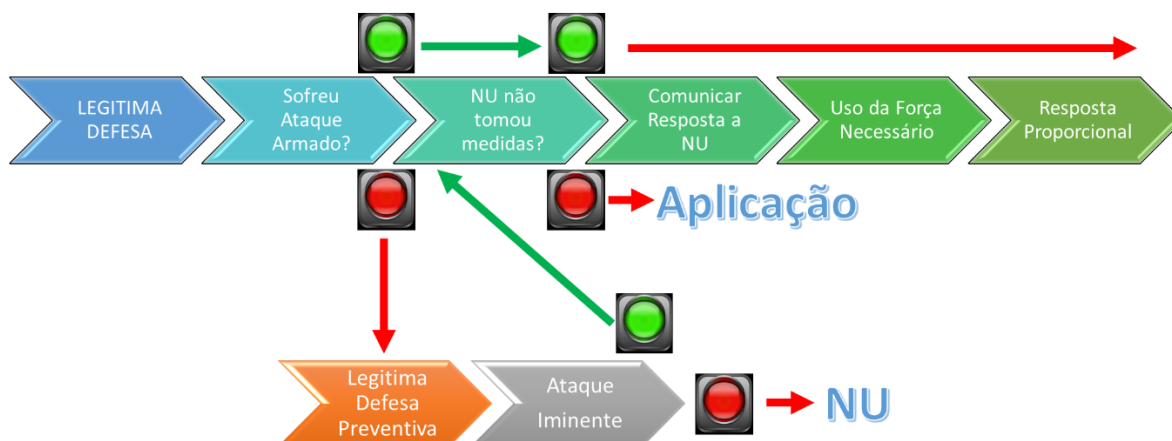


Figura 15 - Requisitos da aplicação da Legítima Defesa

Fonte: (Autor, 2018)

### 3.2. Aplicação do *Jus in Bello* nos Conflitos Armados

A legalidade ou não em recorrer à força, não tem relação com a legalidade da conduta relativamente ao seu uso. Por conseguinte, ao recorrer-se aos UCAV, a legalidade na forma como são utilizados, é uma questão distinta da existência de uma reivindicação legítima de emprego da força (IBAHRI, 2017, p.19).

Independentemente dos meios utilizados, as ações militares num conflito devem estar sujeitas a uma série de princípios básicos (figura 16) minimizando os danos colaterais e as próprias baixas (González-Regueral, 2017, p.8), que se projetam para o “Direito da Guerra” e se resumem ao cumprimento dos princípios da distinção e da proporcionalidade (Tasman, 2014, cit. por Magalhães, 2015, p.7), assim como de humanidade e de necessidade militar<sup>36</sup> (Silva et al., 2018, p.7), as normas codificadas no PA I, e as que existem no DIC para os CAI e CANI (CICV, 2015, pp.46–47; Alcañiz 2018; Pires, 2018).

#### 3.2.1. Distinção

O artigo 48.º do PA I estabelece que, a fim de assegurar a proteção da população e bens civis, as partes envolvidas num conflito armado devem a todo o tempo distinguir a população civil e os combatentes ou participantes diretos, e entre alvos militares e civis, devendo realizar operações que visam, exclusivamente, os objetivos militares (CICV, 2017). Esta definição do princípio de distinção, é considerada consuetudinária no seio do DI, o que estende a sua validade de aplicação mesmo para um Estado que não tenha ratificado o

<sup>36</sup> Ver Apêndice B.



protocolo (Lewis & Crawford, 2013 cit. por Magalhães, 2015, p.20). Segundo o artigo 51.º do PA I, também são proibidos os ataques indiscriminados por falta do reconhecimento deste princípio (Sehrawat, 2017, pp.185–186).

Num conflito armado, os civis são protegidos como tal, exceto quando e durante o tempo que participam diretamente nas hostilidades. Num específico CANI, as pessoas consideradas como membros de grupos armados organizados que têm uma "função de combate contínua"<sup>37</sup> podem ser atacadas a qualquer momento (Melzer, 2010, p.73).

### **3.2.2. Proporcionalidade**

O princípio de proporcionalidade visa limitar os danos causados pelas operações militares, reconhecendo que o uso de meios modernos de combate, provavelmente produzirão danos colaterais entre a população e bens civis, obrigando o Comando Militar a estabelecer um equilíbrio entre a vantagem militar que espera obter e os danos colaterais que daí resultem. O princípio da proporcionalidade, genericamente assenta na proibição do uso de armas e de métodos capazes de causar males supérfluos ou sofrimento inútil (MADOC, 2007, pp.2–13) conforme os artigos 51.º e 57.º do PA I (CICV, 2017, pp.39–44).

A proporcionalidade traz consigo o estudo de todas as opções no que se refere ao *targeting*, a verificação e o seguimento do objetivo, a identificação do sistema de armas a utilizar e o aviso e a evacuação de civis (Sehrawat, 2017, p.189).

O fato dos *drones* só oferecerem a opção de matar ou não matar, afetará a decisão sobre quando é necessário utilizá-los. A legitimidade da sua utilização numa área remota onde a captura não é viável, dependerá do valor do objetivo militar (Rushby, 2017, p.37).

### **3.2.3. Humanidade ou Sofrimento Desnecessário**

A aplicação deste princípio limita os Estados quanto ao leque de possíveis escolhas entre os meios e os métodos de emprego do armamento do qual se dispõe (Liu, 2012, p.629). Este princípio, previsto no artigo 35.º do PA I (CICV, 2017, p.31), proíbe o emprego de sistemas de armas que possam causar sofrimento desnecessário, toda a vez que atingido o objetivo militar, a imposição de mais sofrimento não é aceitável. O problema é definir o que é o sofrimento desnecessário, pois não há um padrão globalmente aceite (Sehrawat, 2017, p.179).

---

<sup>37</sup> Sob a orientação do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), apenas os membros cujo papel permanente é a participação direta nas hostilidades atendem à definição (um membro de um grupo armado organizado cuja função é levantar fundos ou fazer propaganda não tem uma função de combate contínua, enquanto a posição de um fabricante de bombas é menos clara) (Rushby, 2017, p.33)

### 3.2.4. Necessidade Militar

Este princípio refere que a força só pode ser empregue contra objetivos legítimos, podendo ser utilizado qualquer sistema de armas legal para assegurar o cumprimento da missão, permitindo-se a morte de combatentes inimigos e outras pessoas, quando esta é inevitável. O mesmo princípio aplica-se à destruição de propriedades, não podendo essa destruição ser, no entanto, um fim em si. Os sistemas de armas que não possam ser dirigidos para um alvo militar específico são proibidos (Sehrawat, 2017, p.180).

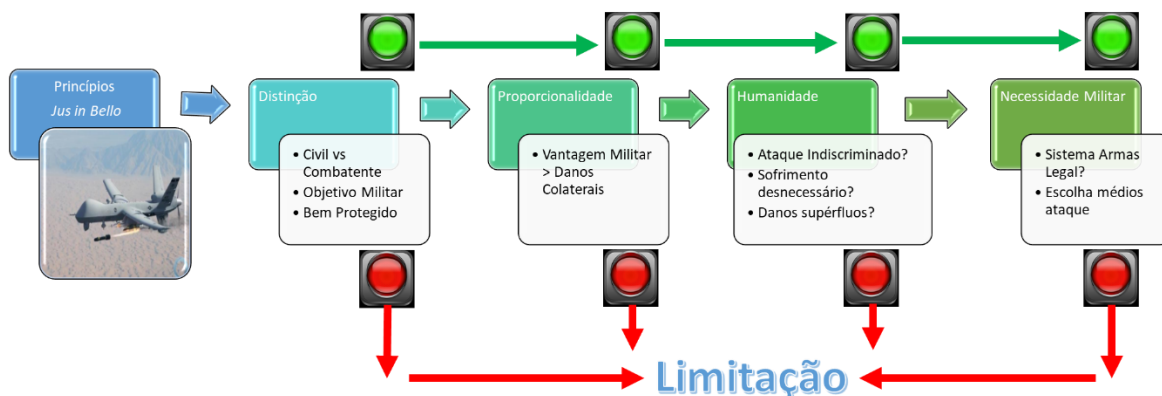


Figura 16 - Aplicação dos Princípios do Jus in Bello

Fonte: (Autor, 2018)

### 3.3. Conflitos Armados não Internacionais

De acordo com o artigo 3.º, comum às CG (CICV, 2016a, pp.37–38) e pelo PA II (CICV, 2017, pp.87–115), o DIH não reconhece nenhuma categoria específica de pessoas, pelo que apenas aqueles que não participem diretamente nas hostilidades ou tenham deixado de participar nelas, têm direito à proteção. Ao não haver estatuto de combatente, ou de prisioneiros de guerra, os membros dos grupos armados podem ser processados pela legislação do país (CICV, 2015, pp.28–29).

O Comité da Associação Internacional de Direito (ILA, 2010, p.2) determinou que para haver conflito armado tem de dar-se ao mínimo a existência de grupos armados organizados e confrontos de certa intensidade (Alcañiz, 2018) (figura 17).

#### 3.3.1. Requisito de Organização

O Requisito de Organização é muito considerado pela jurisprudência internacional. No caso Boškoski, o TPIJ declarou que "o grau de organização requerido para se envolver em *violência prolongada* é menor que o grau de organização necessário para realizar *operações militares sustentadas e planeadas*"<sup>38</sup>, sendo este um requisito do PA II (CICV, 2017).

<sup>38</sup> Procurador v Boškoski e Tarčulovski (2008) Sentença da Câmara IT-04-82-T, p.197.



O TPIJ adotou os fatores necessários para se ser uma organização. Isto é, a existência de sedes, a necessidade de uma estrutura de comando, estar suficiente organizado para executar táticas militares, existência de áreas de operações designadas, a construção de pontos de controlo, a capacidade de adquirir, transportar e distribuir armas, a capacidade do grupo armado de falar "por uma só voz", e o uso de porta-vozes e comunicações públicas (IBAHRI, 2017, pp.20–21).

### 3.3.2. Intensidade

Estabelecer o nível de intensidade requerido para um CANI, requer uma análise caso a caso, para a qual o TPIJ<sup>39</sup> identificou uma série de critérios indicativos (IBAHRI, 2017, p.22). O limiar de intensidade é um equilíbrio entre a duração e a magnitude<sup>40</sup>.

O TPIJ estimou, como aspetos relevantes para o critério de intensidade, o número de pessoas que combatem, o tipo de armas empregues e a sua quantidade, os mortos, e a duração e extensão territorial (ILA, 2010, p.30; Serrano, 2013, p.278; Alcañiz, 2018).

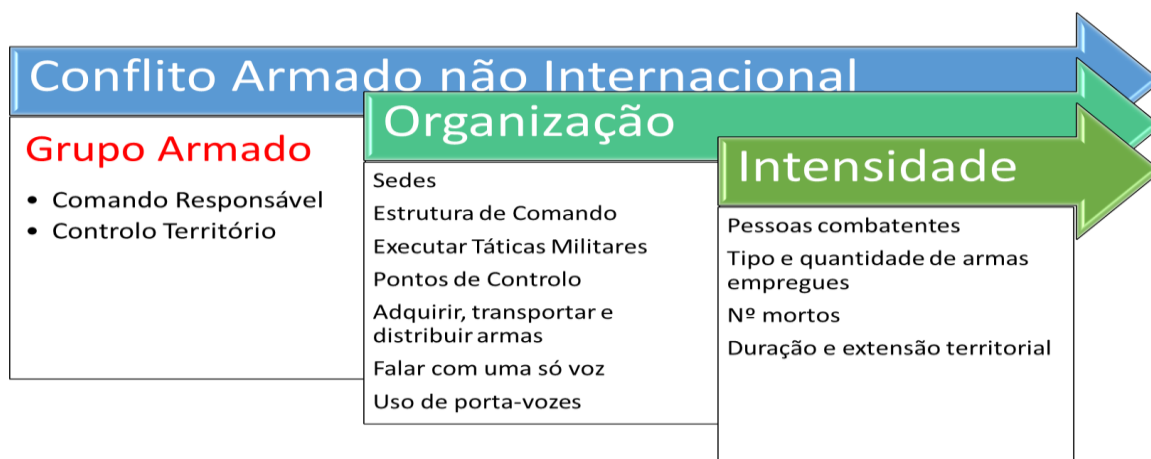


Figura 17 - Requisitos para CANI e Grupo Armado

**Fonte:** (Autor, 2018)

### 3.4. Direito Internacional dos Direitos Humanos

Segundo a Estratégia Global contra o Terrorismo das NU<sup>41</sup>, os Estados devem assegurar que qualquer medida tomada para combater o terrorismo cumpra as obrigações

<sup>39</sup> Procurador v Limaj, Bala e Musliu (2005) Sentença IT-03-66-T, p.90.

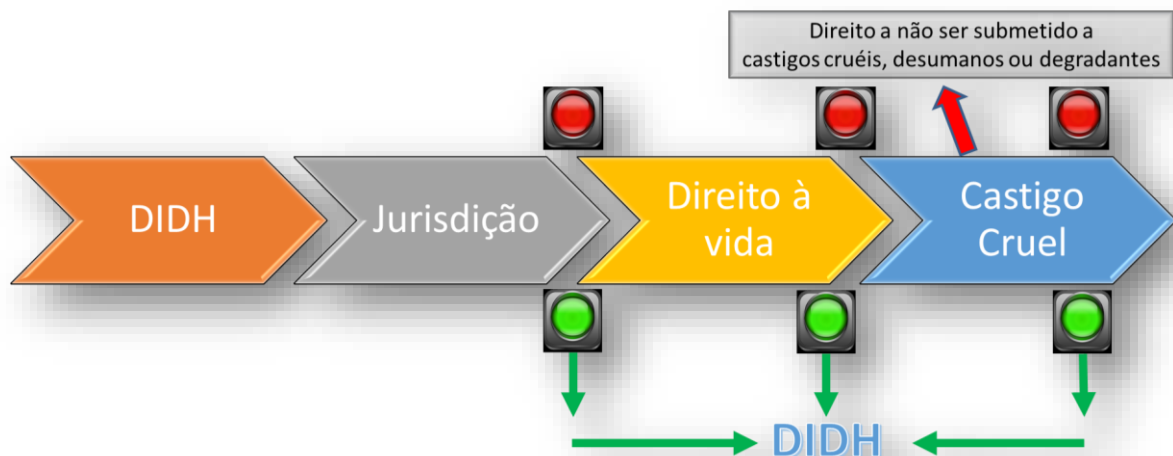
<sup>40</sup> Um nível baixo de duração pode satisfazer o critério de intensidade se o nível de magnitude for alto. O oposto também é o caso (ILA, 2010, p.30). No caso de *La Tablada*, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos referiu que houve um conflito armado devido à intensidade da luta, apesar de se ter lutado apenas 30 horas, já que era um "ataque armado cuidadosamente planeado, coordenado e executado. Ou seja, uma operação militar, contra um objetivo militar por excelência" (Abella e Argentina, 1997. IACHR Informe N° 55/97, Caso N° 11.137, p.147 e 155).

<sup>41</sup> UN, 2006, *Resolution General Assembly Doc A/RES/60/288*. New York: UN.



que lhe incumbem por força do DI, considerando as múltiplas facetas do DIDH (figura 18) e como se relacionam com as ações dos UAV (IBAHRI, 2017, p.34).

Denomina-se “núcleo” dos Direitos Humanos, os direitos fundamentais, como a vida e a proibição da tortura, castigo ou maus tratos humanos, perante os quais os Estados estão obrigados a respeitar em qualquer circunstância e sem admitir nenhuma derrogação (CICR, 2005, p. 37).



**Figura 18 - Princípios para aplicar o DIDH**

**Fonte:** (Autor, 2018)

### 3.4.1. Jurisdição

Antes de se tipificar estes direitos, deve-se fazer referência ao conceito de jurisdição, pois o primeiro passo para determinar se um Estado tem obrigações perante o DIDH, é considerar se o indivíduo afetado está sob a jurisdição desse mesmo Estado.

O artigo 2.º do PIDCP (figura 19) afirma que a proteção de um indivíduo aplica-se às ações de um Estado "dentro do seu território e sujeito à sua jurisdição", o que restringe a sua aplicação apenas aos atos praticados no território do Estado. O Comité dos Direitos Humanos determinou que um Estado exerce jurisdição fora de seu próprio território se possui o controlo efetivo sobre uma área geográfica de outro Estado<sup>42</sup>, ou ainda sobre prisioneiros de guerra ou detidos (Alcañiz, 2018). Além disso, o DIDH será aplicado a um Estado "através do consentimento do respetivo governo territorial" (IBAHRI, 2017, pp.34-36).

<sup>42</sup> Poder de ocupação, como por exemplo Israel em território palestino (Human Rights Committee, 1998, *Concluding observations of the Human Rights Committee: Israel*; CCPR/C/79/Add.93, p.10).

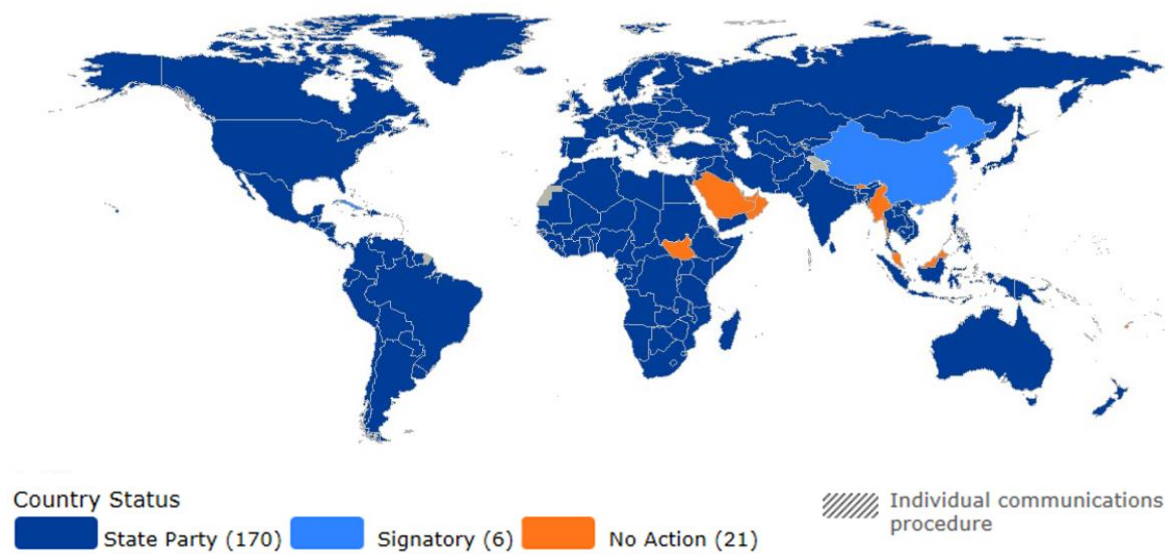


Figura 19 – Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Estado de Ratificação.

**Fonte:** (Human Rights, 2018)

O que o Direito não permite, é que um Estado cometa violações do DIDH que não o faria no seu próprio território (Heyns et al., 2016, p. 825), pelo que qualquer ação fora do seu território deve ser feita de acordo com o DIDH e o DIC.

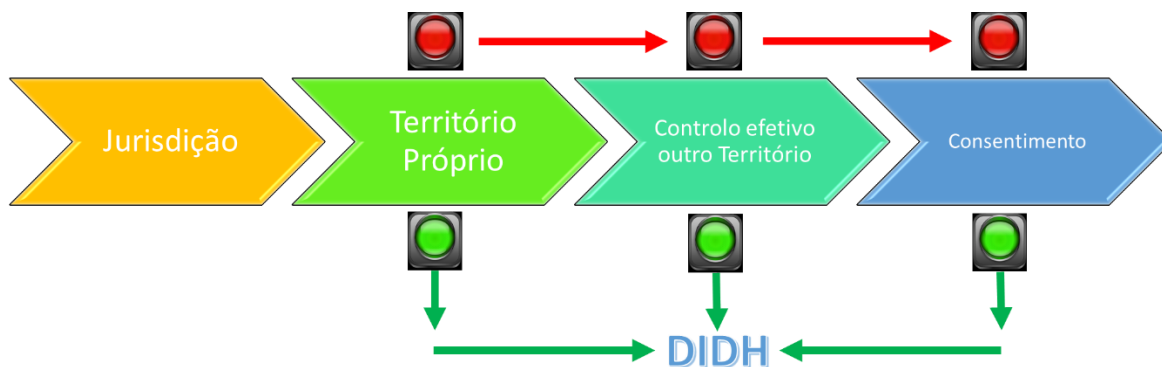


Figura 20 - Requisitos da Jurisdição

**Fonte:** (Autor, 2018)

### 3.4.2. O Direito à Vida

O direito à vida é um direito fundamental dentro do DIDH, como regra do DIC, para o qual não há limitação territorial (UNODA, 2015, p.26). De acordo com o artigo 6.º do PIDCP (UN, 1966, p. 4) é vinculativo para todos os Estados que utilizam os UAS, com base no princípio em que ninguém pode ser arbitrariamente privado da sua vida (Heyns et al., 2016, p.819). Fora de um conflito armado, um Estado pode usar a força letal quando exerce a aplicação da lei. O Comité de Direitos Humanos da ONU assim o interpretou<sup>43</sup>, exigindo que a força utilizada fosse proporcional à ameaça, e necessária, isto é, o único meio

<sup>43</sup> Human Rights Committee, 1982, *General Comment No 6, HRI/GEN/1/Rev.6*.

disponível para parar a ameaça. Portanto, o uso de *drones* para matar fora dum conflito armado, apenas poderia ser legal se houvesse outras vidas em jogo e a urgência da situação não deixasse nenhuma outra opção, para além da força letal. Tal está de acordo com o enfoque adotado pela Corte Europeia dos Direitos Humanos (CEDH)<sup>44</sup> sobre o uso da força letal durante as operações de aplicação da lei. Mas, no entanto, a lei não é clara quanto à natureza precisa da iminência, ou seja, o ponto em que a força letal pode ser usada contra uma ameaça em desenvolvimento. Esta é uma constatação que deve ser feita caso a caso (IBAHRI, 2017, pp.36–37).

Nesta linha, também a UE, que afirma que de acordo com o DIDH, o *Targeting Killing* é legal apenas em casos limitados para proteger a vida humana e em situações onde não há outra opção. Refere ainda que, nos termos do artigo 2.º da CEDH (direito à vida) (CE, 2010, p.6), a exigência estrita é absolutamente necessária quando se decide privar alguém da sua vida (European Parliament, 2017, p.15).

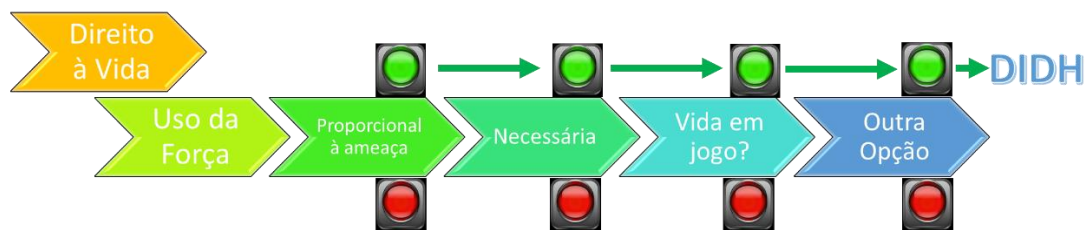


Figura 21- Uso da Força e o Direito à Vida

Fonte: (Autor, 2018)

### 3.4.3. O Direito a não ser submetido a castigos cruéis, desumanos ou degradantes

Previsto no artigo 7.º do PIDCP (UN, 1966, p.5), o direito a não ser submetido a castigos cruéis, desumanos ou degradantes pode ser afetado mediante ataques de *drones*, pelo que deve ser estudado o impacto psicológico da sua presença sobre aqueles que vivem onde aqueles estão a atuar<sup>45</sup> (IBAHRI, 2017, p.37).

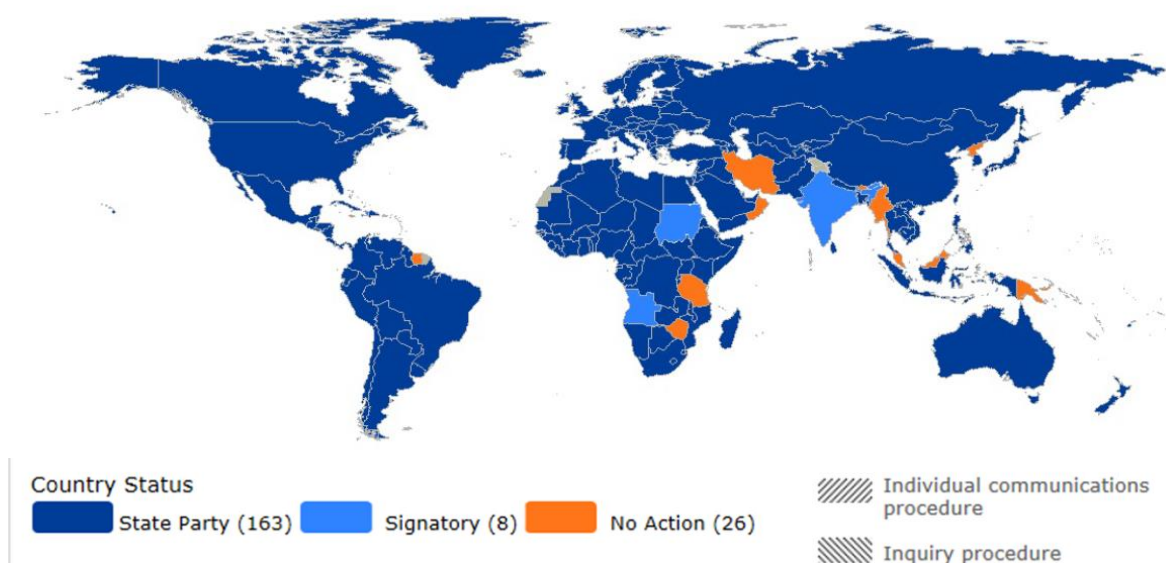
A definição de tortura prevista no artigo 1.º da (CAT) (figura 22) (NU, 1984) inclui sofrimento "físico ou mental". Porém, o Representante Especial das NU sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, afirmou que estes comportamentos são diferentes da tortura, uma vez que esta é realizada com a intenção de

<sup>44</sup> McCann e outros v United Kingdom (1995) ECHR 1984/91 p.194.

<sup>45</sup> A vida numa região onde os *drones* são operados regularmente foi descrita como "inferno na terra", em que o som de zumbido constante é justaposto com mísseis que, movendo-se mais rápido do que a velocidade do som e do impacto detonam sem aviso prévio.

punir ou de fornecer informações de acordo com artigo 1.º do CAT<sup>46</sup>, posição apoiada pela jurisprudência do TPIJ<sup>47</sup>.

Nowak (2006, pp.830-832 cit. por IBAHRI, 2017, pp.37–38) sugere que a conduta negligente que leva ao sofrimento pode ser cruel, desumana ou degradante<sup>48</sup>. Tal interpretação deixa aberta a possibilidade de que o sofrimento mental causado por voos persistentes de *drones* possa ser incluído na definição de tratamento cruel, desumano ou degradante, uma vez que o artigo 16.º da CAT não contém um requisito específico de intenção, como a tortura, pelo que tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes podem ser infligidos mesmo por negligência.



**Figura 22 – Convenção contra a Tortura e outras penas ou tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes.**  
**Estado de Ratificação.**

**Fonte:** (Human Rights, 2018)

### 3.5. Sínteses Conclusiva

Segundo os juristas entrevistados<sup>49</sup> não existe direito específico para os UAS, pelo que a base da legalidade do emprego dos UAV assenta no quadro jurídico do DI em que operam. Operar um UAV de acordo com todas as regras do DIH, será legal se for utilizado de maneira a que não viole o *Jus ad Bellum*. Nesse sentido, previamente ao emprego dos UAS, deve ser satisfeita a condição de consentimento pela adequada autoridade do país, ou se existir uma

<sup>46</sup> M Nowak, 2006. *What Practices Constitute Torture? US and UN Standards*. 28 Human Rights Quarterly 809, 830–832.

<sup>47</sup> Procurador v Milorad Krnojelac, 2002. IT-97-25-T, Trial Chamber Judgment, p.180.

<sup>48</sup> M Nowak, 2006. *What Practices Constitute Torture? US and UN Standards*. 28 Human Rights Quarterly 809, 830–832.

<sup>49</sup> Ver Apêndice G.



resolução das NU com base ao Capítulo VII, ou ainda se tiver sido invocada a legítima defesa perante um ataque de outro Estado, ou por um grupo armado.

A violação de qualquer regra legal internacional aplicável tornará o ataque ilegal, mesmo tendo-se cumprido o *Jus ad Bellum*, pelo que as ações onde sejam empregues os UAV estarão limitadas ao DIH. Assim, para cada missão, deve analisar-se se são respeitados os princípios da distinção, humanidade, proporcionalidade e necessidade militar, aplicáveis ao CAI e ao CANI por fazer parte do DIC.

Não obstante, no caso dos CANI, é preciso determinar se o alvo cumpre os requisitos necessários de grupo armado, nomeadamente a organização e a intensidade, ainda que o princípio da intensidade não esteja bem definido.

No que se refere à aplicação do DIDH, dois são os princípios fundamentais que devem permanentemente ser aplicados e sobre os quais não há possibilidade de abdicação, o direito à vida e o direito a não ser submetido a castigos cruéis, desumanos ou degradantes.

O direito à vida limita qualquer utilização dos UAV a operações não letais, salvo se forem empregues em ações letais para proteger outra vida humana. Quanto ao direito a não ser submetido a castigos cruéis, o contínuo voo de UAV sobre certas zonas, embora não possa ser considerada tortura, atendendo à própria definição das NU, diferentes autores consideram que os seus efeitos psicológicos, podem-se considerar como um castigo cruel. Neste sentido, para além das questões referentes à jurisdição, o DIDH apresenta limitações para o uso de UAS.

Em síntese, as limitações dos ataques com UAV para cumprir com o princípio da legalidade, ao abrigo do DI, devem ser analisadas de forma abrangente e conforme o Direito aplicável em cada momento. Assim, de acordo com o suprarreferido, alcançou-se o OE2, sendo possível responder à QD2.

Paralelamente, detetou-se uma série de conceitos que não têm uma definição no campo do DIH, ou que a mesma não é suficientemente precisa como devia ser para se poder fazer uma aplicação legal. Dentro destes conceitos podemos identificar grupo armado, limite necessário para o ataque armado, proporcionalidade em legítima defesa, proporcionalidade no *Jus in Bello* e o sofrimento desnecessário.



#### **4. Consequências legais da utilização das Aeronaves não Tripuladas.**

Neste capítulo, apresentam-se as ações legais que podem ser empreendidas pelas populações dos locais ou dos Estados onde estão a atuar os UAV, caso estes não ajam conforme a lei, assim como as consequências para o pessoal das FFAA que esteja a utilizar os UAV criminosamente, tendo por base o estudo, maiormente, das CG e dos seus PA I e II.

Há necessidade dos Estados divulgarem a base legal sobre a qual estão conduzindo operações com UAV<sup>50</sup>. A ausência dessa informação dificulta as investigações que os Estados têm a obrigação de assumir: o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) considerou que a falta de investigação, punição e compensação por violações do direito à vida, pode, por si só, constituir uma violação desse direito<sup>51</sup> (IBAHRI, 2017, p.43).

O Conselho de Direitos Humanos da ONU (UNHRC, 2014, p.2) pediu transparência para facilitar possíveis investigações quando existir indícios de violações do DI em ações com os UAS, toda a vez que a transparência e a responsabilidade são primordiais, atendendo a que, sem a capacidade de acesso à informação, os direitos fundamentais são limitados (EP, 2017, p.11).

##### **4.1. Sociedade e Populações.**

O princípio da responsabilidade é fundamental no DI, exigindo que os Estados realizem investigações sobre possíveis violações do DIH e do DIDH e, quando apropriado, processem os seus responsáveis (NU, 2005). Os Princípios Relativos a uma Eficaz Prevenção e Investigação de Execuções Extralegais, Arbitrárias e Sumárias (NU, 1989) afirmam que, quando há suspeita que uma morte ocorreu em tais circunstâncias, deve haver uma investigação independente e imparcial para determinar a sua causa (IBAHRI, 2017, p.39), distinguindo a lei entre situações de conflito armado e em tempo de paz. Em caso de morte de civis, na sequência de ataques com UAV (tabela 2), os Estados estão obrigados à atribuição de responsabilidades, a castigar os responsáveis e a prever o acesso a instrumentos de reparação, incluindo o pagamento de uma indemnização às famílias das vítimas (PE, 2014, p.3).

---

<sup>50</sup> O governo dos EUA reconheceu o emprego de UAV para ataques seletivos contra terroristas, mas nega-se a tornar público os critérios para a sua autorização (EFE, 2017).

<sup>51</sup> Kaya v Turkey, 1998. Sentença caso Nº 22729/93 pp.86-92.





Tabela 2 - Resumo dos ataques com UCAV pelos EUA

<b>Summary of US Counterterrorism Strikes Outside Areas of Active Hostilities between January 20, 2009 and December 31, 2015</b>	
Total Number of Strikes Against Terrorist	473
Targets Outside Areas of Active Hostilities	
Combatant Deaths	2372-2581
Non-Combatant Deaths	64-116

**Fonte:** (DNI, 2016, p.1)

Em tempo de paz, a jurisprudência do DIDH cria uma obrigação processual para que os Estados conduzam uma investigação efetiva quando indivíduos morrem ou sofrem ferimentos como resultado do uso da força por um agente Estatal, ou um grupo armado não-Estatal, que deriva do direito a vida<sup>52</sup>, e no qual as vítimas ou as suas famílias recebem uma compensação adequada<sup>53</sup> ou reparação efetiva, exigindo mecanismos e procedimentos legais (NU, 1989).

As autoridades estaduais têm a obrigação de agir por conta própria e não esperar que os familiares de uma vítima mortal façam uma denúncia. Por outro lado, surgem casos de Estados que consentiram a terceiros o uso de UAV e que não atuam, pois os tribunais estão relutantes em julgar atos de outros Estados<sup>54</sup> (IBAHRI, 2017, pp.40 e 42). Mas segundo Espinar (2008), antes de apresentar uma denúncia por violação dos Direitos Humanos perante os organismos internacionais, é exigido o esgotamento dos recursos judiciais do Estado<sup>55</sup> onde ocorreram os atos denunciados. Esgotada a via interna, há diferentes organismos de caráter internacional nos quais os Estados, ou os cidadãos podem denunciar atos criminosos<sup>56</sup>.

Segundo o artigo 41.º do PIDCP, os Estados parte, que reconheçam a competência do Comité dos Direitos Humanos, poderão interpor uma denúncia perante este, se considerassem que um Estado parte cometeu violações do Pacto (UN, 1966, p.19).

<sup>52</sup> Isayeva v Russia, 2005. ECHR 57950/00, p.209.

<sup>53</sup> Scheinin, 2010, p.22 'Report of the Special Rapporteur on the Promotion and Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms While Countering Terrorism' A/HRC/16/51.

<sup>54</sup> R v Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs [2014] EWCA Civ 24, [2014] 1 WLR 872.

<sup>55</sup> Não obstante, há a possibilidade de acudir a organismos internacionais diretamente quando o sistema nacional se mostre ineficaz ou se prolongue injustificadamente (Espinar, 2008).

<sup>56</sup> No link a seguir estão as normas e procedimentos para a denúncia por violação dos direitos humanos: <http://www.derechoshumanos.net/derechos/index100.htm>. (FAPDH, 2013).

Segundo os artigos 21.º e 22.º do Convenção contra a tortura e outras penas ou tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, os Estados ou os cidadãos dos Estados-parte, que reconheçam o Comité contra a Tortura, poderão interpor uma denúncia se considerarem que um dos Estados-parte cometeu violações do Pacto, devendo o Comité examiná-las (NU, 1984).

O Procedimento para a apresentação de denúncias perante o Conselho de Direitos Humanos das NU, está regulado no Capítulo IV da Resolução 5/1 das NU sobre o Conselho de Direitos Humanos e, segundo o seu artigo 87.º, um relatório sobre uma violação dos direitos humanos e as liberdades fundamentais poderá ser apresentado por um cidadão ou grupo de pessoas que tenham sido vítimas das respetivas violações (NU, 2007, p.10).

Com a adoção em Roma do Estatuto do Tribunal (ou Corte) Penal Internacional, foi estabelecido um sistema internacional de justiça criminal permanente (MADOC, 2007a, pp.7–18), facultada para exercer a sua jurisdição (figura 23) sobre as pessoas que tiveram cometido os crimes e as violações dos direitos humanos mais graves e de transcendência internacional (genocídio, crimes de lesa humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão) (FAPDH, 2008). Nesta situação, podem os Estados-parte, segundo a artigo 14.º do Estatuto de Roma (CPI, 1998, p.11) solicitar ao procurador do Tribunal a investigação dos possíveis crimes de competência deste Tribunal.



Figura 23 – *The States Parties to the Rome Statute*

Fonte: (International Crime Court, 2016)





Além destes organismos de estatuto mundial, há outras organizações supranacionais regionais, nomeadamente: o Tribunal Interamericano dos Direitos Humanos, a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, o TEDH<sup>57</sup> e o Tribunal de Justiça da União Europeia<sup>58</sup>, os quais só têm capacidade de atuação sobre os países parte dos Convénios ou Tratados que regulam estes tribunais ou comissões (FAPDH, 2013).

#### **4.1.1. Nicarágua vs EUA**

Um exemplo claro das ações que podem ser empreendidas por um Estado quando outro ultrapassa os limites do *Jus ad Bellum* e o DIH é o conhecido caso Nicarágua contra EUA (Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (*Nicaragua v. United States of America*), 1986).

Em abril de 1988, a Nicarágua acusou os EUA perante a Corte Internacional de Justiça<sup>59</sup> (CIJ) da Haia por “treinar, armar, equipar, financiar e fornecer as forças dos *Contra*” e “encorajar, apoiar e ajudar na execução de atividades militares e paramilitares” na Nicarágua, em violação da sua obrigação de não intervenção nos assuntos internos de outro Estado, além de atacar portos, minar águas territoriais e sobrevoar o espaço aéreo da Nicarágua.

A CIJ sentenciou em 1986 a favor de Nicarágua, mas os EUA recusaram respeitar a sentença e nunca pagaram a condenação económica a que foram obrigados. Após a sentença, os EUA retiraram a sua declaração de aceitação da jurisdição da CIJ (figura 24) (Tapia, 2014).

---

<sup>57</sup> Tribunal de Estrasburgo.

<sup>58</sup> Tribunal de Luxemburgo.

<sup>59</sup> O Tribunal ou CIJ é o principal órgão judicial da ONU, tendo uma dupla missão: o acordo das controvérsias submetidas pelos Estados, de acordo com o DI, e a emissão de pareceres jurídicos submetidos pelos organismos das NU (CIJ, 2018).



Figura 24 - Estados que reconhecem a Jurisdição da CIJ em 2014

Fonte: (DFAE, 2014, p.27)

#### 4.2. Pessoal das Forças Armadas.

O comportamento contrário às disposições do DI envolve uma série de consequências disciplinares e criminais, tanto para o combatente quanto para os comandantes, para além das responsabilidades para o Estado cujas FFAA cometam atos puníveis. Nesse sentido, ficam sujeitos à obrigação de pagar as compensações constantes nas resoluções condenatórias ou na adoção de medidas acordadas pela comunidade internacional (MADOC, 2007, pp.7–14).

Os comandantes têm de tomar as medidas apropriadas para prevenir as violações do DIH, assegurando, no caso de uma infração, que esta cessa (Artigo 86.1 PA I) (CICV, 2017, p.65) e "informando as autoridades competentes das violações das Convenções e dos Protocolos" (Artigos 87 PA I), promovendo ações penais contra os seus perpetradores (CICV, 2017, pp. 66-67).

##### 4.2.1. Responsabilidade Individual

Cada cidadão está sujeito à responsabilidade pessoal por atos cometidos por infração das regras do DIH que podem ser qualificados como infração disciplinar, crime ou crime de guerra (MADOC, 2007, pp.7–14).



As quatro CG (CICV, 2016a) e o artigo 85.º do PA I (CICV, 2017, pp.63–65) criam uma obrigação para as partes procurarem indivíduos que possam ter cometido, ou ordenado, violações do DIH, e trazê-los perante os seus próprios tribunais, independentemente da sua nacionalidade. Este dever aplica-se a todas as infrações ao DIH equivalentes a crimes de guerra, obrigações que existem, quer em CAI, quer em CANI (CICV, 2017, p. 29; CICV, 2017, p. 93), pelo que há um claro dever de todos os Estados que usam os UAS para investigar eventuais crimes de guerra (IBAHRI, 2017, p.41).

O uso ilícito de *drones*, extraterritorialmente, pode constituir um ato de agressão com manifesta violação da Carta da ONU (NU, 1945), dando origem à responsabilidade criminal individual pelo crime de agressão, tanto sob o DIC, quanto sob o Artigo 8bis<sup>60</sup> do TPI. Estas situações podem gerar responsabilidade criminal individual dos perpetradores, sendo processados perante o TPI (onde este exerça a sua jurisdição), ou perante outro tribunal criminal internacional devidamente constituído com jurisdição, ou ainda perante a jurisdição nacional competente (IBAHRI, 2017, p.44).

#### **4.2.2. Responsabilidade dos Estados**

Sob o DI, os Estados são responsáveis pelos atos de seus órgãos de governo e pelos cidadãos sob a sua direção. Todo o ato internacionalmente ilícito de um Estado implica responsabilidade internacional, a qual também pode surgir quando auxilia à conduta ilícita de outro Estado<sup>61</sup>. Tal acontece, sempre que o Estado assistente conheça as circunstâncias que tornam ilegal o comportamento do Estado assistido e a sua assistência destina-se a facilitar esse comportamento específico. Nas circunstâncias do uso de *drones* armados, se um Estado empreender ataques contrários à lei internacional, outro Estado que o auxilie em tal conduta pode ser responsabilizado atento à lei de responsabilidade Estatal<sup>62</sup>. Além disso, em situações onde um Estado usa *drones* com o consentimento de outro, ambos os Estados podem incorrer em responsabilidade por ataques que violem o DIH ou o DIDH (IBAHRI, 2017, p.45).

Nos casos em que se considera que um ataque com *drones* violou o DI, o Estado responsável tem o dever de repará-lo de acordo com a sua gravidade, o que inclui a cessação

---

<sup>60</sup> O artigo 8 bis é um novo artigo sobre o crime de agressão, incluído no Estatuto de Roma pela Resolução RC/Res.6, de 11 de junho de 2010 do TPI.

<sup>61</sup> United Nations, 2001. *International Law Commission Draft Articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts, with commentaries*. General Assembly Official Records 56th session, supplement n° 10 (A/56/10), Art 16.

<sup>62</sup> House of Commons, House of Lords Joint Committee on Human Rights, 2008-09. *Allegations of UK Complicity in Torture*. Twenty-Third Report of Session, HL Paper 152, HC 230, pp.24–27.



e as garantias de não-repetição, de indemnização<sup>63</sup>, de reabilitação e restituição (IBAHRI, 2017, p.46).

#### 4.3. Síntese conclusiva.

As operações nas quais são utilizados UAS são submetidas ao DI, pelo que qualquer incumprimento do referido direito traz consigo consequências legais para as populações que estejam a sofrer essas operações, assim como para os Estados e responsáveis que as executam.

É fundamental, para facilitar qualquer investigação judicial e evitar o desamparo legal, que os países que utilizam os *drones* atuem com a transparência no momento de o tornar público e de prover a informação relativamente ao motivo no emprego de *drones* (*Jus ad Bellum*) e como estes são utilizados e contra quem (*Jus in Bello*), ou sob que princípios do DIDH se decide a sua utilização.

Respondendo à primeira parte da QD3, existem diferentes mecanismos legais, tanto a nível nacional (interno), como a nível internacional, quer regional, quer a nível global, para que os cidadãos e os Estados que estejam a sofrer possíveis ações contrárias ao DI as possam denunciar. Não obstante, foi detetado que os diferentes Tribunais, Cortes ou Comissões Internacionais que estão a julgar estes atos só têm jurisdição sobre os Estados-parte e, como já foi referido no caso de Nicarágua contra os EUA, embora um Estado tenha sido condenado, às vezes não há uma capacidade real para fazer cumprir a sentença, embora noutros Tribunais Internacionais constituídos para julgar crimes de guerra (Nuremberga, Tóquio, ex-Jugoslávia e Ruanda) tem-se demonstrado que as suas sentenças podem ser mais efetivas.

Quanto à segunda parte da QD3, de acordo com o referido pelos juristas entrevistados<sup>64</sup> e no que diz respeito ao pessoal das FFAA que utiliza estes sistemas, a sua atuação está sujeita ao DI. Nesse sentido, existe uma responsabilidade, quer individual, quer dos respetivos Estados, os quais estão obrigados a perseguir qualquer emprego ilegal dos UAV, podendo chegar, caso estejamos na presença de crimes de guerra, à intervenção de Tribunais internacionais, nomeadamente, o TPI, podendo conduzir a eventuais consequências disciplinares e criminosas.

Em síntese, quer os Estados que violem o DIP, por intermédio de ações dos UAV sobre os quais os cidadãos têm a possibilidade de denunciar perante os órgãos jurídicos

---

<sup>63</sup> Gabčíkovo-Nagymaros Project (Hungary v Slovakia), 1997. Sentença CIJ p.152.

<sup>64</sup> Ver Apêndice G, questões 8 e 9.



competentes, quer os cidadãos responsáveis por estas violações, terão que assumir a responsabilidade criminosa, embora nem sempre estes órgãos jurídicos possuam a força legal necessária para fazer cumprir as suas sentenças. Assim, de acordo com o suprarreferido considera-se respondida a QD3 pelo que, deste modo, se alcançou o OE3.

## 5. Limitações ao planeamento de operações com UAV pelas Forças Armadas.

A utilização de UAV pelas FFAA, deveria ocorrer sob o enquadramento do DI. Este capítulo foca-se na forma como o planeamento das operações com UAV é limitado, atento ao escrutínio das regras impostas pelo DI.

Analisaremos os dados obtidos no capítulo 2 no que se refere a capacidades e missões onde são utilizados os UAV, com os princípios outorgados pelo DI e que foram descritos no capítulo três e quatro, a fim de se evidenciar a forma como as operações com UAV são limitadas. Para isso será empregue um código de cores explicativo, tal como demonstra a figura 25:



Figura 25 – Explicação sobre o Código de cores

**Fonte:** (Autor, 2018)

A sequência de análise será a proposta pela NATO no *Elementary Course on International Law of Armed Conflicts* para a aplicabilidade das normas do Direito, segundo a figura 26:

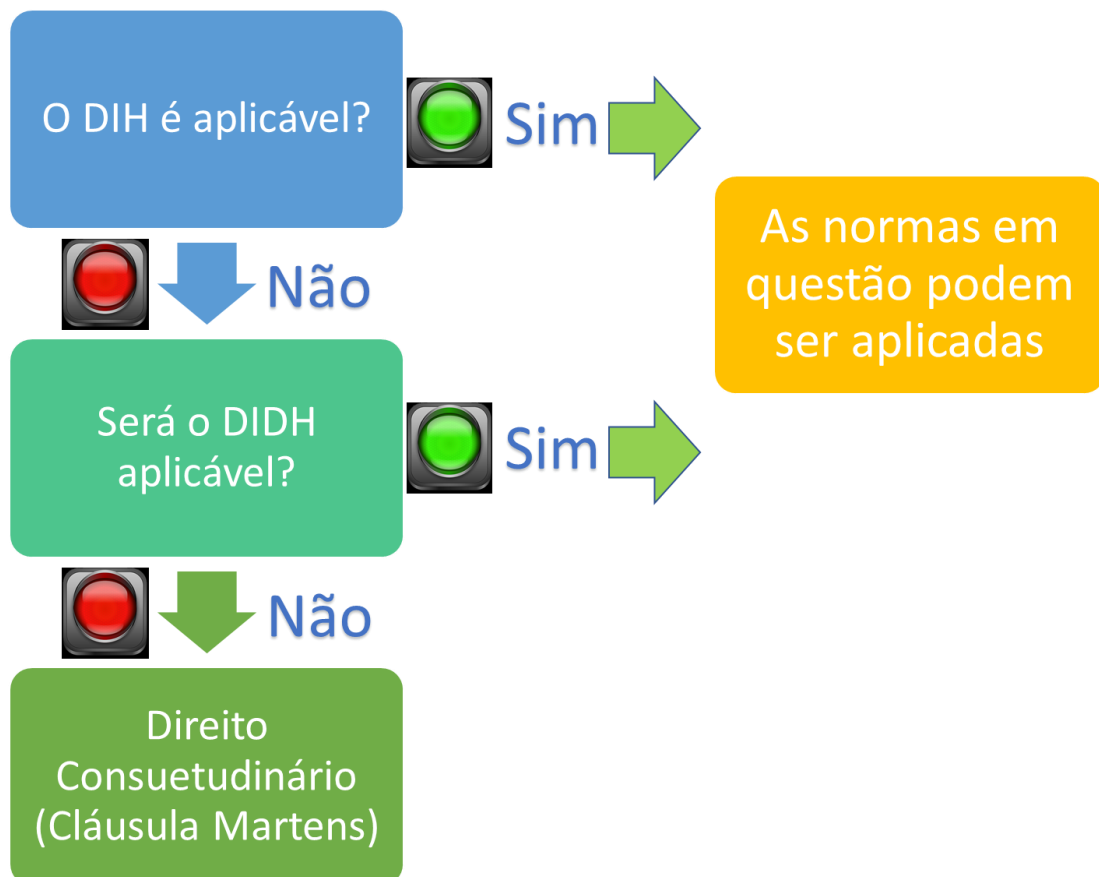


Figura 26 - Aplicabilidade das normas do DIH

**Fonte:** adaptado de (NATO, 2008 cit. por Roque, 2013, p.130)

Segundo Carreira (2015, cit. por Magalhães, 2015, p.19), ao considerar os UAS enquanto meio de combate, embora não sejam especificamente proibidos no âmbito do DI, e, portanto, não existindo restrição genérica à sua utilização, os seus métodos de utilização têm o potencial de poder ser empregues de forma contrária à lei, não sendo assim um problema específico do meio (IBAHRI, 2017, p.24).

### 5.1. Determinação do *Jus ad Bellum*.

A primeira fase de análise sobre a limitação ao emprego dos UAS tem de ser feita para determinar a legitimidade do *Jus ad Bellum*, com base num consentimento ou na invocação da legítima defesa (figura 27). Mas, como já foi referido no capítulo 3, não há uma relação entre a causa do emprego da força e a forma como esta é empregue, pelo que para a determinação do *Jus ad Bellum* deve-se analisar qual dos princípios do DI é que autoriza o emprego da força (consentimento, legítima defesa ou resolução das NU).

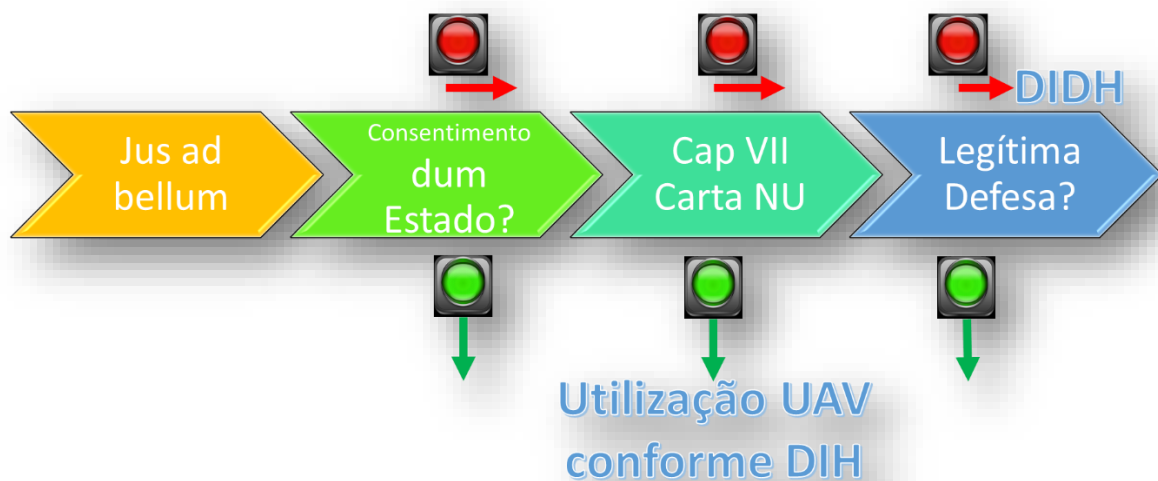


Figura 27 - *Jus ad Bellum* para a utilização de UAV

**Fonte:** (Autor, 2018)

Não obstante, convém sublinhar que, embora não seja utilizada a força, se a utilização dos UAV é fora da jurisdição nacional (Saura, 2014, p.122), não será permitido o sobrevoo com aeronaves militares, como o UAV, no espaço aéreo doutro Estado sem o consentimento deste, conforme ao artigo 3.º do Convénio de Chicago, para qualquer tipo de missão (OACI, 1944, p.1).

Se algum dos requisitos suprarreferidos fosse cumprido, os UAS seriam mais um meio a recorrer devendo atuar, em todo o caso, conforme o DIH, o que implica que deverá ser analisado caso por caso.



O debate que define as campanhas realizadas pelos EUA, é o dilema da legítima defesa ou da ação preventiva, levantando questões sobre quando e com que limites a força militar deve ser usada e de que forma a população civil é protegida (González-Regueral, 2017, p.5). Contudo, este é um debate focado na legalidade do emprego da força e não nos meios utilizados.

## 5.2. Limitações na aplicação do *Jus in Bello*.

Na hipótese de se invocar algum dos princípios do *Jus ad Bellum*, comparando as missões e os locais onde são utilizados os UAV, com os princípios do DIH para os conflitos armados (distinção, proporcionalidade, humanidade e necessidade militar), através da figura 28 pode-se constatar quais as limitações para as operações com UAS num CAI:

Missões UAS	Distinção	Proporcionalidade	Humanidade	Necessidade Militar
C2				
EW				
ISR				
Ataque				
Ap Log				
PSYOPS				

Figura 28 - Limitações ao planeamento com UAS num CAI

Fonte: (Autor, 2018)

No que se refere as missões de Comando e Controlo, *Electronic Warfare* (EW), ISR, Apoio Logístico e *Psychological Operations* (PSYOPS), os UAV poderão ser empregues em todo momento, pois não colidem com os princípios do DIH.

As ações de combate, entre as quais estão as ações de *targeted killing* são as que geram maiores controvérsias, pois compreendem o uso de força letal contra um indivíduo específico, que não se encontra sob custódia da autoridade atacante, com intenção, premeditação e deliberação de matar (Wuschka, 2011, cit. por Magalhães, 2015, p. 16).

Um dos aspetos chave dos princípios da necessidade militar e da humanidade é aquele que refere que só podem ser empregues armas legítimas. O Protocolo de Genebra de 1925, proíbe a utilização de armas químicas e biológicas (League of Nations, 1925, p.1; CICV,





2015, pp.50–53), pelo que os UAV estão limitados neste sentido, mas tal não torna ilegal os UAV, apenas refere que é uma opção que não pode ser utilizada.

No que se refere ao princípio da distinção, oferecem uma vantagem relativamente aos sistemas tradicionais consistindo na capacidade de permanecer sobre um alvo por longos períodos de tempo, o que permite estabelecer uma vigilância detalhada para determinar se um sujeito é um objetivo legal, ou não (Rushby, 2017, p.33).

Quanto ao princípio da proporcionalidade, os ataques de *drones*, que podem causar morte ou destruição de civis serão ilegais se esse dano accidental for excessivo em relação à vantagem militar concreta e direta antecipada sendo a regra do DIC, aplicável em conflitos armados internacionais e não internacionais (IBAHRI, 2017, pp.24–25). Os UAV têm a capacidade de empregar armas mais ligeiras e com menor dispersão de estilhaços que as utilizadas por aviões tradicionais (Byman, 2013 cit. por (Rushby, 2017, p.36). Por outro lado, as opções de um ataque com UAV são para matar ou não matar, não existindo a opção de uma rendição se não há tropas no terreno. No entanto, o facto de existir esta dicotomia, não faz o UAV ilegal, mas limitará a decisão do comando no que diz respeito à sua UAV, dependendo do valor do objetivo militar (Rushby, 2017, p.37).

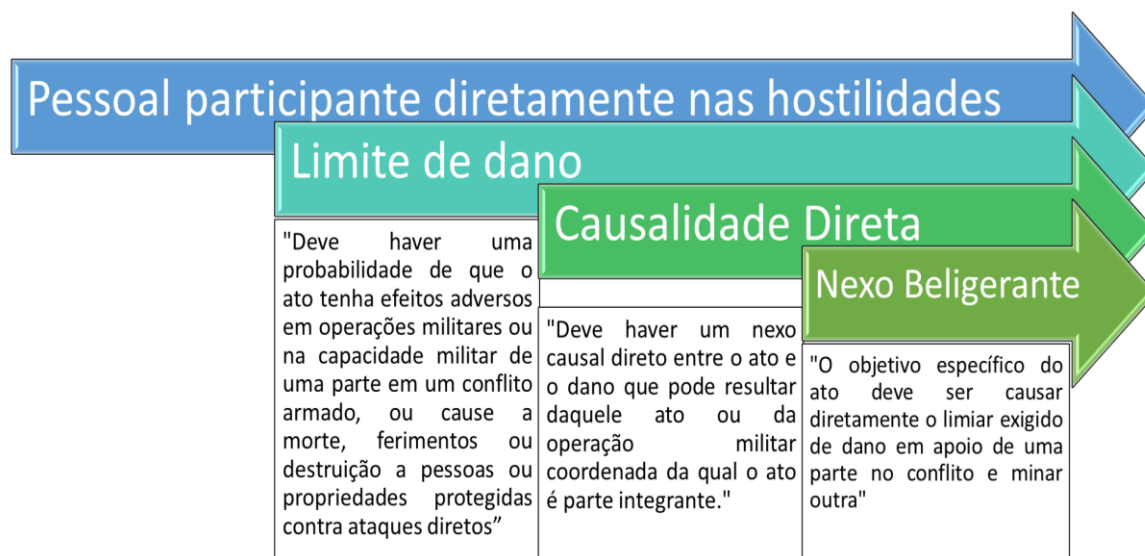
### **5.3. Limitações nos Conflitos Armados não-Internacionais.**

Os princípios supra analisados são aplicáveis num CANI (CICV, 2015, pp.46–47), pelo que as limitações na utilização de UAV previstos na tabela 3, continuam a ser válidas para estes conflitos.

Num CANI, como foi referido no capítulo 3, o principal problema é determinar a existência de um conflito armado ou se estamos perante uma situação de "tensões internas e distúrbios internos, como tumultos, atos esporádicos e isolados de violência", a qual não tem a denominação de conflito armado (CICV, 2017, p.88), devendo-se cumprir os requisitos definidos no capítulo 3 deste estudo. Mas, a perceção de estarmos perante um CANI é prévia ao emprego da força e é totalmente independente dos meios a utilizar, pelo que não é uma condição que limita o emprego de UAV.

Outra grande diferença com os CAI é que o DIH não contempla o estatuto de combatente em conflitos armados não internacionais, sempre que não há um estatuto de combatente, que é um estatuto jurídico previsto apenas para conflitos internacionais (CICV, 2015, pp.28–29). A maior dificuldade consiste em determinar quem é o pessoal participante diretamente nas hostilidades. Para facilitar este processo o CICV definiu três elementos

(Melzer, 2010, pp.46–64) necessários para que alguém possa ser considerada como tal (figura 28), e assim poder ser atacada:



**Figura 29 - Pessoal participante diretamente em hostilidades**

**Fonte:** Adaptado de (Melzer, 2010, pp.46–64)

Não obstante o CICV (Melzer, 2010, p.33-34), o pessoal de grupos armados organizados podem ter funções de combate contínuas, pelo que podem ser atacados em qualquer momento. Compete aos Estados interpretar estas definições e determinar se um alvo pode ou não ser atacado<sup>65</sup>. Relativamente às FFAA “dissidentes” há um consenso de que tais forças podem ser sempre atacados (IBAHRI, 2017, pp.28–29).

O método utilizado para determinar se um indivíduo participa diretamente nas hostilidades e, portanto, perde a sua proteção, é de vital importância ao avaliar a legalidade dos ataques (IBAHRI, 2017, p.31).

#### 5.4. Limitações na utilização de UAV sob o DIDH

Se os locais de emprego dos UAV são fora de uma zona declarada de conflito armado, o DIH não tem aplicação e a utilização destes meios será conforme o DIDH, pelo que os ataques com UAV num destes locais por parte de um Estado no território de outro sem o seu consentimento, ou do CSNU, constituem uma violação do DI, da integridade territorial e da soberania desse país (PE, 2014, p. 4).

<sup>65</sup> Os EUA acham que todos os membros de um grupo armado organizado têm um papel de combate contínuo, mas sob a orientação do CICV apenas os membros cujo papel permanente é a participação direta nas hostilidades atendem à definição (um membro de um grupo armado organizado cuja função é levantar fundos ou fazer propaganda não tem uma função de combate contínua, enquanto que a posição de um fabricante de bombas é menos clara) (Melzer, 2010, p.33).

As operações com UAV são executadas onde o Estado tem jurisdição, atendendo às limitações do DIDH para a utilização dos UAV, por parte das FFAA, em possíveis ações contra o terrorismo e em tempo de paz, podendo ser constatadas a partir da figura 30.

Missões UAS	Direito à Vida		Castigos Cruéis	
C2				
EW				
ISR				
Ataque	 		 	
Ap Log				
PSYOPS				

Figura 30 - Limitações ao planeamento com UAS no âmbito do DIDH

Fonte: (Autor, 2018)

No que se refere ao Comando e Controlo e ao Apoio Logístico, não há nenhuma limitação, pois são ações que não entram em conflito com os Direitos Fundamentais. Quanto às PSYOPS, e toda a vez que a aplicação do DIDH implica o respeito pelas legislações nacionais, a utilização de UAV numa operação psicológica estará proibida no âmbito dos países da NATO, sempre que as populações dos próprios países não possam ser audiências alvo.

A EW e o ISR em nenhum caso atentam contra o direito à vida, mas uma utilização negligente, conforme ao referido no ponto 4.3.3 deste estudo, poderá estar a colocar em causa e a afetar o direito a não ser submetido a castigos cruéis, desumanos ou degradantes, pelo que o emprego dos UAV nestas missões tem de ser analisado cuidadosamente, especialmente no que se refere à própria legislação do Estado.

No que se refere aos ataques, o uso da força letal tem de ser necessária (ultima opção), proporcional (para proteger outra vida) e regulada pelas normas jurídicas internas, não permitindo o DIDH danos colaterais pelo seu emprego, pelo que se outras pessoas podem ser afetadas, o recurso à força letal é proibido (Rushby, 2017, pp.37–38). Nesta linha de



pensamento, a CEDH tem desenvolvido doutrina segundo a qual durante a fase de planeamento sejam adotadas todas as medidas necessárias para evitar o uso da força (McCann e Outros v O Reino Unido, 1995, p.29). Esta situação, quanto à utilização de UAS mudará se estes empregarem armas não letais (p. ex. gases lacrimogéneos).

### 5.5. Síntese conclusiva

Depois de analisar as missões onde os UAS são empregues com o DI, o DIH ou o DIDH, foram trazidas à discussão as limitações no planeamento que os princípios do Direito estabelecem.

Destaca-se que a maior limitação é quando os UAS são utilizados para missões de ataque. Isto implica que nestas missões tem de ser feito um planeamento muito preciso, principalmente no que se refere aos princípios da distinção e da proporcionalidade, ou o papel de indivíduos participantes diretamente nas hostilidades, conceitos que, ainda sendo a chave do DIH, não têm uma definição clara e exata, pelo que fica, por vezes, na interpretação subjetiva das partes.

É importante sublinhar que, não há nada inerente aos UAS que os torne ilegais. Como a maioria dos sistemas de armas, o seu uso é legal se estiver em conformidade com o DI aplicável. Cabe aos Estados, aos comandantes, ou aos operadores, caso a caso, decidir sobre o uso não alinhado com o DI.

Neste ponto, pretendemos estabelecer a ligação com a síntese conclusiva do capítulo 4, pois se um Estado, um comandante operacional ou qualquer operador de um UAV decidir não agir conforme o Direito, a própria sociedade e o DI têm, teoricamente, sistemas para os trazer à justiça, por parte das populações ou Estados afetados.

Em síntese, enquanto a atuação dos UAS for conforme os princípios do DI, estes são limitados nas suas capacidades, principalmente nos CAI e CANI em ações de ataque, das quais deve ser feito um planeamento muito detalhado. Na atuação em tempo de paz, as limitações são maiores chegando às vezes a ser quase proibitivas se não está em jogo a vida doutras pessoas. Considera-se deste modo, atento ao mencionado superiormente, respondida a QD4, alcançando-se consequentemente o OE4.

A seguir, apresenta-se uma proposta de fluxograma<sup>66</sup>, o qual permite de uma maneira esquemática conhecer o que pode ser feito com um UAV nos diferentes cenários projetados, nomeadamente, em CAI, em CANI e em tempo de paz.

---

<sup>66</sup> Ver Apêndice E.

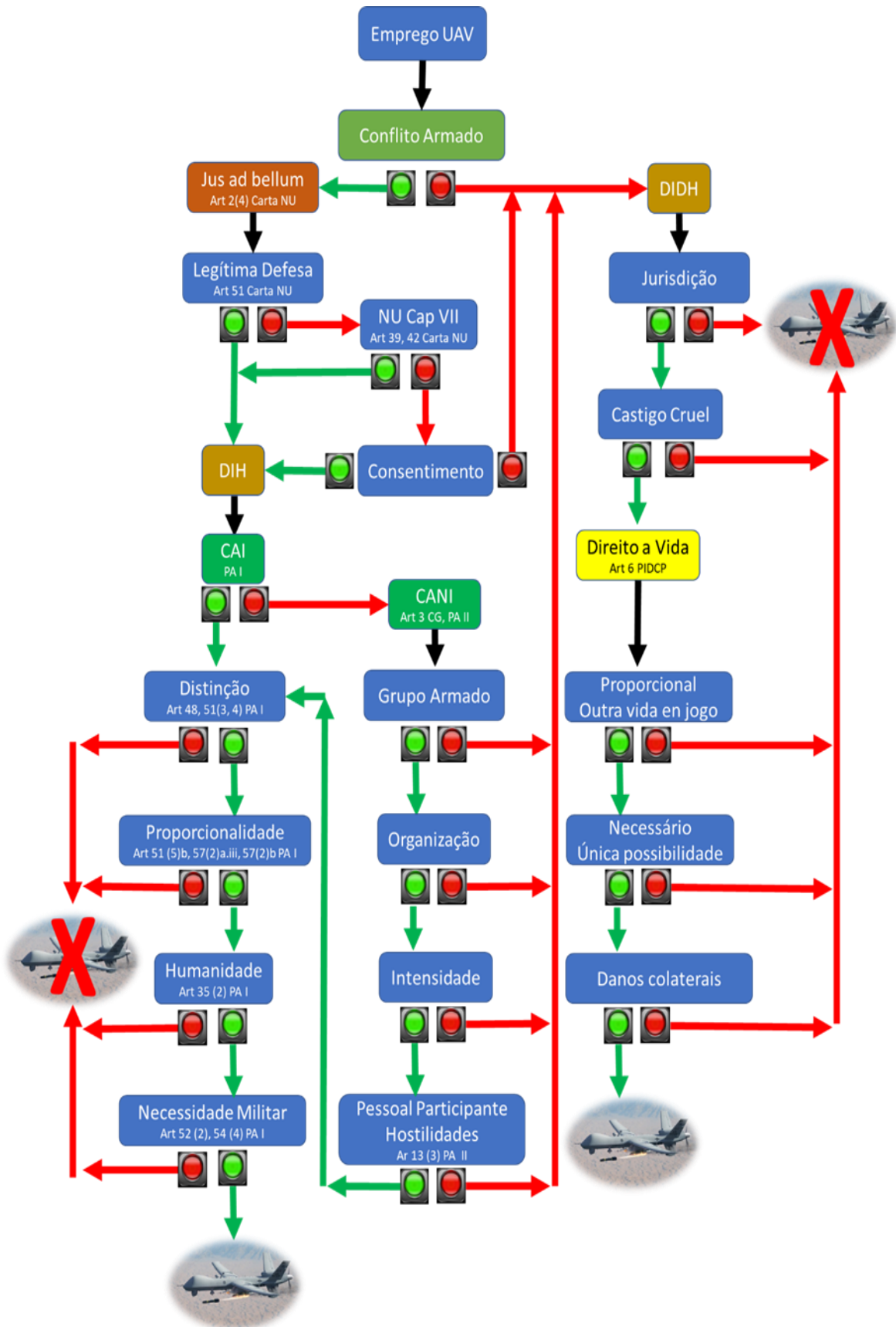


Figura 31 - Fluxograma sobre a possibilidade de utilização de UAS

Fonte: (Autor, 2018)



## Conclusões

Pretendeu-se, com o presente estudo, compreender de que forma as regras do DIP limitam as operações das FFAA, no que diz respeito à utilização de UAS.

Para tal formulou-se a seguinte QC: Em que medida o DIP afeta o planeamento e a execução das operações militares das FFAA, em conflitos armados ou em operações antiterroristas, nas quais são empregues Sistemas Aéreos não Tripulados?

Com base numa postura ontológica construtivista e uma visão epistemológica próxima do interpretativismo, a abordagem metodológica do problema fez-se segundo um esquema de raciocínio indutivo, assente numa metodologia de análise qualitativa e numa estratégia de estudo de caso, sustentada com uma tipologia sociojurídica nos campos de estudo específicos do DI, e fundamentado em dados documentais, bem como em entrevistas semiestruturadas a entidades nos campos do DI e da projeção de UAS.

Uma vez colocado o problema, desenhou-se um modelo teórico, que permitiu desenvolver o processo de investigação conducente à elaboração de respostas para as questões da investigação e assim alcançar os objetivos pré-definidos.

No primeiro capítulo, foi sistematizada e aprofundada a metodologia para a consecução desta investigação. Concomitantemente, foi desenvolvido um corpo concetual que permitiu normalizar os conceitos utilizados ao longo do estudo.

O estado da arte e a entrevista exploratória permitiu configurar o quadro teórico de referência e a definição inicial do mapa conceptual, partindo da QC e das suas QD, assim como dos objetivos da investigação associados, cujos conceitos centrais permitiram identificar as dimensões e os respetivos indicadores.

Para sistematizar as conclusões, fruto da análise e reflexão crítica do presente estudo, importa relembrar o seu OG: compreender a forma como, mediante a aplicação do DIP, as operações militares são afetadas com os UAS, em conflitos armados ou em operações contra o terrorismo. Este OG foi desdobrado, sistematicamente, em quatro OE, desenvolvidos em cada um dos capítulos deste estudo, associando-se a cada um daqueles a respetiva QD.

No segundo capítulo, atento à QD1 e consequente OE1, pretendeu-se descrever a forma como os UAS são empregues em conflitos armados ou em operações contra o terrorismo. Concluiu-se que os UAS estão a proliferar em todo o espectro do conflito militar, sendo principalmente empregues em missões de ISR e de ataque, bem como em Comando e Controlo, EW e em Apoio Logístico. Pelas suas capacidades, estes sistemas têm um vasto espectro de aplicação, mas atualmente são empregues pelas FFAA em zonas de conflito



armado, nomeadamente, em CAI ou em CANI, ou também em áreas onde, embora oficialmente não haja um conflito armado, diferentes grupos armados terroristas atuam ou se refugiam. Nesse sentido, estes grupos armados internacionais constituem-se como o principal objetivo dos UAS, sistemas estes que atuam quer em cenários de conflito armado, quer em ações isoladas noutros cenários onde não há conflito. Por outro lado, embora os sistemas autónomos continuem a evoluir, atualmente não há sistemas totalmente autónomos a ser empregues pelas FFAA, permanecendo o controlo das operações sempre sob decisão humana.

No terceiro capítulo, pretendeu-se descrever o DIH e o DIDH no quadro das operações realizadas pelos UAS. A fim de se responder à QD2 e, deste modo, alcançar-se o OE2, revelou-se que não há um Direito específico para os Sistemas Aéreos não Tripulados, pelo que os países utilizadores têm de agir conforme o DI aplicável em qualquer tipo de cenário. Nesse sentido, para cada missão, é pertinente ser preciso relativamente ao DI a ser aplicável, quer seja o DIDH, quer seja o DIH, e antes de qualquer um dos casos, se há legalidade – *Jus ad Bellum* - no recurso à força.

De acordo com o DIH, os princípios a respeitar são os de distinção, de proporcionalidade, de humanidade e de necessidade militar. Quanto ao DIDH, exige-se sempre o respeito pelo direito à vida e o direito a não ser submetido a castigos cruéis, desumanos ou degradantes. Para qualquer um destes casos, os UAS só podem ser empregues quando o Estado tem jurisdição sobre os objetivos a atingir.

Importa salientar que nos conflitos armados, tem de se diferenciar os CAI dos CANI, pois a proteção outorgada pelo DIH é diferente para cada um deles. Assim, é necessário a existência de um grupo armado organizado e de um determinado nível de intensidade para que um CANI possa ser declarado.

No quarto capítulo, pretendeu-se descrever as atuações legais das populações afetadas por ações de UAV, assim como as consequências penais para o pessoal das FFAA que emprega estes sistemas para além dos limites do DIP. A fim de se responder à QD3, e deste modo alcançar-se o OE3, verificou-se a existência de procedimentos de apelo à justiça, quer pelos Estados, quer pelos cidadãos, por qualquer violação dos Direitos Humanos, devendo aplicar-se inicialmente os procedimentos internos estatais antes de se recorrer aos organismos internacionais. Há diferentes organismos internacionais, quer de âmbito regional, como o TEDH, quer de âmbito global, como a Corte Penal Internacional, ou ainda a CIJ, que investigam as violações do DI. No entanto, o seu principal problema é que apenas





possuem capacidade coerciva sob os Estados-parte e, mesmo nestas situações, não detêm poder real para fazer cumprir as suas sentenças.

No que se refere ao pessoal das FFAA, a cadeia de comando é responsável por observar o cumprimento dos preceitos do DI por parte de todo o seu pessoal, a qualquer nível. Assim, caso exista a violação dos princípios do DIH, ou do DIDH, as consequências podem ir desde o patamar disciplinar até à condenação por atos criminosos. Estes atos podem ser julgados pelo próprio Estado, ou também pelo Estado onde foram cometidos. Por vezes, são os próprios organismos internacionais, como por exemplo o TPI, que fazem o respetivo julgamento.

Finalmente, no quinto capítulo procurou-se analisar o impacto do DIP no planeamento das operações nas quais são utilizados UAS pelas FFAA. A fim de se garantir a resposta à QD4 e consequentemente alcançar-se o OE4, foram confrontadas as possíveis atuações dos UAS com base nos princípios do DIH e do DIDH. Constatou-se que as capacidades destes sistemas são limitadas atendendo à exigência do cumprimento do DI, sendo a maior limitação a que decorre das missões de ataque, quer em CAI, quer em CANI. Esta limitação implica a realização de um planeamento muito detalhado, toda vez que os princípios do DIH, nomeadamente o da distinção, da proporcionalidade, da humanidade e da necessidade militar têm de ser respeitados. E tal é exigível que aconteça em qualquer momento, não apenas no planeamento, mas também durante a execução, não havendo maior impedimento para as outras missões que os UAS possam executar.

Especial atenção deve ser prestada em CANI, nos quais se deve distinguir os indivíduos diretamente participantes nas hostilidades e os não participantes, sempre que o DIP não proporcione uma definição concisa do que é um participante nas hostilidades. De salientar que, apenas e só, podem ser considerados alvos os participantes nas hostilidades.

Quando estamos na presença da aplicação do DIDH, em tempo de paz, a proteção outorgada pelo Direito é maior pelo que, mesmo que os Estados detenham a jurisdição sobre os alvos terroristas objeto das suas operações, o emprego da força letal com os UAS é proibido, salvo na situação em que estejamos na presença de perigo para a vida de terceiros e não haja outra opção senão o recurso à força letal. Mesmo nesta circunstância, em momento algum, podem estes alvos ser submetidos a castigos cruéis, desumanos ou degradantes.

Assim, atingidos os diferentes OE, considera-se atingido o OG proposto para a investigação, a qual promoveu como principais contributos, duas grandes conclusões. Em primeiro lugar não há nada inerente aos UAS que os torna ilegais. O seu uso é legal se estiver





em conformidade com o DI aplicável. Cabe aos Estados, aos Comandantes ou aos operadores, caso a caso, decidir sobre o uso não alinhado com o DI. Neste sentido os entrevistados alinham com esta conclusão, acrescentando que o UAV não é propriamente uma arma de guerra, mas uma plataforma aérea a partir da qual a arma é utilizada.

Em segundo lugar, os dados permitiram evidenciar que para os diferentes cenários onde os UAS são empregues (CAI, CANI, tempo de paz) há uma ampla panóplia de diplomas legais que regulam a atuação destes sistemas, pelo que se considera que não é necessário a criação de um novo direito que regule especificamente a utilização dos UAS. Constatou-se que é importante no momento de utilização dos UAS, verificar que direito tem de ser aplicado, pois dependendo do cenário legal, certas operações podem mudar de autorizadas a proibitivas.

Situação diferente seria a possibilidade, não real atualmente, de que fossem empregues sistemas totalmente autónomos dotados de inteligência artificial, e com a capacidade de tomar decisões próprias, para os quais e segundo o que foi extraído das entrevistas a juristas, a responsabilidade de uma violação do DI constitui uma questão que não foi submetida a nenhum tribunal, pelo que fica a dúvida se há uma lacuna legal e se o DI tem de ser ampliado para albergar aos sistemas autónomos.

Este estudo permitiu aprofundar o DI e visou a importância da interpretação e da aplicação correta dos seus princípios, verificando-se que diferentes conceitos legais são oficializados em sentenças de certos tribunais internacionais, como foi o caso da definição de conflito armado num CANI, pela Câmara de Apelo do TPIJ em 1999. Do recorrer da investigação, constatou-se que há certos conceitos cuja definição não é o que se necessitava que fosse dando lugar a diferentes interpretações e fornecendo, deste modo, os argumentos suficientes para que os Estados justifiquem a utilização dos UAS em situações que se encontram no limite da legalidade. Face aos resultados obtidos, recomenda-se que certos conceitos sejam revistos, nomeadamente o conceito de grupo armado, de limite necessário para o ataque armado, de proporcionalidade em legítima defesa, de proporcionalidade no *Jus in Bello* e de sofrimento desnecessário.

Por outro lado, esta investigação apresentou limitações que decorreram da grande dificuldade na obtenção da documentação e de dados, nomeadamente, os que se referiam às FFAA dos EUA e do Reino Unido e onde, durante a fase analítica, foram solicitadas entrevistas a militares de unidades de UAS, bem como a juristas. Não foi possível, no entanto, conseguir quem se disponibilizasse para as citadas entrevistas. Sendo os EUA o país



que mais utiliza os UAV, assim como um dos poucos que tem empregue os sistemas armados em ataques seletivos, é importante salientar-se que a obtenção desta informação teria sido uma mais valia, acrescentando consistência e fortalecendo a investigação.

Relativamente aos utilizadores dos sistemas, limitou-se ao seu uso pelas FFAA, excluindo-se as organizações governamentais, tal como as agências de informações, atendendo à problemática de obtenção da documentação necessária e dos correspondentes dados para análise. Por fim, salienta-se ainda a delimitação no âmbito da segurança, onde a investigação excluiu as ações de ordem pública, cingindo-se apenas à luta contra o terrorismo, por ser este o cenário onde é mais habitual a utilização dos UAV pelas FFAA.

Para além da sugestão de investigação futura, que procure consolidar o nosso objeto de estudo, pode ser também equacionado o estudo do emprego dos UAS por grupos armados internacionais e o desenvolvimento e a evolução das medidas anti-UAS pelos Estados, uma vez que começa a ser realidade o emprego destes sistemas por parte de grupos terroristas.

Além disso, questões adicionais se colocam que, num futuro próximo, serão atuais. Em primeiro lugar, o debate ético decorrente da utilização dos UAS em combates remotos, na qual os pilotos das aeronaves não assumem nenhum risco pois não necessitam de ir pessoalmente ao campo de batalha. Em segundo lugar, surge a dialética entre o emprego de sistemas autónomos dotados com inteligência artificial e a problemática da aplicação do DIH a máquinas com capacidade de decisão própria, situação ainda não alcançada atualmente, mas provável num futuro próximo.

Em suma, os UAS são uma realidade na sociedade atual os quais, como sistema de armas legal, estão sujeitos à aplicação do DI, tal como qualquer outro sistema. No entanto, atendendo a que a sua utilização tem sido associada a assassinatos seletivos, as suas ações têm estado sob uma grande polémica, no que diz respeito à sua legalidade. Analisada na ótica das decisões humanas, a legalidade das suas ações não deve poder, *per se*, invalidar um sistema do qual já foram obtidas grandes vantagens operacionais.



## Bibliografia

- Alcalde, J. e Aguiar, P., 2014. Los asesinatos seletivos con Drones: contexto, dilemas y propuestas. Em: *El arma de moda: impacto del uso de Drones en las relaciones internacionales y el derecho internacional contemporáneo*. Barcelona: Entitat Autònoma del Diari Oficial i de Publicacions, pp.35–68.
- Alcañiz, A., 2018. *Os Sistemas Aéreos não Tripulados e o Direito Internacional Humanitário*. [Entrevista]. e-mail (30 Abr. 2018).
- Álvarez, C., 2011. *Metodología de la Investigación Cuantitativa y Cualitativa. Guía Didáctica*. Neiva: Universidad Surcolombiana.
- Arias, F.G., 2012. *El Proyecto de Investigación. Introducción a la metodología científica*. 6th ed. [em linha] Caracas: Episteme. Disponível em: <https://ebevidencia.com/wp-content/uploads/2014/12/EL-PROYECTO-DE-INVESTIGACIÓN-6ta-Ed.-FIDIAS-G.-ARIAS.pdf>. [Acedido 3 Mai. 2018].
- Asamblea General de las Naciones Unidas (UN), 1974. *Definición de Agresión*. Resolución 3314 (XXIX) 2319ª Sesión Plenaria. Nueva York: Organización de las Naciones Unidas.
- Bergen, P., Sterman, D., Sims, A., Ford, A. e Mellon, C., 2018a. *Who Has What: Countries Developing Armed Drones*. [em linha] In Depth World of Drones. Disponível em: <https://www.newamerica.org/in-depth/world-of-drones/4-who-has-what-countries-developing-armed-drones/>. [Acedido 13 Mar. 2018].
- Bergen, P., Sterman, D., Sims, A., Ford, A. e Mellon, C., 2018b. *Who Has What: Countries with Armed Drones*. [em linha] In Depth World of Drones. Disponível em: <https://www.newamerica.org/in-depth/world-of-drones/3-who-has-what-countriesarmed-drones/>. [Acedido 12 Mar. 2018].
- Brookman-Byrne, M., 2017. Drone Use ‘Outside Areas of Active Hostilities’: An Examination of the Legal Paradigms Governing US Covert Remote Strikes. *Netherlands International Law Review*, [em linha] 64(1), pp.3–41. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s40802-017-0078-1>. [Acedido 12 Abr. 2018].
- Bustelo, R., 2017. *Compatibilidade das Regras contidas no Manual de Tallinn com uma estratégia eficaz de dissuasão no Ciberespaço*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto. Instituto Universitário Militar.



- Carreira, S., 2004. *O Direito Humanitário, as Regras de Empenhamento e a Condução das Operações Militares*. Cadernos Navais n.º 11. Outubro-Dezembro 2004. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Cebrián, P., 2017. Turquía acelera la guerra de drones contra la guerrilla kurda del PKK. *El País* [Em linha] 14 Nov. Disponível em: [https://elpais.com/internacional/2017/11/10/actualidad/1510342445\\_555537.html](https://elpais.com/internacional/2017/11/10/actualidad/1510342445_555537.html). [Acedido 11 Mar. 2018].
- Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), 2013. *Armas autónomas: os Estados devem discutir os grandes desafios éticos e humanitários*. [Artigo] Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/content/armas-autonomas-os-estados-devem-discutir-os-grandes-desafios-eticos-e-humanitarios>, [Acedido em 12 Out. 2017].
- Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), 2014. *Sistemas de armas autónomas - perguntas e respostas*. [Artigo] Comitê Internacional da Cruz Vermelha. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/content/sistemas-de-armas-autonomas-perguntas-e-respostas>. [Acedido 16 Mar. 2018].
- Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), 2015. *Direito Internacional Humanitário (DIH) Respostas às suas perguntas*. [em linha] Genebra: CICV. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/publication/direito-internacional-humanitario-dih-respostas-suas-perguntas>. [Acedido 14 Abr. 2018].
- Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), 2016a. *Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949*. Genebra: CICV.
- Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), 2016b. *Resumo das Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 e dos seus Protocolos Adicionais*. 2nd ed. Genebra: CICV.
- Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), 2017. *Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949*. Genebra: CICV.
- Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR), 2008a. *¿Cuál se la definicion de “Conflicto Armado” según el Derecho Internacional Humanitario?* Dictamen del CICR. [em linha] Ginebra: CICR Disponível em: <https://www.icrc.org/spa/assets/files/other/opinion-paper-armed-conflict-es.pdf>. [Acedido 14 Abr. 2018].
- Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR), 2008b. *Los crímenes de Guerra según el Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional y su base en el Derecho Internacional Humanitario*. [em linha] Ginebra: CICR. Disponível em: <https://www.icrc.org/spa>



- [/assets/files/other/sp - crímenes de guerra cuadro comparativo.pdf](#). [Acedido 20 Abr. 2018].
- Comité Internacional de la Cruz Roja (CICR), 2010. *Jus ad bellum y jus in bello*. [Artigo] Comité Internacional de la Cruz Roja. Disponível em: <https://www.icrc.org/spa/war-and-law/ihl-other-legal-regimes/jus-in-bello-jus-ad-bellum/overview-jus-ad-bellum-jus-in-bello.htm>. [Acedido 14 Abr. 2018].
- Comité Internacional de los Derechos Humanos (CCPR), 2004; *Observación General N. 80 [31] Naturaleza de la Obligación jurídica general impuesta a los Estados Partes en el Pacto*. CCPR/C/21/Rev.1/Add.13. [Em linha] Disponível em: <http://www.refworld.org/cgi-bin/tehis/vtx/rwmain/opensslpdf.pdf?reldoc=y&docid=478b26ea2>.
- Comparato, F., 2010. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 7th ed. São Paulo: Editora Saraiva.
- Corte Internacional de Justicia (CIJ), 2018. *Corte Internacional de Justicia*. [em linha] Corte Internacional de Justicia. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/es>. [Acedido 23 Abr. 2018].
- Corte Penal Internacional (CPI, 1998. *Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional*. [em linha] Roma: Organización de las Naciones Unidas. Disponível em: [http://www.un.org/spanish/law/icc/statute/spanish/rome\\_statute%28s%29.pdf](http://www.un.org/spanish/law/icc/statute/spanish/rome_statute%28s%29.pdf).
- Council of Europe (CE), 2010. *European Convention on Human Rights*. [em linha] Strasbourg: Council of Europe. Disponível em: [https://www.echr.coe.int/Documents/Convention\\_ENG.pdf](https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_ENG.pdf). [Acedido 3 Abr. 2018].
- Cuesta, B., 2015. Los UAS, una valoración sobre su uso. *Instituto Español de Estudios Estratégicos*, [em linha] (134/2015), Disponível em: [http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs\\_opinion/2015/DIEEEEO134-2015\\_UAS\\_valoracion\\_BorjaLlandres.pdf](http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2015/DIEEEEO134-2015_UAS_valoracion_BorjaLlandres.pdf). [Acedido 7 Abr. 2018].
- Departamento Federal de Asuntos Exteriores (DFAE) ed., 2014. *Manual sobre la aceptación de la jurisdicción de la Corte Internacinal de Justicia*. [em linha] Berna: DFAE. Disponível em: [https://www.eda.admin.ch/dam/eda/es/documents/publications/Voelkerrecht/handbook-jurisdiction-international-court\\_es](https://www.eda.admin.ch/dam/eda/es/documents/publications/Voelkerrecht/handbook-jurisdiction-international-court_es). [Acedido 19 Abr. 2018].
- Deyra, M., 2001. *Direito Internacional Humanitário*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/DIHDeyra.pdf>.



- DeYoung, K., 2016. The foggy numbers of Obama's wars and non-wars. *The Washington Post* [em linha] 22 May. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/world/national-security/the-foggy-numbers-of-obamas-wars-and-non-wars/2016/05/22/5648b798-1d2f-11e6-b6e0-c53b7ef63b45\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/world/national-security/the-foggy-numbers-of-obamas-wars-and-non-wars/2016/05/22/5648b798-1d2f-11e6-b6e0-c53b7ef63b45_story.html). [Acedido 12 Abr. 2018].
- Director of National Intelligence (DNI), 2016. *Summary of Information Regarding U.S. Counterterrorism Strikes Outside Areas of Active Hostilities*. Disponível em: <https://www.dni.gov/files/documents/Newsroom/Press%20Releases/DNI+Release+on+CT+Strikes+Outside+Areas+of+Active+Hostilities.PDF>. [Accessed 3 Abr. 2018].
- EFE, 2017. La casa Blanca dice que es legal atacar con drones a sospechosos de terrorismo. *Onemagazine*. [em linha] 28 Nov. Disponível em: <http://www.onemagazine.es/imprimir-noticia.asp?noti=11919>. [Acedido 31 Mar. 2018].
- Escola de Cultura de Pau (ECP), 2018. *alerta 2018! Informe sobre conflictos, derechos humanos y construcción de paz*. [em linha] Barcelona: Icaria. Disponível em: <http://escolapau.uab.cat/img/programas/alerta/alerta/18/TodasInfografias.pdf>.
- Escuela Superior de las Fuerzas Armadas (ESFAS), 2017. *Fundamentos de las Operaciones Conjuntas. Tomo I (B) Conocimientos Básicos*. Madrid: Escuela Superior de las Fuerzas Armadas.
- Espinar, G., 2008. *Preparación y Presentación de Denuncias de Violaciones de Derechos Humanos ante Organismos Internacionales*. [em linha] Derechos Humanos. Disponível em: <http://www.derechoshumanos.net/denunciar/Denuncia-violacion-derechos-humanos.htm>. [Acedido 22 Abr. 2018].
- Estado Mayor de la Defensa (EMAD), 2015. *Concepto Conjunto de Sistemas de Aeronaves Pilotadas Remotamente (RPAS)*. Madrid: EMAD.
- European Parliament, 2017. *Towards an EU common position on the use of armed drones*. External Policies. Brussels: European Parliament.
- Exército Brasileiro, 2014. *Vetores Aéreos da Força Terrestre*. Manual de Campanha EB20-MC10.214. s.l: Ministerio da Defesa.
- Fundación Acción Pro Derechos Humanos (FPDH), 2008. *Corte Penal Internacional*. [em linha] Derechos Humanos. Disponível em: <http://www.derechoshumanos.net/tribunales/cortepenalinternacional-CPI.htm>. [Acedido 22 Apr. 2018].
- Fundación Acción Pro Derechos Humanos (FPDH), 2013. *Protección de los Derechos Humanos*. [em linha] Los Derechos Humanos y sus Mecanismos de Protección.



- Disponível em: <http://www.derechoshumanos.net/proteccion/index.htm>. [Acedido 21 Abr. 2018].
- Global Terrorism Database, 2016. *Terrorist Attacks, 2015 Concentration and Intensity*. [em linha] Disponível em: [http://www.start.umd.edu/gtd/images/START\\_GlobalTerrorismDatabase\\_2015TerroristAttacksConcentrationIntensityMap.jpg](http://www.start.umd.edu/gtd/images/START_GlobalTerrorismDatabase_2015TerroristAttacksConcentrationIntensityMap.jpg). [Acedido 12 Abr. 2018].
- Gómez, F., 2014. Algunas reflexiones acerca del uso de los Drones en la lucha contra el terrorismo. Em: *El arma de moda: impacto del uso de Drones en las relaciones internacionales y el derecho internacional contemporáneo*, ICIP Research. Barcelona: Entitat Autònoma del Diari Oficial i de Publicacions, pp.189–204.
- Gonçalves, A.C.F.G.P., 2017. *Sistemas não tripulados nas Forças Armadas Nacionais como potenciadores das suas capacidades*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto. Instituto Universitário Militar.
- González-Regueral, C.C., 2017. Robótica y resiliencia. *Instituto Español de Estudios Estratégicos*, [em linha] (85), Disponível em: [http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs\\_opinion/2017/DIEEO85-2017\\_Robotica-Resiliencia\\_Carlos\\_Calvo.pdf](http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2017/DIEEO85-2017_Robotica-Resiliencia_Carlos_Calvo.pdf). [Acedido 15 Mar. 2018].
- Güell, S., 2014. La incidencia del uso de la fuerza letal con drones en los derechos humanos y en el derecho internacional humanitario relativo a la protección de la población civil. EM: *El arma de moda: impacto del uso de Drones en las relaciones internacionales y el derecho internacional contemporáneo*, ICIP Research. Barcelona: Entitat Autònoma del Diari Oficial i de Publicacions, pp.163–188.
- Heyns, C., Akande, D., Hill-Cawthorne, L. and Chengeta, T., 2016. The International Law Framework regulating the use of Armed Drones. *International and Comparative Law Quarterly*, [em linha] 65(4), pp.791–827. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-and-comparative-law-quarterly/article/international-law-framework-regulating-the-use-of-armed-drones/E92C0FCA200F667633B0C3686A9ED E3C> . [Acedido 16 Abr. 2018].
- Horowitz, M., Kreps, S. e Fuhrmann, M., 2016. Separating Fact from Fiction in the Debate over Drone Proliferation. *International Security*, [em linha] 41(2), pp.7–42. Disponível em: [https://www.mitpressjournals.org/doi/full/10.1162/ISEC\\_a\\_00257](https://www.mitpressjournals.org/doi/full/10.1162/ISEC_a_00257).





- Human Rights, 2018. *Status of Ratification Interactive Dashboard*. [em linha] United Nations Human Rights. Office of the High Commissioner. Disponível em: <http://indicators.ohchr.org/>. [Acedido 21 Mar. 2018].
- Human Rights Council, 2014. *Resumen de la mesa redonda interactiva de expertos sobre la utilización de aeronaves dirigidas por control remoto o drones armados de conformidad con el derecho internacional, del Consejo de Derechos Humanos*. A/HRC/28/38. S.l.: HRC.
- Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), 2015a. Trabalhos de investigação. (NEP/ACA – 010), Lisboa: IESM
- Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), 2015b. *Regras de apresentação e referência para os trabalhos escritos a realizar no IESM*. (NEP/ACA – 018), Lisboa: IESM.
- International Bar Association's Human Rights Institute (IBAHRI), 2017. *The Legality of Armed Drones under International Law*. Background Paper by The International Bar Association's Human Rights Institute. S.l.: IBAHRI.
- International Committee of the Red Cross (ICRC), 2005. *Rules of International Humanitarian Law and other rules relating to the Conduct of Hostilities*. 2nd ed. Collection of Treaties and other Instruments. Geneva: ICRC.
- International Committee of the Red Cross (ICRC), 2010. Customary international humanitarian law. *International Committee of the Red Cross*. [em linha] Disponível em: <https://www.icrc.org/en/document/customary-international-humanitarian-law-0> [Acedido 01 Abril 2018].
- International Committee of the Red Cross (ICRC), 2014. *Autonomous Weapon Systems. Technical, Military, Legal and Humanitarian aspects*. Expert Meeting. Geneva: ICRC.
- International Crime Court (ICC), 2016. *The States Parties to the Rome Statute*. [Em linha] Disponível em: [https://asp.icc-cpi.int/en\\_menus/asp/states%20parties/Pages/the%20states%20parties%20to%20the%20rome%20statute.aspx](https://asp.icc-cpi.int/en_menus/asp/states%20parties/Pages/the%20states%20parties%20to%20the%20rome%20statute.aspx). [Acedido 22 Mar. 2018].
- International Law Association (ILA), 2010. *Final Report on the Meaning of Armed Conflict in International Law*. [em linha] Hague: The Hague Conference. Disponível em: [http://www.rulac.org/assets/downloads/ILA\\_report\\_armed\\_conflict\\_2010.pdf](http://www.rulac.org/assets/downloads/ILA_report_armed_conflict_2010.pdf). [Acedido 15 Apr. 2018].
- Joint Air Power Competence Centre (JAPCC), 2010. Strategic Concept of Employment for Unmanned Aircraft Systems in NATO. Kalkar: JAPCC.





- Jordán, J., 2014. Estudio de Caso sobre el empleo de Drones Armados: la Campaña de ataques con drones contra Al Qaeda en Pakistán. Em: *El arma de moda: impacto del uso de Drones en las relaciones internacionales y el derecho internacional contemporáneo*, ICIP Research. Barcelona: Entitat Autònoma del Diari Oficial i de Publicacions, pp.81–108.
- Juul, M., 2015. *Civil drones in the European Union*. [Em linha] Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2015/571305/EPRS\\_BRI%2820\\_15%29571305\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2015/571305/EPRS_BRI%2820_15%29571305_EN.pdf) [Acedido em 11 Out. 2017].
- League of Nations, 1925. *Protocol: For the Prohibition of the Use in War of Asphyxiating, Poisonous or Other Gases, and of Bacteriological Methods of Warfare*. [em linha] Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2212913?origin=crossref>. [Acedido 25 Abr. 2018].
- Lewis, M.W. and Crawford, E., 2013. Drones and Distinction: How IHL Encouraged the Rise of Drones. *Georgetown Journal of International Law*, [em linha] 44, pp.1127–1166. Disponível em: <https://www.law.georgetown.edu/academics/law-journals/gjil/recent/upload/zsx00313001127.PDF>.
- Liu, H.-Y., 2012. Categorization and legality of autonomous and remote weapons systems. *International Review of the Red Cross*, [em linha] 94(886), pp.627–652. Disponível em: [http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/27571/Categorization\\_LegalityAutonomousAndAutomatedWeaponsSystems.pdf](http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/27571/Categorization_LegalityAutonomousAndAutomatedWeaponsSystems.pdf). [Acedido 14 Mar. 2018].
- Machado, R., 2018. *Os veículos autónomos. Consequências para o cidadão e consumidor*. Painel Sociedade 4.0, Instituto Universitário Militar.
- Magalhães, M., 2015. *Veículos Aéreos não Tripulados. Questões legais relativas ao emprego em ações de Defesa e de Segurança*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General. Instituto Universitário Militar.
- Mando de Adiestramiento y Doctrina (MADOC), 2000. *Glossario de terminos militares*. Madrid: MADOC.
- Mando de Adiestramiento y Doctrina (MADOC), 2007a. *Orientaciones. El Derecho de los Conflictos Armados (Volume 1)*. 2nd ed. Granada: Ejército Español.
- Mando de Adiestramiento y Doctrina (MADOC), 2007b. *Orientaciones. El Derecho de los Conflictos Armados (Volumen 2)*. 2nd ed. Granada: Ejército Español.
- Mando de Adiestramiento y Doctrina (MADOC), 2007c. *Orientaciones. El Derecho de los Conflictos Armados (Volumen 3)*. 2nd ed. Granada: Ejército Español.



- McCann and Others v The United Kingdom, 1995 European Court of Human Rights, 18984/91, Judgment. Disponível em: <http://iusgentium.ufsc.br/wp-content/uploads/2017/08/Texto-Cmpl-McCANN-AND-OTHERS-v-UK.pdf>.
- Melzer, N., 2010. *Guia para interpretar la noción de Participación Directa en las Hostilidades según el Derecho Internacional Humanitario*. Comité Internacional de la Cruz Roja [em linha] Genebra: CICR. Disponível em: [https://www.icrc.org/spa/assets/files/other/icrc\\_003\\_0990.pdf](https://www.icrc.org/spa/assets/files/other/icrc_003_0990.pdf). [Acedido 14 Abr. 2018].
- Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (*Nicaragua v. United States of America*). *Merits, Judgment*. [1986] International Court of Justice (ICJ) p.14.
- Ministry of Defence (MOD), 2011. *The UK approach to Unmanned Aircraft Systems*. [em linha] Shrivenham: The Development, Concepts and Doctrine Centre. Disponível em: [www.mod.uk/dcdc](http://www.mod.uk/dcdc). [Acedido 8 Abr. 2018].
- Monteagudo, A., 2018. *As Aeronaves não Tripuladas e o Direito Internacional*. [Entrevista]. e-mail (2 de maio de 2018).
- Naciones Unidas (UN), 1948. *Declaración Universal de Derechos Humanos*. [em linha] Nueva York: NU. Disponível em: [http://www.un.org/es/documents/udhr/UDHRbooklet\\_SP\\_web.pdf](http://www.un.org/es/documents/udhr/UDHRbooklet_SP_web.pdf). [Acedido 18 Abr. 2018].
- Naciones Unidas (NU), 1974. *Definición de Agresión*. Resolución 2319a. XXIX. New York: NU.
- Naciones Unidas (NU), 1984. *Convención contra la Tortura y Otros Tratos o Penas Crueles, Inhumanos o Degradantes*. Resolución 39/46. [em linha]. Disponível em: <http://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/CAT.aspx>.
- Naciones Unidas (NU), 2005. *Principios y Directrices básicos sobre el derecho de las víctimas de violaciones manifiestas de las normas internacionales de derechos humanos y de violaciones graves del Derecho Internacional Humanitario a interponer recursos y obtener reparaciones*. Resolution 60/147. [em linha]. Disponível em: <http://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/RemedyAndReparation.aspx>.
- Naciones Unidas (NU), 2007. *Construcción institucional del Consejo de Derechos Humanos*. Resolución A/HRC/RES/5/1. [em linha] New York: NU. Disponível em: <http://www.derechoshumanos.net/denunciar/ProcedimientoDenunciasConsejoDerechosHumanos.htm>. [Acedido 20 Abr. 2018].
- Nações Unidas (NU), 1945. *Carta das Nações Unidas*. 1 UNTS XVI. [em linha] Disponível em: <http://www.unwebsite.com/charter%3C/p>. [Acedido 16 Mar. 2018].



- Nações Unidas (NU), 1989. *Princípios Relativos a uma Eficaz Prevenção e Investigação de Execuções Extralegais, Arbitrarias e Sumárias*. Resolution 44/162. [em linha]. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/exec/exec89.htm>.
- Neves, M., 2018. *As Aeronaves não Tripuladas e o Direito Internacional*. [Entrevista]. e-mail (3 de janeiro de 2018).
- Nieto, R. ed., 2014. La aplicación del concepto inteligencia, vigilancia y reconocimiento (ISR) en espacios no tradicionales. Em: *El impacto de las nuevas tecnologías y las formas de hacer la guerra en el diseño de las Fuerzas Armadas*, Documentos de Seguridad y Defensa. [em linha] Madrid: Ministerio de Defensa, pp.153-212. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=561332>.
- Nolte, G. e Randelzhofer, A., 2012. Ch VII Action with Respect to Threats to the Peace, Breaches of the Peace, and Acts of Aggression, Article 51. Em: *The Charter of the United Nations: A Commentary*, Oxford Commentaries on International Law, 3rd ed. [em linha] Oxford: Oxford University Press, pp.1397–1429. Disponível em: [https://www.ilsa.org/jessup/jessup18/Second%20Batch/OPIL\\_The\\_Charter\\_of\\_the\\_United\\_Nations\\_ChVII\\_Action\\_with\\_Respect\\_to\\_Threats\\_to\\_the\\_Peace\\_Breaches\\_of\\_the\\_Peace\\_and\\_Acts\\_of\\_Aggression\\_Article\\_51.pdf](https://www.ilsa.org/jessup/jessup18/Second%20Batch/OPIL_The_Charter_of_the_United_Nations_ChVII_Action_with_Respect_to_Threats_to_the_Peace_Breaches_of_the_Peace_and_Acts_of_Aggression_Article_51.pdf).
- North Atlantic Treaty Organization (NATO), 2013. *NATO Annual Training on the Law of Armed Conflict*. STANAG 2449. Brussels: NATO Standardization Office.
- North Atlantic Treaty Organization (NATO), 2016a. *NATO Glossary of Terms and Definitions*. 2016 ed. AAP-6. Brussels: NATO Standardization Office.
- North Atlantic Treaty Organization (NATO), 2016b. *Guidance for the Training of Unmanned Aircraft Systems (UAS) Operators*. A Version 1 ed. ATP 3.3.8.1(A)(1). Brussels: NATO Standardization Office.
- Odar, R., 2016. *Tipología de las Investigaciones Jurídicas*. Disponível em: [www.derechoycambiosocial.com](http://www.derechoycambiosocial.com).
- Oliveira, J., 2016. O Programa de Sistemas Aéreos Não Tripulados da Força Aérea Portuguesa como Alicerce da Capacidade Aérea Não Tripulada Nacional. Em: *Estudos do poder Aeroespacial*, ARES. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, pp.99–192.
- Opinión Consultiva de la Corte Internacional de Justicia sobre la Legalidad de la amenaza o el empleo de armas Nucleares (CIJ) 1996 CIJ (Corte Internacional de Justicia), Disponível em: <https://www.dipublico.org/cij/doc/104.pdf>.



- Organización de Aviación Civil Internacional (OACI), 1944. *Convenio sobre Aviación Civil Internacional. Convenio de Chicago*. [em linha] Chicago: OACI. Disponível em: <http://www.sct.gob.mx/JURE/doc/157-aviacion-civil-internacional.pdf>. [Acedido 23 Abr. 2018].
- Organización de Aviación Civil Internacional (OACI), 2011. *Circular 328, Sistemas de aeronaves não tripuladas (UAS)*. Quebec: OACI.
- Papademetriou, T., 2016. Regulation of Drones. European Union. Em: The Law Library of Congress, Global Legal Research Center, ed. 2016. *Regulation of Drones*. S.l: The law Library of Congress. pp. 122-132.
- Parlamento Europeu (PE), 2014. *Proposta de Resolução comum sobre a utilização de drones armados 2014/2567*. [em linha] Bruxelas: Parlamento Europeu. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+MOTION+P7-RC-2014-0201+0+DOC+PDF+V0//PT>.
- Pessoa, M., 2017. *Remoted Piloted Aircraft Systems: O Papel da Guarda Nacional Republicana na Fiscalização de Utilizadores e 'Fly/No Fly Zones' no Espaço Nacional*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Estado-Maior Conjunto. Instituto Universitário Militar.
- Pires, M., 2018. *As Aeronaves não Tripuladas e o Direito Internacional*. [Entrevista]. e-mail (2 de maio de 2018).
- Ponce de León, R., 2016. Drones y derecho. Cinco derribos...¿sin gloria? *Revista de Aeronáutica y Astronáutica*, pp.986–992.
- Rivas, M., 2018. Los Sistemas de Armas Autónomos: crónica de un debate internacional y prospectivo dentro de Naciones Unidas. *Instituto Español de Estudios Estratégicos*, [em linha] (41), p.19. Disponível em: <http://www.ieee.es/contenido/noticias/2018/04/DIEEE041-2018.html>. [Acedido 10 Abr. 2018].
- Roque, S., 2013. *O Direito Internacional Humanitário e os conflitos armados do século XXI: as Nações Unidas enquanto garante da salvaguarda da vida e dignidade humana - os casos da Líbia e da Síria*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.
- Rosybelcaicedo, 2016. Variables, Dimensiones e Indicadores. *SaberMetodología*. Disponível em: <https://sabermetodologia.wordpress.com/2016/02/08/variables-dimensiones-e-indicadores/>. [Acsedido 19 Mar. 2018].



- Rushby, R., 2017. Drones armados y el uso de la fuerza letal: nuevas tecnologías y retos conocidos. *CES Derecho*, [em linha] 8(1), pp.22–47. Disponível em: <http://revistas.ces.edu.co/index.php/derecho/article/view/4267>. [Acedido 3 Abr. 2018].
- Sampieri, R., Collado, C. and Lucio, P., 2014. *Metodología de la Investigación*. 6th ed. México D.F.: Mc Graw Hill Education.
- Santos, L.A.B. dos, Garcia, F.M.G.P.P., Monteiro, F.T., Lima, J.M.M. do V., Silva, N.M.P. da, Silva, J.C. do V.F. da, Piedade, J.C.L. da, Santos, R.J.R.P. dos e Afonso, C.F.N.L.D., 2016. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*. Lisboa: Fronteira do Caos Editores.
- Saunders, M., Lewis, P. & Thornhill, A., 2012. *Research Methods for Business Students*. 6th ed. Essex: Pearson Education Limited.
- Saura, J., 2014. Algunas implicaciones del empleo de Drones en perspectiva jurídica Internacional. Em: *El arma de moda: impacto del uso de Drones en las relaciones internacionales y el derecho internacional contemporáneo*, ICIP Research. Barcelona: Entitat Autònoma del Diari Oficial i de Publicacions, pp.121–136.
- Sehrawat, V., 2017. Legal Status of Drones Under LOAC and International Law. *Penn State Journal of Law & International Affairs*, [em linha] 5(1), pp.164–206. Disponível em: <http://elibrary.law.psu.edu/jlia/vol5/iss1/7>. [Acedido 4 Abr. 2018].
- Serrano, P.P., 2011. El uso de drones en los conflictos actuales. Una perspectiva del Derecho Internacional. *Instituto Español de Estudios Estratégicos*. [Em linha] 37. Disponível em: [http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs\\_opinion/2011/DIEEEO\\_372\\_011\\_Eluso\\_dedronesenlosconflictosactuales.pdf](http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2011/DIEEEO_372_011_Eluso_dedronesenlosconflictosactuales.pdf). [Acedido em 10 Out. 2017].
- Serrano, P.P., 2013. Los ataques letales seletivos en la política y la práctica de Estados Unidos: análisis desde el Derecho Internacional. Em: Universidad de Navarra, ed. 2013. *Anuario Español en Derecho Internacional*. Navarra: Universidad de Navarra. pp. 265–290.
- Shinkman, P., 2017. ‘Areas of Active Hostilities’: Trump’s Troubling Increases to Obama’s Wars. [em linha] US News & World Report. Disponível em: <https://www.usnews.com/news/world/articles/2017-05-16/areas-of-active-hostilities-trumps-troubling-increases-to-obamas-wars>. [Acedido 12 Apr. 2018].
- Silva, H., Rodríguez, J., Batista, J. and Santos, P., 2018. *O Princípio da Proporcionalidade no âmbito do Direito Internacional Humanitário: implicações para o planeamento e*



*condução de operações*. Trabalho de Aplicação de Grupo do Curso de Estado-Maior Conjunto. Instituto Universitário Militar: Lisboa.

Stewart, S., 2015. *Jihadism in 2014: Jihadist Franchises*. [em linha] Gauging the Jihadist Movement. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/jihadism-2014-jihadist-franchises>. [Acedido 12 Abr. 2018].

Tapia, A., 2014. *La emblemática demanda de Nicaragua en La Haya cuyo fallo EEUU no aceptó*. [em linha] Disponível em: <http://www2.latercera.com/noticia/la-emblematica-demanda-de-nicaragua-en-la-haya-cuyo-fallo-eeuu-no-acepto/>. [Acedido 20 Abr. 2018].

Ticehurst, R., 1997. *La cláusula de Martens y el derecho de los conflictos armados*. [em linha] Revista Internacional de la Cruz Roja. Disponível em: <https://www.icrc.org/spa/resources/documents/misc/5tdlcy.htm>. [Acedido 19 Mar. 2018].

Torroja, H., 2014. Guerra, Drones y Derecho Internacional Humanitario: Estado de la cuestión. Em: *El arma de moda: impacto del uso de Drones en las relaciones internacionales y el derecho internacional contemporáneo*, ICIP Research. Barcelona: Entitat Autònoma del Diari Oficial i de Publicacions, pp.137–162.

United Nations (UN), 1966. *International Covenant on Civil and Political Rights*. Resolution 2200A (XXI). [em linha] New York: NU. Disponível em: <http://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/ccpr.aspx>.

United Nations (UN), 1970. *Declaration on Principles of International Law concerning Friendly Relations and Co-operation among States in accordance with the Charter of the United Nations*. Resolution. [em linha] New York: NU. Disponível em: <http://www.un-documents.net/a25r2625.htm>. [Acedido 5 Abr. 2018].

United Nations (UN), 2001a. *Responsability os States for Internationlly Wrongful Acts*. Corr.4. ed. General Assembly A/56/49. [em linha] Disponível em: [http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft\\_articles/9\\_6\\_2001.pdf](http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/draft_articles/9_6_2001.pdf). [Acedido 17 Mar. 2018].

United Nations (UN), 2001b. *Threats to international peace and security caused by terrorist acts*. Resolution 1368. [em linha] New York: NU. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N01/533/82/PDF/N0153382.pdf?OpenElement>. [Acedido 5 Abr. 2018].

United Nations (UN), 2004. *A more secure world: our shared responsibility. Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change*. [em linha] New York: UN.





Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/CPR%20A%2059%20565.pdf>.

United Nations (UN), 2008. *Draft articles on Responsibility of States for Internationally Wrongful Acts, with commentaries 2001*. General Assembly A/56/49. [em linha]

Disponível em: [http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/9\\_6\\_2001.pdf](http://legal.un.org/ilc/texts/instruments/english/commentaries/9_6_2001.pdf). [Acedido 17 Mar. 2018].

United Nations Human Right Council (UNHRC), 1990. *Basic Principles on the Use of Force and Firearms by Law Enforcement Officials*. Eight United Nations Congress on the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders. [em linha] Havana: UN. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/ProfessionalInterest/firearms.pdf>.

United Nations Human Right Council (UNHRC), 2010. *Report of the Special Rapporteur on extrajudicial, summary or arbitrary executions, Philip Alston*. [em linha] New York: UN. Disponível em: <http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/14session/A.HRC.14.24.Add6.pdf>. [Acedido 11 Abr. 2018].

United Nations Human Right Council (UNHRC), 2014. *Ensuring use of remotely piloted aircraft or armed drones in counter-terrorism and military operations in accordance with international law, including international human rights and humanitarian law*. Resolution. [em linha] New York: NU. Disponível em: <http://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/ccpr.aspx>. [Acedido 03 Abr. 2018].

United Nations Institute for Disarmament Research, 2014. *Framing Discussions on the Weaponization of Increasingly Autonomous Technologies*. UNIDIR Resources. [em linha] Geneva: UNIDIR. Disponível em: <http://www.unidir.org/files/publications/pdfs/framing-discussions-on-the-weaponization-of-increasingly-autonomous-technologies-en-606.pdf>.

United Nations Office for Disarmament affairs (UNODA), 2015. *Study on Armed Unmanned Aerial Vehicles*. [em linha] New York: United Nations Publication. Disponível em: <https://www.un.org/disarmament/publications/more/drones-study/>. [Acedido 03 Abr. 2018].

United States Army, 2010. *'Eyes of the Army'. US Army Unmanned Aircraft Systems Roadmap 2010-2035*. [em linha] Alabama: Army UAS Center of Excellence. Disponível em: <http://www.rucker.army.mil/usaace/uas/US%20Army%20UAS%20RoadMap%202010%202035.pdf>. [Acedido 7 Abr. 2018].





- United States Army Training and Doctrine Command (US TRADOC), 2017. *Russian New Generation Warfare Handbook*. Assymmetric Warfare Group. s.l.: US Army TRADOC.
- United States Congress, 2001. *Authorization for Use of Military Force*. 115 STAT.224. Public Law 104.40 [em linha] Washington, D.C.: US Congress. Disponível em: <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-107publ40/pdf/PLAW-107publ40.pdf>.
- United States Department of Defense (US DoD), 2015. *Law of War Manual*. updated Dec 2016 ed. Washington, D.C.: DoD.
- United States Marine Corps (USMC), 2015. *Unmanned Aircraft Systems Operations*. MCWP. [em linha] Washington: Department of the Navy. Disponível em: [http://www.marines.mil/Portals/59/Publications/MCWP%203-20.5%20\(Formerly%20MCWP%203-42.1\).pdf?ver=2016-06-06-123323-993](http://www.marines.mil/Portals/59/Publications/MCWP%203-20.5%20(Formerly%20MCWP%203-42.1).pdf?ver=2016-06-06-123323-993). [Acedido 7 Abr. 2018].
- United States of America Joint Staff, 2014. *Joint Publication 3-26 Counterterrorism*. Washington: USAJS.
- Valencia, M., 2000. La Triangulación Metodológica: sus Principios, Alcances y Limitaciones. *Revista Universidad Antioquia*. [em linha] Disponível em: <https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/Triangulacionmetodologica.pdf>.
- Vázquez, A., 2017. *La ‘Conferencia Cuadripartita de Infanteria 2017’, necesidad de UAS a nivel Batallón y desarrollo de la capacidad contra-UAS*. Andover: MADOC.
- Vicente, J., 2013. *Guerra Aérea Remota - A revolução do Poder Aéreo e as oportunidades para Portugal*. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda.
- Wuschka, S., 2011. The Use of Combat Drones in Current Conflicts – A Legal Issue or a Political Problem? *Goettingen Journal of International Law*, [em linha] 3, pp. 891–905. Disponível em: [http://www.gojil.eu/issues/33/33\\_article\\_wuschka.pdf](http://www.gojil.eu/issues/33/33_article_wuschka.pdf). [Acedido 13 Mar. 2018].
- Zaytseva, O., 2014. Responsabilidade dos Estados por atos internacionalmente ilícitos. *JURISMAT*, [Em linha] (4), pp.369–389. Disponível em: [http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6396/jurismat4\\_369-390.pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6396/jurismat4_369-390.pdf?sequence=1). [Acedido 31 Mar. 2018].

**Anexo A — Classificação dos Sistemas de Aeronaves não Tripuladas.****Tabela 3 - Classificação NATO dos UAS**

Class	Category	Normal emplotment	Normal Operating Altitude	Normal Mission Radius	Primary Supported Commander	Example platform
CLASS I (less than 150 KG)	SMALL 20 KG	Tactical Unit (employs launch system)	Up to 5K ft AGL	50 km (LOS)	BN/Regt, BG	Hermes 90 Luna
	MINI 2-20 kg	Tactical Sub-unit (manual launch)	Up to 3K ft AGL	25 km (LOS)	Coy/Sqn	Aladin DH3 DRAC Eagle Raven Scan Skylark Strix T-Hawk
	MICRO <2 kg	Tactical PI, Sect, Individual (single operator)	Up to 200 ft AGL	5 Km (LOS)	PI, Sect	Black Widow
CLASS II (150 kg to 600 kg)	TACTICAL	Tactical Formation	Up to 10,000 ft AGL	200 km (LOS)	Bde Comd	Aerostar Hermes 450 iView 250 Ranger Sperwer
CLASS III (more than 600 kg)	Strike/ Combat	Strategic/Nacional	Up to 65,000 ft	Unlimited (BLOS)	Theater COM	
	HALE	Strategic/Nacional	Up to 65,000 ft	Unlimited (BLOS)	Theater COM	Global Hawk
	MALE	Operational/theater	Up to 45,000 ft MSL	Unlimited (BLOS)	JFC COM	Predator B Predator A Harfang Heron Heron TP Hermes 900

Table 1 - NATO UAS classification Guide September 2009 JCGUAV meeting

**Fonte:** (JAPCC, 2010, p.6)**Tabela 4 - Classificação dos UA pelas FFAA Britânicas**

Class	Category	Normal emplotment	Normal Operating Altitude	Normal Mission Radius	Civil Category (UK CAA)	Example platform
CLASS I <150 kg	MICRO <2 kg	Tactical Platoon, Section, Individual (single operator)	Up to 200 ft AGL	5 Km (Line of Sight (LOS))	Weight Classification Group (WCG) 1 Small Unmanned Aircraft (<20 kg)	Black Widow
	MINI 2-20 kg	Tactical Sub-unit (manual launch)	Up to 3000 ft AGL	25 km (LOS)		Scan Eagle, Skylark, Raven, DH3
	SMALL >20 kg	Tactical Unit (employs launch system)	Up to 5000 ft AGL	50 km (LOS)	WCG 2 Light Unmanned aircraft (20><150 kg)	Luna, Hermes 90
CLASS II 150-600 kg	TACTICAL	Tactical Formation	Up to 10,000 ft AGL	200 km (LOS)	WCG 3 UAV (>150 kg)	Sperwer, iView 250, Aerostar, Watchkeeper
CLASS III >600 kg	Medium Altitude, Long Endurance (MALE)	Operational/theater	Up to 45,000 ft AGL	Unlimited (BLOS)		Reaper, Heron, Hermes 900
	High Altitude, Long Endurance (HALE)	Strategic/Nacional	Up to 65,000 ft AGL	Unlimited (BLOS)		Global Hawk
	Strike/ Combat	Strategic/Nacional	Up to 65,000 ft AGL	Unlimited (BLOS)		

**Fonte:** (MOD, 2011, p.2.7)



**Tabela 5 - Classificação Espanhola dos UAS/RPAS**

Class	Category	Normal employment	Normal Operating Altitude	Normal Mission Radius	Primary Supported Commander	Example platform
CLASS I <150 kg	MICRO <66 J	Tactical Sub-unit (manual launch), single operator	Up to 200 ft AGL	5 km (LOS)	Pl, Sect	Wasp
	MINI <15 kg	Tactical Sub-unit (manual launch), single operator	Up to 3000K ft AGL	25 km (LOS)	Coy/Pl	RQ-11 Raven
	SMALL 15-150 kg	Tactical Pl, Sect, Individual (single operator)	Up to 5000 ft AGL	50 Km (LOS)	Bn, Reg	Saident Scan Eagle
CLASS II 150-600 kg	TACTICAL	Tactical Formation	Up to 10,000 ft AGL	200 km (LOS)	Bde	Searcher MKII Atlante Pelicano
CLASS III >600 kg	MALE	Strategic/Operational	Up to 45,000 ft MSL	Unlimited (BLOS)	JFC COM	MQ-1 Predator Heron TP Milano
	HALE	Strategic	Up to 65,000 ft	Unlimited (BLOS)	Theater COM	Global Hawk
	Strike/ Combat	strategic/Operational	Up to 65,000 ft	Unlimited (BLOS)	Theater COM	MQ-9 Predator B "Reaper"

**Fonte:** (EMAD, 2015, p.I-1)



## Apêndice A — Base conceptual e definições de apoio ao TII no âmbito dos UAV.

O emprego da terminologia associada às aeronaves não tripuladas é variado e confuso, pelo que se considera necessário o emprego de um corpo conceptual comum que enquadre as aeronaves não tripuladas. Neste trabalho podemos constatar as seguintes definições:

**Aeronave autónoma:** aeronave não tripulada que não permite que o piloto intervenha na gestão do voo (OACI, 2011, p.11).

**Aeronave não tripulada (UA):** aeronave sem piloto a bordo capaz de voar por controlo remoto ou programação autónoma. O UA é projetado para ser recuperável, mas pode ser descartável, e pode levar uma carga útil letal ou não letal. (JAPCC, 2010, p.3).

**Aeronave pilotada à distância (RPA):** aeronave que não possui um piloto a bordo<sup>67</sup> (OACI, 2011, p.11).

**Apoio Logístico:** processo pelo qual a sustentabilidade é alcançada, consistindo em suprir uma força com consumíveis e em substituir perdas de combate e desgaste de equipamentos de não combate, a fim de manter o poder de combate da força pela duração necessária para atingir seus objetivos (NATO, 2016a, p.81).

**Aquisição de Alvos:** A deteção, identificação e localização de um alvo com detalhes suficientes para permitir o emprego efetivo de armas (USMC, 2015, p.G6).

**Ataque:** Em operações militares, significa tomar medidas ofensivas contra um objetivo específico (NATO, 2016a, p.16). Forma essencial de operação ofensiva, consistindo numa combinação de fogo e movimento para destruir um inimigo em particular ou para expulsá-lo da posição que ocupa (MADOC, 2000, p.21).

**Ataque Eletrónico:** uma das ações compreendidas na guerra eletrónica, as quais consistem no uso da energia eletromagnética para fins ofensivos, para destruir, neutralizar, negar, degradar, interromper ou enganar os recursos de comando e controlo do adversário e reduzir suas oportunidades de modificar ou explorar o ambiente operacional (ESFAS, 2017, p.13–12)

**Battle Damage Assessment:** avaliação dos efeitos resultantes da aplicação de ação militar, letal ou não letal, contra um objetivo militar (NATO, 2016a, p.19).

**Comando:** autoridade investida num indivíduo das FFAA para direção, coordenação e controlo das forças militares (NATO, 2016, p.29).

---

<sup>67</sup> Esta é uma subcategoria de aeronaves não tripuladas.



**Comando e Controle:** a organização, processo, sistemas e procedimentos que permitem a tomada de decisões políticas e militares em tempo hábil, possibilitando que os comandantes militares dirijam e liderem as forças (MADOC, 2000, p.156).

**Controle:** autoridade exercida por um comandante sobre parte das atividades de organizações subordinadas, ou outras organizações normalmente não sob seu comando, que engloba a responsabilidade pela implementação de ordens ou diretivas (NATO, 2016a, p.33).

**Drone:** sistema de aeronave pilotada sem piloto a bordo (Juul, 2015, p.3).

**Guerra Eletrônica:** Ação militar que utiliza a energia eletromagnética para fornecer consciência situacional e alcançar efeitos ofensivos e defensivos (NATO, 2016a, p.49).

**Intelligence:** produto resultante da coleta dirigida e processamento de informações sobre o meio e as capacidades e intenções dos atores, a fim de identificar ameaças e oferecer oportunidades de exploração pelos tomadores de decisão (NATO, 2016a, p.73).

**Joint Air Power Competence Centre (JAPCC):** Centro de excelência da NATO, formado em 2005, que tem como finalidade providenciar um aconselhamento de nível estratégico nos domínios do Poder Aéreo e Espacial Comum (JAPCC, 2010).

**Missão:** Uma declaração clara e concisa da tarefa e do seu propósito definida pelo comando (NATO, 2016a, p. 89).

**Operação autônoma:** uma operação durante a qual uma aeronave pilotada à distância voa sem intervenção do piloto (OACI, 2011, p. 11).

**Operação militar:** conjunto de ações realizadas pelas forças militares para o cumprimento de uma missão (MADOC, 2000, p. 185). A ação militar, ou sequência de ações coordenadas, necessária para o cumprimento de uma missão (NATO, 2016a, p. 99).

**Operações Psicológicas:** Atividades planeadas utilizando métodos de comunicação e outros meios dirigidos a públicos aprovados, a fim de influenciar percepções, atitudes e comportamentos, afetando a consecução de objetivos políticos e militares (NATO, 2016a, p.111).

**Payload:** São os meios e equipamentos a bordo necessários para a missão, como câmaras eletro-ópticas, radares de abertura sintética, recetores eletrônicos de banda larga para comunicações e não-comunicações, interferências, telêmetros, sensores multiespectrais, transdutores, armamentos, etc. (Nieto, 2014, p.164).

**Piloto remoto:** pessoa que manipula os controles de voo de uma aeronave pilotada à distância durante o tempo de voo (OACI, 2011, p.11).

**Reconhecimento:** missão empreendida para obter, pela observação visual ou outros



métodos de detecção, informações sobre as atividades e recursos de um inimigo ou inimigo potencial, ou para assegurar dados referentes às características meteorológicas, hidrográficas ou geográficas de uma determinada área (NATO, 2016a, p.115). Atividades de uma força para obter informações sobre o desdobramento, meios e atividades do inimigo, real ou potencial, ou para adquirir ou verificar dados relacionados com o terreno e à meteorologia (MADOC, 2000, p.220).

**Reconhecimento armado:** Operação aérea cuja finalidade principal é a observação e a finalidade secundária, o ataque a alvos de oportunidade, isto é, não determinados antecipadamente. É realizado ao longo de rotas de comunicação terrestre ou em certas áreas e é aplicado ao pessoal inimigo, material e instalações (NATO, 2016a cit. por MADOC, 2000, p. 220)

**Signature Strike:** ataques com *drones* contra pessoas que atendem exclusivamente a certos padrões de comportamento externos que geram a suspeita de que essas pessoas são terroristas. São, portanto, ataques com *drones* a pessoas que se suspeita serem terroristas ou militantes de grupos terroristas cujas identidades são desconhecidas, mas cujos padrões de comportamento "*pattern of life activity*" indicariam que estão imersos em algum tipo de atividade ou militância terrorista (Güell, 2014, p.168).

**Sistema automatizado:** no contexto de aeronaves não tripuladas, um sistema automatizado ou automático é aquele que, em resposta a entradas de um ou mais sensores, é programado para seguir logicamente um conjunto predefinido de regras para fornecer um resultado. Conhecer o conjunto de regras sob o qual está operando significa que a sua saída é previsível (MOD, 2011, p.2.3).

**Sistema autónomo:** Um sistema autónomo é capaz de entender a intenção e as diretrizes de nível superior. A partir desse entendimento e da percepção do seu ambiente, tal sistema é capaz de tomar as ações apropriadas para produzir o estado desejado. É capaz de decidir um curso de ação, a partir de várias alternativas, sem depender da supervisão e controlo humano, embora este ainda possa estar presente. Embora a atividade geral de uma aeronave não tripulada autónoma seja previsível, as ações individuais podem não o ser (MOD, 2011, p.2.3).

**Sistema de aeronave não tripulada:** aeronaves e seus elementos relacionados (figura 32) que operam sem um piloto a bordo (OACI, 2011, p.11).

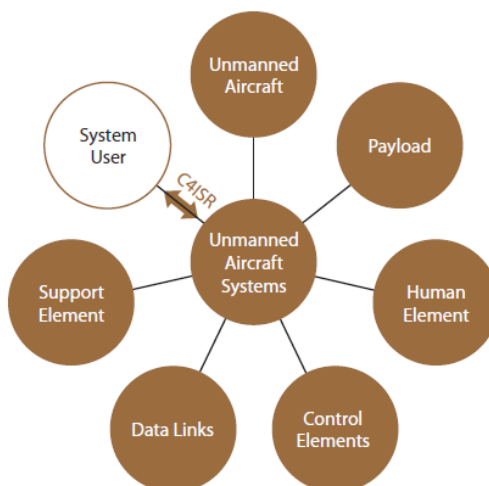


Figura 32 - *Unmanned Aircraft System Components*

Fonte: (JAPCC, 2010, p.3)

**Sistema de aeronave pilotada à distância (RPA):** conjunto de elementos configuráveis compostos por uma aeronave pilotada à distância, as suas estações-piloto remotas associadas, os links de comando e controle necessários e qualquer outro elemento do sistema que possa ser necessário em qualquer ponto durante a operação do voo (OACI, 2011, p.11).

**Sistema de armas autónomo:** segundo o Ministério da Defesa dos EUA, na sua Diretiva n.º 3000/09<sup>68</sup>, um sistema autónomo é todo o sistema de armas que, uma vez ativado, pode selecionar e atacar um alvo sem intervenção do operador (*human out of the loop*). O Sistema seria semiautónomo, se uma vez ativado, só atuaria sobre um alvo selecionado pelo operador (*human in the loop*). Os sistemas de supervisão seriam aqueles que requerem a atuação humana para atingir o seu objetivo (*human on the loop*) (González-Regueral, 2017, p.7).

**Surveillance:** observação sistemática do espaço aéreo, terrestre ou soterrâneo, lugares, pessoas ou coisas, por meios visuais, auditivos, eletrônicos, fotográficos ou outros (NATO, 2016a, p.132).

**Targeted Killing:** uso da força letal intencional, premeditada e deliberadamente pelo Estado ou pelos seus agentes atuando no âmbito da Lei, ou por um grupo armado organizado numa situação de conflito armado, contra um indivíduo específico que não é em custódia do agressor (UNHRC, 2010, p.3).

**Veículo aéreo não tripulado:** termo obsoleto, do campo militar, para se referir literalmente a veículos aéreos não tripulados (OACI, 2011, p. 11).

---

<sup>68</sup> US DoD, 2017, *Autonomy in Weapon Systems*. Department of Defence Directive 3000.09. Change 1.





## Apêndice B — **Base conceptual e definições de apoio ao TII no âmbito do DIP**

O emprego da terminologia associada ao DI é variado e confuso, pelo que se considera necessário o emprego de um corpo conceptual comum que enquadre, quer o DIH, quer o DIDH. Neste trabalho podemos constatar as seguintes definições:

**Agressão:** é o uso da força por um Estado contra a soberania, a integridade territorial ou a independência política de outro Estado, ou de qualquer outra forma incompatível com a Carta das NU, conforme estabelecido na presente definição (Definición de Agresión, UN, 1974, p. 1).

**Antiterrorismo:** conjunto de atividades e operações realizadas para neutralizar os terroristas e as suas organizações e redes, a fim de torná-los incapazes de usar a violência para incutir medo e coagir governos ou sociedades para atingir os seus objetivos (United States of America Joint Staff, 2014, p.GL-3)

**Ataque Armado:** Deve entender-se que um ataque armado inclui não apenas a ação das FFAA regulares numa fronteira internacional, mas também "o envio por ou em nome de um Estado, de gangues, grupos irregulares ou mercenários armados que ajam como uma força armada contra outro Estado de tal gravidade que equivale a um ataque armado real por forças regulares, "ou à sua participação substancial nele" (Military and Paramilitary Activities in and against Nicaragua (Nicaragua v. United States of America), 1986).

**Ataque indiscriminado:** segundo o artigo 51.º do PA I, têm tal consideração os ataques que não estejam dirigidos a um alvo militar específico; os que empregam sistemas ou métodos de armas que não possam ser dirigidos a um alvo militar específico; e aqueles cujos efeitos não se possam limitar e, consequentemente podam atingir objetivos militares e civis sem distinção (CICV, 2017, p.39).

**Ataque Seletivo (letal):** uso de força letal deliberada, premeditada e intencional pelo Estado ou os seus agentes, agindo em tal condição (...) contra um indivíduo específico que não está sob a custódia física do perpetrador<sup>69</sup> (Serrano, 2013b, p.267).

**Conflito Armado:** confrontação física entre forças organizadas, não necessariamente reconhecidas à luz do DI, caracterizada pela presença de meios de combate com o objetivo de impor uma vontade a outra (MADOC, 2000, p.54).

**Conflito Armado Internacional:** quando se recorre a força armada entre dois ou mais Estados (CICR, 2008a, p.6).

---

<sup>69</sup> Report of the Special Rapporteur on Extrajudicial, Summary or Arbitrary Executions, Philip Alston, Addendum, Study on Targeted Killings, U.N. Doc. A/HRC/14/24/Add.6 p. 3 par. 1.



**Conflito Armado não Internacional:** são confrontos armados prolongados que ocorrem entre as FFAA do Governo e as forças de um ou mais grupos armados, ou ainda entre esses grupos, que surgem no território de um Estado (Parte segunda das CG). O confronto armado deve atingir um nível mínimo de intensidade e as partes envolvidas no conflito devem ter uma organização mínima (CICR, 2008a, p.6).

**Direito Internacional Consuetudinário:** conjunto de regras que têm origem “numa prática comum aceite como lei” e que existe independentemente do Direito Convencional. A importância do DIH Consuetudinário é crucial nos conflitos armados atuais, porque preenche as falhas do Direito Normativo em conflitos internacionais e não internacionais e, portanto, fortalece a proteção oferecida às vítimas (ICRC, 2010).

**Direito Internacional dos Direitos Humanos:** série de tratados internacionais de direitos humanos e outros instrumentos adotados desde 1945, os quais conferem a base jurídica aos direitos humanos inerentes e desenvolvem o conjunto dos direitos humanos internacionais<sup>70</sup>.

**Direito Internacional Humanitário, Direito dos Conflitos Armados o Direito de Guerra:** conjunto de normas internacionais, baseadas em tratados e acordos de origem convencional e de usos e costumes da Guerra, destinados a minimizar os efeitos derivados dos conflitos armados, internacionais ou não, que limitam, por razões humanitárias, o direito das partes em conflito de usar os métodos e meios de guerra e protegem as pessoas e os bens afetados, ou que podem vir a ser afetados pelo conflito (MADOC, 2007a, pp.1–1).

Tradicionalmente, essa parte do DI tem sido chamado de Direito de Guerra ou Direito Bélico. A partir de 1950, o termo “Conflitos Armados” começou a ser preferido em relação ao termo Guerra porque permite entender todos os possíveis casos de conflito que a comunidade internacional está interessada em regulamentar pelo DI. O DIH é outro termo equivalente de grande tradição e aceitação universal que tem como referência imediata a proteção das vítimas, de modo a que os termos da Direito dos Conflitos Armados e do DIH são usados de forma intercambiável, mantendo a antiga denominação Direito de Guerra, considerando que não perdeu sua validade.

As fontes do DIH podem ser agrupadas em duas categorias: as convencionais e as consuetudinárias. Nas convencionais, segundo Deyra (2001, pp.19-22 cit. por Silva et al., 2018, pp.5–6), incluem-se as seguintes:

---

<sup>70</sup> Gabinete do Alto Comissário das NU para os Direitos do Humanos. <http://www.ohchr.org/SP/ProfessionalInterest/Pages/InternationalLaw.aspx>.



–**Direito de Genebra:** centrado na proteção dos não-combatentes através do Protocolo de Genebra, de 17 de junho de 1925; das quatro CG de 1949; e dos PA I e II, de 1977, existindo, outros acordos que proíbem o uso de algumas armas e táticas militares, salientando-se as Convenções de Haia de 1907, a Convenção das Armas Bacteriológicas de 1972, a Convenção das Armas Convencionais de 1980, a Convenção das Armas Químicas de 1993, e a Convenção de Haia (CH) de 1954;

–**Direito de Haia:** focado na proteção do combatente. Abrange a CH de 1864, a Declaração de São Petersburgo de 1868, as Convenções de Haia existentes no período compreendido entre 1899 e 1907, e a Convenção e o Protocolo de Haia, de 14 de maio de 1954;

–**Direito de Nova Iorque:** abrangido pela Resolução n.º 2444 da Assembleia-Geral das NU, relativamente ao respeito dos direitos do homem em período de conflito armado (1969), pela Convenção sobre a proibição ou limitação do uso de certas armas convencionais que podem produzir efeitos traumáticos ou ferir indiscriminadamente (1981), pela Convenção sobre a proibição do desenvolvimento, produção, armazenagem e utilização de armas químicas e sobre a sua destruição (1993), pela Convenção sobre a proibição da utilização, armazenagem, produção e transferência de minas antipessoais e sobre a sua destruição (1997), e pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (1998).

Segundo Sehwat (2017, p.175), os princípios nos quais está baseado o DIH, são os seguintes:

–**Distinção:** o pessoal que usa a força deve distinguir entre objetivos militares legais (combatentes, equipamentos ou instalações inimigas), pessoas protegidas (civis, pessoal médico, capelães ou não-combatentes), propriedade e objetivos ilegais (Sehwat, 2017, p.178). Em 30 de abril de 2012, o diretor da CIA, John Brennan, disse que “com a capacidade dos *drones* para atingir com precisão objetivos militares minimizando os danos colaterais, pode-se argumentar que nunca houve uma arma que permitisse distinguir mais efetivamente entre um terrorista e civis inocentes...”, pelo que, pode-se concluir que os *drones* atendem ao padrão de distinção da DIH (Sehwat, 2017, p.178).

–**Proporcionalidade:** definida como sendo as perdas civis resultantes de uma atividade militar, em que os danos colaterais não devem ser exagerados em relação à vantagem militar concreta e direta que se pretende obter, frisando que se deve avaliar o interesse em desencadear uma operação bem-sucedida com os possíveis efeitos nocivos sobre as pessoas e os materiais.



–**Sofrimento desnecessário:** significa que todas as pessoas colocadas fora de combate e que não participam diretamente nas hostilidades devem ser, em todas as circunstâncias, protegidas e tratadas com humanidade. Neste aspeto, é indispensável ter em conta o prescrito no artigo 27.º da IV CG, que estipula, no seu preâmbulo, que “as pessoas protegidas têm direito, em todas as circunstâncias, ao respeito da sua pessoa, da sua honra, dos seus direitos de família, das suas convicções e práticas religiosas, dos seus hábitos e costumes. Serão tratadas, sempre, com humanidade e protegidas especialmente contra todos os atos de violência ou de intimidação, contra os insultos e a curiosidade pública”.

–**Necessidade militar:** toda a atividade combatente tem que ser justificada numa perspetiva militar. Permite ações não-proibidas (legais) e indispensáveis para submeter o inimigo (objetivo militar). Este princípio está consignado no 1.º ponto do artigo 57.º do PA I, o qual estabelece que “as operações militares devem ser conduzidas procurando constantemente poupar a população civil, as pessoas civis e os bens de carácter civil”, mencionando ainda, no 3.º ponto do mesmo preceito legal, que, “quando for possível escolher entre vários objetivos militares para obter uma vantagem militar equivalente, a escolha deverá recair sobre o objetivo cujo ataque seja suscetível de apresentar o menor perigo para as pessoas civis, ou para os bens de carácter civil”.

**Exclusão da ilicitude:** Existência de circunstâncias excecionais à aplicação da norma que no ordenamento jurídico interno e internacional impede o desenvolvimento dos resultados jurídicos previstos para determinada ação ou omissão de um sujeito. Exemplo de causas de exclusão de ilicitude do consentimento são a legítima defesa, as contramedidas, a força maior e caso fortuito, o perigo extremo e o estado de necessidade (Zaytseva, 2014).

**Grupo Armado Organizado:** Num CANI, constituem as FFAA de uma parte não estatal em conflito e estão integrados só por pessoas cuja função continua é participar diretamente nas hostilidades (Melzer, 2010, p.36).

***Jus ad Bellum:*** faz referência à legalidade do uso da força por um Estado contra outro Estado ou contra grupos armados não estatais (Sehrawat, 2017, p.192).

***Jus in Bello:*** ou Direito Internacional Humanitário é o Direito que regula como é que se conduzem as hostilidades. A sua finalidade é estritamente humanitária, já que procura limitar os sofrimentos causados pelos conflitos armados. É independente das motivações e justificações da guerra, regulados pelo *Jus ad Bellum* (CICR, 2010).

**Objetivo Militar:** Aquilo que, por natureza, localização, destino ou utilização contribui efetivamente para a ação militar e assim, a sua destruição total ou parcial, a sua



captura ou neutralização oferece, nestes casos, uma vantagem militar precisa (CICV, 2017, p. 40)

**Operação militar:** conjunto de ações realizadas pelas forças militares para o cumprimento de uma missão (MADOC, 2000, p. 185). A ação militar, ou sequência de ações coordenadas, necessária para o cumprimento de uma missão (NATO, 2016, p. 99).

**Sofrimento Desnecessário:** um dano maior do que o inevitável para cumprir objetivos militares legítimos (Opinião Consultiva sobre a Legalidade da Ameaça ou do Uso de Armas Nucleares, 1996 cit por CICV, 2014, p.48).

**Tortura:** qualquer ato através do qual uma dor ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são intencionalmente causados a uma pessoa com os fins de dela obter, ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões, punir por um ato que ela ou uma terceira pessoa cometeu ou se suspeita que tenha cometido, intimidar ou pressionar essa ou uma terceira pessoa, ou por qualquer outro motivo baseado numa forma de discriminação, desde que essa dor ou esses sofrimentos sejam infligidos por um agente público ou qualquer outra pessoa agindo a título oficial, a sua instigação ou com o seu consentimento expresso ou tácito. Este termo não compreende a dor ou os sofrimentos resultantes unicamente de sanções legítimas, inerentes a essas sanções ou por elas ocasionados (NU, 1984).

**Tribunal Penal Internacional:** O TPI é uma organização intergovernamental e um tribunal internacional com sede em Haia. Tem a jurisdição para processar por crimes internacionais de Genocídio, contra a Humanidade e de Guerra. Destina-se a complementar os sistemas judiciais nacionais existentes e, por conseguinte, só pode exercer a sua jurisdição quando estão reunidas determinadas condições, nomeadamente quando os tribunais nacionais não estão dispostos a processar os criminosos ou são incapazes de os processar, ou ainda quando o CSNU o requer (Comparato, 2010).



Apêndice C — Mapa Conceptual

Tabela 6 - Mapa Conceptual

Objeto				
O objeto da presente investigação é conhecer qual o posicionamento em relação à interpretação do DI, no que se refere ao emprego de Sistemas Aéreos não Tripulados, e se este posicionamento pode limitar a capacidade do seu uso.				
Objetivo Geral		Questão Central		
Compreender a forma como, mediante a aplicação do DIP, as operações militares são afetadas com os Sistemas Aéreos não Tripuladas, em conflitos armados ou em operações contra o terrorismo.		Em que medida o DIP afeta o planeamento e a execução das operações militares das FFAA, em conflitos armados ou em operações antiterroristas, nas quais são empregues Sistemas Aéreos não Tripulados?		
Questões Derivadas	Conceitos	Dimenções	Indicadores	Técnica Recolha
QD1 – Como, onde e contra quem é que são empregues os Sistemas Aéreos não Tripulados pelas FFAA, em conflitos armados ou em operações antiterroristas?	Aérónaves não Tripuladas (UAV)  Sistema Aéreo não Tripulado (UAS)	RPA/Drone	Payload	Estado da Arte, Documental
			Missões	
		Locais	Areas of Active Hostilities	
			Outside Areas of Active Hostilities	
		Alvos	Contraterrorismo	
			Grupos Armados não estatais	
		Autónomos	Targeting killed	
			Autonomia	
			Controlo humano	
			Ataque armado	
QD2 – Quais são as limitações que decorrem do DIH e do DIDH relativamente ao emprego dos Sistemas Aéreos não Tripulados?	Jus ad bellum (Legitimade do uso Força) Art.º 2.º da Carta da ONU	Consentimento	Estado	Estado da Arte, Documental, Entrevista
			Conselho de Segurança da ONU Art.ºs 39.º e 42.º da Carta da ONU	
		Legítima Defesa Art.º 51.º da Carta das UN	Ataque Armado	
			Ator estatal	
			ator não estatal/grupo armado	
			Necessidade	
			Iminente	
			Proporcionalidade	
			Notificação CSNU	
	Jus in bello (DIH)	Conflito Armado Internacional PA I	Distinção Art.ºs 48.º e 51.º do PA I	
			Proporcionalidade Art.ºs 51.º e 57.º do PA I	
			Sufrimento Desnecessário ou Humanidade Art.º 35.º do PA I	
			Necessidade Militar Art.ºs 52.º e 54.º do PA I	
		Conflito Armado não Internacional Art.º 3.º das CG, PA II	Organização PA II	
			Intensidade	
	DIDH	Juridição	Território Próprio	
			Território sob Controlo	
			Consentimento	
		Direito à Vida Art.º 6.º do PIDCP	Ameaça	
			Inminencia	
			Proporcionalidade	
			Necesidade	
		Castigo cruéis, Desumanos ou Degradantes	Impacto psicológico	
			Tortura	
QD3 – Quais são as possíveis atuações legais para as populações das áreas nas quais estão a ser utilizados aeronaves não tripuladas, assim como as consequências para o pessoal das FFAA pela utilização destes sistemas?	Populações	Obrigatoriedade Estados	Transparencia	Estado da Arte, Documental, Entrevista
			Responsabilidade	
			Investigação	
		Organismos Internacionais	Jurisdicção	
			Estados Parte	
	FFAA	Responsabilidade Individual	Pessoas e Estados	
			Crime disciplinario	
		Responsabilidade dos Estados	Crime de guerra	
			Responsabilidade Internacional	
QD4 – Qual o impacto legal do planeamento das operações nas quais sejam utilizados Sistemas Aéreos não Tripulados pelas FFAA?	Planeamento	Jus ad bellum	Ajuda conduta ilícita	Documental
			Dever de reparar	
		Jus in Bello	Consentimento	
			Legítima defesa	
		Conflito Armado Internacional	Conflito Armado Internacional	
			Missões	
		Conflito Armado não Internacional	Pessoal participante Art.º 13.º PA II	
			Contraterrorismo	

Fonte: (Autor, 2018)

Apêndice D — Capacidades, Missões e *Payload* dos UASTabela 7 - Capacidades, Missões e *Payload* dos UAS

UAS		Amostra							
Capacidades / Missões		(US Army, 2010, p.17, 89 e 105)	(JAPCC, 2010, p. 14)	(Exército Brasileiro, 2014, pp 4.8-4.11) (2)	(EMAD, 2015, pp-7-10)	(USMC, 2015, pp-7-8)	(Vicente, 2013, p.232) (1)		
ISR	Comando e Controle	Relé de Comunicações	Airborne Data Relay Node (Voice & Data) Sensores de Guerra Eletrônica (EW) EO/IR/Relay	X	X	X	X	100,00%	
	Guerra Eletrônica			X	X	X	X	100,00%	
	SAR/CSAR	ISR/Communications Relay	Vigilância Terrestre/Marítima	Sensores de imagem (EO/IR/FMW/SAR/ISAR) Sensores SIGINT LASER Range Finder RADAR de indicação de movimento de alvos (MTI/MMTI) Meteorológicos (METOC) Multispectral LIDAR Sensores CBRNE	X	X	X	X	100,00%
			Reconhecimento		X	X	X	X	100,00%
			Informações de Alvos		X	X	X	X	100,00%
			Informações imagens		X	X	X	X	100,00%
			Informações de Sinais		X	X	X	X	100,00%
			Battle Damage Assessment		X	X	X	X	100,00%
	Reconhecimento Chemical, Biological, Radiological, Nuclear & explosive events (CBRNE)	Adquirição Alvos		X	X	X	X	83,33%	
				X	X	X	X	83,33%	
			X	X	X	X	83,33%		
			X	X	X	X	83,33%		
Strike	Detenção IED	Designação Alvos	LIDAR & LADAR LASER Range Designator	X	X	X	X	66,67%	
		Ataque Armado		X	X	X	X	66,67%	
		Reconhecimento Armado		X	X	X	X	83,33%	
		Close Air Support (CAS)		X	X	X	X	50,00%	
		Suppression Enemy Air Defence (SEAD)		X	X	X	X	50,00%	
Apoio Logístico		Fornecimento/Médico	Suprimentos & Equipamento ISR & Armamento	X	X	X	X	83,33%	
Force Protection		Escolta Aérea		X	X	X	X	83,33%	
Atividades de Informação		Vigilância	ISR	X	X	X	X	66,67%	
		PSYOPS		Panfletos e Mensagens de Voz	X	X	X	33,33%	

(1) Só UAV Portuguesês

(2) Só UAV Exército Brasileiro

Electro -Optical (EO)

Full Motion Video (FMV)

Infrared (IR)

Inverse Synthetic Aperture RADAR (ISAR)

Light Detection and Ranging (LIDAR)

LASER RADAR (LADAR)

Sensores de Informações de Sinais (SIGINT)

Synthetic Aperture RADAR (SAR)

(1) Só UAV Português  
(2) Só UAV Exército Brasileiro

Fonte: (Autor, 2018)



**Apêndice E — Checklist de Apoio à Tomada de Decisão**

O modelo de *ckecklist* é apresentado na tabela 3, o qual apoia a tomada de decisão prevista na figura 30 e que diz respeito à aplicabilidade do DIH nos Conflitos Armados:

**Tabela 8 – Checklist de Apoio à Tomada de decisão**

<b>Limitações na Eleição de Alvos</b>		
O alvo é militar?	Art.º 48.º PA I	
O Alvo militar está identificado antes do ataque?	Art.º 52.º, 57.º PA I	
Em caso de duvida, não atacar	Art.º 52.º PA I	
Entre dois objetivos que proporcionam uma vantagem militar equivalente, escolher aquele que causar o menor dano a pessoas e bens civis.	Art.º 57.3.º PA I	
<b>Limitações nos ataques a Alvos militares</b>		
Os meios e métodos de ataque devem ser escolhidos para minimizar danos acidentais ou colaterais à população civil e à propriedade civil.	Art.º 57.2.º PA I	
Se as circunstâncias permitirem, deve ser informado de qualquer ataque que possa afetar a população civil.	Art.º 26.º CH IV Art.º 57.2.º PA I	
Os bens essenciais para a sobrevivência da população civil não serão atacados, a menos que sejam usados exclusivamente pelas forças inimigas para apoiar diretamente uma ação militar.	Art.º 54.º PA I	
<b>Limitações nos métodos e meios</b>		
O uso da força deve ser feito no grau necessário, não admitindo ações que causem males supérfluos ou sofrimento desnecessário, mesmo em relação aos inimigos beligerantes.	Art.º 22.º e 23.º CH IV  Art.º 35.º e 57.º PA I	
O uso de armas que causam sofrimento desnecessário adicional é proibido		
Qualquer forma de violência que não seja essencial para alcançar superioridade sobre o inimigo é proibida		
Atos ou ameaças cujo objetivo principal é aterrorizar a população civil são proibidos.	Art.º 51.º CP I	
É proibido a guerra sem quartel, ordenar que não haja sobreviventes, ameaçar o inimigo ou realizar operações com base em tal suposição.	Art.º 23.º CH IV Art.º 40.º PA I	

**Fonte:** adaptado de (MADOC, 2007, pp.2/2-2/3)



## Apêndice F — Extratos das Entrevistas da Fase Exploratória

**Entrevista Exploratória Professor Doutor Miguel Neves, 2018. Professor de Direito Internacional no Instituto Universitário Militar. *As Aeronaves não Tripuladas e o Direito Internacional*. [E-mail] (3 de janeiro de 2018).**

1. Assim como há um Direito para a Ciberdefensa (*Manual de Tallinn*) ou as minas antipessoal, há ou deveria haver um Direito específico que regule o emprego das aeronaves não tripuladas ou os limiares já estão delimitados?

Em termos gerais não existe nenhum corpo de normas do DIH que regule as aeronaves não tripuladas pelo que não são proibidos pelo DIH. Mas a utilização de *drones* armados, tal como de qualquer arma, tem de respeitar todas as regras de DIH em especial os princípios da distinção, necessidade militar, sofrimento desnecessário e proporcionalidade. Em si a utilização de *drones* para fins militares não representa qualquer violação das normas de DIH, mas se a sua utilização não respeitar os princípios fundamentais e regras específicas do DIH, constante, quer dos tratados das CG, quer do costume internacional, implicará uma violação do DI.

Apesar de ser um fenómeno não especificamente regulado não existe um vazio legal porque se aplicam todas as regras de DIH, embora os UAS suscitem problemas específicos e requerem também algumas regras específicas dado o risco de violação de regras e dificuldades de controlo decorrentes do facto de existir um controlo remoto.

2. Para que países é de aplicação o DIH? E o DIDH?

De referir que os princípios fundamentais para além de serem regras de tratados também correspondem a regras de costume internacional pelo que todos os Estados e atores não-estatais estão vinculados pelas mesmas.

Apêndice G — Extratos e Análise das Entrevistas da Fase Analítica - Juristas

Entrevistados	Função
<b>E1</b> Capitão FFAA de Espanha (Esp) Abraham Martínez Alcañiz <sup>71</sup> <i>Jurista</i> (Alcañiz, 2018)	Auditor na Assessoria Jurídica Geral da Defesa Ministério da Defesa de Espanha
<b>E2</b> Coronel da Força Aérea Manuel Antunes Pires <i>Jurista</i> (Pires, 2018)	Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar e Professor de DIH no citado Instituto.

A complexidade do tema do estudo impôs a procura de entrevistados com conhecimentos em DIP, exercendo funções de responsabilidade numa área direta ligada ao DIH. O número de entrevistados foi condicionado à disponibilidade de especialistas, apontando que não foi possível contar com o apoio de pessoal dos EUA e do Reino Unido.

O objetivo das entrevistas a juristas, em nenhum caso é fazer uma análise quantitativa dos dados, senão comprovar o alinhamento do que foi concluído nos capítulos três e quatro do corpo do trabalho e sustentá-lo com os conhecimentos de especialistas na matéria.

Segue na tabela 9 o guião das entrevistas feitas ao pessoal acima citado, e a sua relação com os conceitos, dimensões e indicadores do mapa concetual da investigação:

Tabela 9 - Guião de entrevistas a Juristas

Questões Derivadas	Conceitos	Dimenções	Indicadores	Perguntas Entrevistas
QD2– Quais são as limitações que decorrem do DIH e do DIDH relativamente ao emprego dos Sistemas Aéreos não Tripulados?	Jus ad bellum	Consentimento	Estado	1. Existe um corpo específico de Direito Internacional que regule o uso de UAV?  2. São defesa legítima e consentimento (Capítulo VII Carta ONU ou de terceiros) as únicas razões para agir de acordo com jus ad bellum?  3. A Defesa Preventiva, é justificada pelo Direito Internacional Público?
			Conselho Segurança UN	
		Legítima Defesa	Ataque Armado	
			Ator estatal	
			ator não estatal/grupo armado	
			Necessidade	
			Iminente	
			Proporcionalidade	
			Notificação UN	
	Jus in bello	Conflito Armado Internacional	Distinção	4. De acordo com o Jus in Bello, existem outros princípios a serem aplicados, além daqueles de: distinção, proporcionalidade, necessidade militar e humanidade?
			Proporcionalidade	
			Humanidade	
			Necessidade Militar	
		Conflito Armado não Internacional	Organização	5. Em Conflitos Armados Não Internacionais, a Organização e a Intensidade, são os únicos requisitos para considerar que há um conflito armado? 6. Quais são os critérios indicativos para determinar a intensidade necessária para um conflito armado?
			Intensidade	
	DIDH	Juridição	Território Próprio	7. Quais são os critérios para determinar se um Estado tem jurisdição sobre uma pessoa, de acordo com o Direito Internacional dos Direitos Humanos?
			Território sob Controlo	
			Consentimento	
		Direito a Vida	Ameaça	
			Inminencia	
			Proporcionalidade	
			Necesidade	
		Castigo cruéis, Desumanos ou Degradantes	Impacto psicológico	
			Tortura	
QD3– Quais são as possíveis atuações legais para as populações das áreas nas quais estão a ser utilizados aeronaves não tripuladas, assim como as consequências para o pessoal das FFAA pela utilização destes sistemas?	Populações	Obrigatoridade Estados	Transparencia	8. Quem é responsável por julgar as violações do Direito Internacional Humanitário pelo pessoal das Forças Amadas de um país? Todos os países estão sujeitos a este procedimento? Caso contrário, existem outras alternativas para essas situações?
			Responsabilidade	
			Investigação	
		Organismos Internacionais	Jurisdicção	9. Quem é responsável por julgar as violações do Direito Internacional dos Direitos Humanos pelo pessoal das Amadas Forças de um país? Todos os países estão sujeitos a este procedimento? Caso contrário, existem outras alternativas para essas situações?
			Estados Parte	
			Pessoas e Estados	
	FFAA	Responsabilidade Individual	Crime disciplinario	10. No caso de um sistema autónomo (sem ação humana desde a sua descolagem), por qualquer motivo, cometer uma violação do DIH ou DIDH, quem seria responsável: o programador, o militar que ordenou usar esse sistema, o Estado que adquiriu isso? Será que realmente haveria um responsável?
			Crime de guerra	
		Responsabilidade dos Estados	Responsabilidade Internacional	
			Ajuda conduta ilícita	
			Dever de reparar	

Fonte: (Autor, 2018)

<sup>71</sup> A entrevista foi feita em Espanhol, sendo responsabilidade do autor a sua tradução.



Apresenta-se a seguir a análise das respostas às entrevistas, estando sublinhados os diferentes segmentos de respostas, os quais reforçam e sustentam o referido no corpo do estudo:

**1. Existe um corpo específico de DI que regule o uso de UAV?**

E1: Atualmente, não há normas convencionais internacionais que regulem o emprego dos UAV, sem prejuízo do facto de que o seu uso pode estar sujeito a alguma circunstância que deve ser credenciada.

E2: .... considerado que não existe o corpo específico de direito que referes. Não existe e, na minha modesta opinião, nunca existirá. A problemática dos UAV, na sua dimensão mais simples, integra-se na temática geral da guerra remota, não suscitando questões novas e estando, consequentemente, sujeita às receitas jurídicas que tradicionalmente tratam essa realidade. Relativamente à dimensão mais complexa da problemática dos UAV, ou seja, aquela em que se passa a ter de considerar a variável da autonomia na condução das operações, entendendo que há efetivamente a possibilidade de estarmos perante uma nova fenomenologia que, naturalmente, é suscetível de colocar novas questões no plano do DI e exigir as respetivas respostas. Mas aí estaremos colocados num plano de análise mais lato, que transcende a específica problemática dos UAV e que é o da utilização da inteligência artificial para efeitos bélicos.

**2. São legítima defesa e consentimento (Capítulo VII Carta ONU ou de terceiros) as únicas razões para agir de acordo com *Jus ad Bellum*?**

E1: Basicamente, o *Jus ad Bellum* é constituído pelo direito à legítima defesa (artigo 51.º da Carta das Nações Unidas) e pela segurança coletiva da Carta da ONU (Capítulo VII, artigo 39.º e seguintes da Carta da ONU). No entanto, certas posições estão sendo levantadas com base no incipiente princípio da responsabilidade de proteger, o que permitiria o uso da força legalmente. No entanto, uma resolução do Conselho de Segurança é considerada necessária.

E2: No quadro da Carta da ONU e numa perspetiva jurídica estritamente positivista, é forçoso considerar que essas serão as únicas situações em que se pode aplicar legitimamente a força. Contudo, a realidade confirma que em muitos outros casos, alguns deles muito recentes (por exemplo na Crimeia ou na recente intervenção na Síria), se tem procurado legitimar juridicamente o recurso ao conflito armado fora do quadro da Carta das Nações Unidas. O que importa sublinhar nestes casos, para além do óbvio (o DIP ainda tende a ceder perante os atropelos dos poderosos), é o esforço enorme que é feito, mesmo pelas maiores potências, no sentido de enquadrar política e, sobretudo, juridicamente o recurso à solução bélica. Com efeito, é com esperança que se regista o facto de se ter abandonado a ideia vetusta de que a guerra é um expediente a que os atores do sistema internacional podem recorrer sempre que assim o entendam, sem necessidade de justificar essa opção do ponto de vista jurídico, mesmo tendo em consideração que essas justificações são, em muitos casos, insuficientes, inverosímeis ou, pelo menos, muito imaginativas...

**3. A Defesa Preventiva, é justificada pelo DIP?**

E1: A prática dos Estados a este respeito, EUA, Israel, Rússia, etc., visa legitimar a defesa preventiva, porém não há regra convencional ou costumeira estabelecida a esse respeito.

E2: Na minha humilde opinião, sim. ... A discussão acerca da admissibilidade da legítima defesa preventiva é tão antiga como a CNU, em especial porque o elemento literal desse preceito parece consagrar o requisito da atualidade da agressão. Do direito criminal este debate herdou um sem fim de teses e opiniões acerca da determinação do momento do início da agressão, da relevância dos designados “atos preparatórios, etc., sendo que todas essas reflexões têm um lugar legítimo nesta discussão. O meu entendimento, no plano meramente teórico, é de que não pode deixar de equacionar a possibilidade de, pelo menos no plano lógico, haver legítima defesa antes da consumação duma agressão que, na perspetiva duma “pessoa média”, seja entendida como inevitável e esteja em curso ou eminente. No tempo das armas de destruição em massa não é razoável exigir, para efeito de legítima defesa, a concretização da agressão – isso é pura e simplesmente, aberrante e inaceitável...



**4. De acordo com o *Jus in Bello*, existem outros princípios a serem aplicados, além dos de: distinção, proporcionalidade, necessidade militar e humanidade?**

E1: Os princípios acima são os princípios fundamentais do DIH, no entanto, há outro conjunto de princípios que inspiram o DIH, a saber, a igualdade de armas.

E2: Há duas perspectivas. Por um lado, a visão clássica do designado “direito da guerra” que sufraga a ideia de que toda utilização da força letal está autorizada desde que o alvo seja legítimo. Por outro lado, existe uma tendência para fazer aproximar os critérios de utilização da força letal em conflitos armados, por parte das FFAA, dos critérios de utilização da força letal a que devem obedecer as forças de segurança. Trata-se duma consequência mais ou menos natural da verificação de um conjunto de fatores. Um desses fatores é o desenvolvimento e a crescente importância do conceito de direitos humanos o qual tende a afirmar-se sobre conceitos como o da soberania, sobre o qual se construiu boa parte do direito dos conflitos armados...

**5. Em Conflitos Armados não Internacionais, a Organização e a Intensidade, são os únicos requisitos para considerar que há um conflito armado?**

E1: De fato, a jurisprudência dos tribunais criminais internacionais determinou que é necessário um CANI para que os confrontos armados sejam intensos e entre as forças do governo e os grupos armados ou entre eles, desde que sejam organizados. Seja como for, a intensidade dos confrontos armados e a organização do grupo armado são os pressupostos necessários para qualificar uma situação de violência armada prolongada como um conflito armado.

E2: Com efeito, o desenvolvimento e a crescente importância do conceito de direitos humanos, nas suas múltiplas dimensões, obriga a repensar as categorizações clássicas para a determinação da natureza dos conflitos armados, nomeadamente dos “não-internacionais”. Cada vez mais se entende que o critério determinante é o da efetiva afetação dos direitos humanos, em detrimento de outros critérios tradicionalmente mais importantes (... é bastante ilustrativa a teoria da R2P).

**6. Quais são os critérios indicativos para determinar a intensidade necessária para um conflito armado?**

E1: A jurisprudência do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia especificou uma série de indicações que servem para determinar a intensidade dos confrontos armados: - Número de vítimas das FFAA e grupos armados; Duração das hostilidades; Armas usadas; Extensão da zona de combate; Funcionários efetivos das FFAA; Participação de terceiros Estados; Implicação do CSNU.

E2: Ver resposta anterior. Os argumentos são os mesmos ou semelhantes.

**7. Quais são os critérios para determinar se um Estado tem jurisdição sobre uma pessoa, de acordo com o DIDH?**

E1: O principal critério de acordo com os tratados internacionais de direitos humanos é que a pessoa está sob a jurisdição do Estado. Isso geralmente acontece quando a parte interessada está no território de um Estado-parte dos tratados acima mencionados. No entanto, o TEDH, em vários acórdãos, alargou este conceito às situações em que a parte interessada, sem estar no território do Estado, está sob a autoridade de agentes do Estado, como prisioneiros de guerra ou pessoas detidas (conflito armado no Iraque e no Afeganistão, onde várias pessoas foram detidas pelas FFAA do Reino Unido).

E2: Nada a referir.

**8. Quem é responsável por julgar as violações do DIH pelo pessoal das Forças Armadas de um país? Todos os países estão sujeitos a este procedimento? Caso contrário, existem outras alternativas para essas situações?**

E1: É geralmente a jurisdição do Estado do autor do crime, não obstante o Estado onde o delito foi cometido também tem o direito de julgar os crimes cometidos no seu território. Além do acima exposto, as únicas alternativas existentes são processar os crimes cometidos na aplicação do princípio da justiça universal (qualquer Estado poderia processar os fatos), se o crime é possível processar por este título jurisdicional,



ou perante organismos internacionais, se estamos enfrentando um crime internacional (crime de guerra, crime contra a humanidade ou genocídio).

E2: Em regra, em missões no quadro da ONU e com o devido mandato, são criados *Status of Forces Agreement*, que garantem que os Estados dos militares em causa são exclusivamente competentes para os julgar. Caso os Estados sejam signatários de acordos internacionais que estabeleçam jurisdições específicas para esses efeitos, então os militares em causa podem ser julgados por essas instâncias jurisdicionais específicas; *noutros casos*, podem ser julgados em instâncias jurisdicionais ad hoc, criadas pela comunidade internacional no seu todo para tratar de violações graves do DI num determinado conflito. Outras vezes... infelizmente, esses crimes passam impunes e não são julgados, sobretudo quando os atores mais poderosos do sistema internacional assim o entendem.

**9. Quem é responsável por julgar as violações do DIDH pelo pessoal das Forças Armadas de um país? Todos os países estão sujeitos a este procedimento? Caso contrário, existem outras alternativas para essas situações?**

E1: É geralmente a jurisdição do Estado do autor do crime, não obstante o Estado onde o delito foi cometido também tem o direito de julgar os crimes cometidos no seu território. Além do acima exposto, as únicas alternativas existentes são processar os crimes cometidos na aplicação do princípio da justiça universal (qualquer Estado poderia processar os fatos), se o crime é possível processar por este título jurisdicional, ou perante organismos internacionais, se estamos enfrentando um crime internacional (crime de guerra, crime contra a humanidade ou genocídio).

E2: Nada a referir.

**10. No caso de um sistema autónomo (sem ação humana desde a sua descolagem), por qualquer motivo, cometer uma violação do DIH ou do DIDH, quem seria responsável: o programador, o militar que ordenou usar esse sistema, o Estado que o adquiriu? Será que realmente haveria um responsável?**

E1: A resposta a esta questão não pode ser sustentada por critérios consolidados pela jurisprudência, uma vez que não foi submetida a nenhum tribunal. Em qualquer caso, há uma distinção entre responsabilidade criminal, que é o indivíduo da pessoa, e a responsabilidade do Estado, que transcende o escopo da pessoa natural. Em relação à responsabilidade criminal, com base em critérios genéricos, qualquer violação do DIH ou do DIDH recairia sobre a pessoa que ordenou o uso indevido da arma.

E2: A questão é suscetível de resolução no quadro do DI, sempre e quando esse sistema mantenha a qualificação jurídica de coisa e não lhe seja reconhecida qualquer tipo de personalidade jurídica. Neste caso, o responsável por todas as consequências jurídicas (civis ou criminais) que decorram da utilização desse sistema autónomo, nomeadamente da sua utilização bélica, é aquela entidade (dotada de personalidade jurídica) que decide acerca da sua utilização. No limite, quando seja difícil determinar em concreto quem é essa entidade, essa responsabilidade recairá, em princípio, na entidade titular ou proprietária dessa coisa.





## Apêndice H — Extratos e Análise das Entrevistas da Fase Analítica UAS

### Entrevistado

Sr. Eng. Antonio Monteagudo  
*Engenheiro Aeronáutico*

### Função

Ex-diretor de *Unmanned Solutions*

Tabela 10 - Guião de entrevistas sobre UAS Autónomos

Questões Derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores
QD1 – Como, onde e contra quem é que são empregues os sistemas aéreos não tripulados pelas FFAA, em conflitos armados ou em operações antiterroristas?	Aeronaves não Tripuladas (UAV)	Autónomos	Autonomia
			Controlo humano
			Ataque armado
			DIH

**Fonte:** (Autor, 2018)

**Aeronaves não tripuladas autónomas são atualmente utilizadas? Se sim, até onde vai esse nível de autonomia<sup>72</sup>?**

O grau de implementação e uso de aeronaves autónomas (pilotadas remotamente ou completamente autónomas seguindo um plano de voo preestabelecido) é, na prática, limitado pelas regulamentações aplicáveis em cada país.

Em relação ao nível de autonomia, no presente e na esfera civil, a lei exige que não haja sistemas absolutamente autónomos, mas que eles sempre tenham de operar como uma aeronave com um piloto no comando, mas permitindo que o piloto não esteja a bordo. Neste cenário, a aeronave pode seguir automaticamente um plano de voo predefinido, sem a intervenção do piloto, mas com a obrigação de que um humano qualificado e responsável possa assumir o controlo da aeronave em caso de imprevistos.

No campo militar, aviões de voo absolutamente autónomos já estão sendo usados, com mísseis e projéteis autoguiados, o que (imagino) não haverá uma restrição severa para que os UAV não possam ser usados nesta modalidade. Eu não sei que isso não é permitido. Para fins práticos, até onde sei, os sistemas atualmente utilizados são operados sob o modelo de RPAS como os civis.

**Nos projetos que estão a ser feitos, é sempre possível retomar o controlo pelas pessoas em qualquer momento? Isso é obrigatório?**

... o ser humano é sempre introduzido na cadeia de operação/decisão, permitindo, por definição, que um operador se encarregue do comando do veículo em qualquer fase da missão. Isso é legalmente obrigatório, atualmente, nos sistemas de uso civil, e se estende aos militares como critério de projeto.

**Existem regulamentações legais que regulam esses procedimentos? Existe um consenso internacional?**

...existe um corpo normativo de aplicação internacional que regula o uso de Sistemas Aéreos não Tripulados. Uma segmentação é estabelecida pelo MTOW para atribuir as responsabilidades de sua regulamentação às agências reguladoras nacionais ou supranacionais.

**Foi estabelecido algum tipo de limitação (exemplo: proibir sistemas autónomos equipados com armas, ...)?**

Há uma distinção entre aplicações militares e civis. No caso militar, evidentemente não há lei que limite a operação porque o sistema está equipado com armas ou explosivos, ou qualquer outro esforço de guerra; os critérios de manipulação e operação militar deste tipo de dispositivos são aplicados. Como regra geral, pode-se considerar que Sistemas Aéreos não Tripulados são outra ferramenta, que fornece certas capacidades, e que tem de ser usado de acordo com a legislação existente, tanto civil quanto militar.

<sup>72</sup> A entrevista foi feita em Espanhol, sendo responsabilidade do autor a sua tradução.